



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2021

1 - PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO por meio do Pregoeiro Oficial, designado pela Portaria nº 306/2021 de 03.02.2021, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS**, para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE SWITCHs, PARA ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DESSE MUNICÍPIO**, conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, que se subordinam às normas gerais das Leis nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de Setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de Junho de 2012, do Decreto nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de Outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto nº 355, de 04 de novembro de 2019, além das demais disposições legais aplicáveis, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1.2. O PREGÃO ELETRÔNICO será realizado em sessão pública, **via INTERNET**, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidora integrante do quadro da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, denominado(a) Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos pelo Sistema **SIASG**, constante da página eletrônica do Governo Federal: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>.

2 - DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

2.1. Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da sessão pública de pregão eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico **COMPASNET**.

DIA: 18/03/2021

HORÁRIO: 09h00 (Horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

Pregoeiros(as) Oficiais: Dalila Cristian Fernandes da Paz e Janine Cristina Gruber Nogueira.

2.2. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão **obrigatoriamente o horário de Brasília - DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2.2.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema.

2.3. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico; <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e www.tangaradaserra.mt.gov.br.

3 - DO OBJETO

3.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **REGISTRO DE PREÇOS**, para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE SWITCHs, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO**, conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

4 - DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão as interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – **SICAF** e no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

4.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica: _____

4.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF. Incluir na participação

4.5. Não poderão participar deste Pregão:

- a) Que não atendam às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);
- b) Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos limites determinados pelo inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93;
- c) Tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou impedidas de contratar com esta Administração Municipal, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/1993 e do art. 7º da Lei 10.520/2002.
- d) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- e) Que se encontre em processo de insolvência, dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação;
- f) Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- g) Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- h) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- i) Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.
- j) Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

4.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.7. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.7.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.7.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.7.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posterior.

4.7.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.7.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 16 de setembro de 2009.

4.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital, exceto a licitante beneficiada com a Lei Complementar nº 123/2006 que poderá apresentar a documentação de regularidade fiscal vencida no momento do Pregão e terá **até 05 (cinco) dias úteis**, após a solicitação do(a) Pregoeiro(a), para comprovar a sua regularização.

4.9. A empresa que recair nas vedações acima será inabilitada.

4.10. A microempresa e empresa de pequeno porte que quiser usufruir dos benefícios concedidos pela LC 123/2006 deverá optar, no sistema, ser <Micro ou Pequena Empresa>, antes do envio da proposta, e no momento da Habilitação comprovar tal situação apresentando todos os documentos cláusula décima quarta deste edital, bem como aqueles previstos na legislação vigente.

4.10.1. A falta de identificação no sistema, antes de envio da proposta, conforme estabelecido no item anterior acarretará em preclusão dos benefícios da Lei Complementar 123/2006.

4.10.2. A não apresentação dos documentos mencionados no **item 4.10** configurará renúncia aos benefícios da citada legislação.

4.10.3. Nos termos do artigo 43 da LC 123/2006, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, relacionados na cláusula décima quarta deste Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.10.4. A omissão de informações por parte da empresa, ou a declaração falsa, ensejará as sanções e penalidades legais aplicáveis.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica:

5 - DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

5.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico licitacao@tangaradaserra.mt.gov.br, podendo também, alternativamente serem protocoladas **diretamente na Secretaria Municipal de Administração**: Departamento de Licitações, da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra/MT – Brasil nº 2.351-N, Jardim Europa, Tangará da Serra MT, CEP 78.300.000, dirigida ao(a) pregoeiro(a), contendo os documentos necessários de qualificação do Requerente, sendo em qualquer dos casos durante o seguinte **horário: das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00 (horário local)**, prazo estabelecido no **item 5.1**.

5.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este Pregão deverão ser enviados ao (a) Pregoeiro(a), até **03 (três) dias úteis** anteriores (artigo 19, do Decreto 10.024/2019) à data fixada para abertura da sessão, exclusivamente, através do endereço eletrônico licitacao@tangaradaserra.mt.gov.br.

5.3. Qualquer **pedido de esclarecimento** em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital e seus anexos deverá ser encaminhado, por escrito, ao(a) Pregoeiro(a) devendo informar a qualificação e endereçamento correto e também o número de telefone para contato e nome do responsável pelos pedidos de esclarecimentos.

5.4. Caberá ao (a) Pregoeiro(a), com auxílio do setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação, no **prazo de até 02 (dois) dias**, a contar do recebimento da impugnação, conforme determina o artigo 23, §1º, do Decreto 10.024/2019.

5.4.1. Sobre o pedido de esclarecimento ou impugnação, é facultado ao (a) Pregoeiro(a), solicitar manifestação de profissionais e técnicos da área do objeto licitado, que terão o **prazo de 02 (dois) dias** para resposta.

5.4.2. Também é facultado ao (a) Pregoeiro(a), solicitar a análise da impugnação ou do pedido de esclarecimento à assessoria jurídica, que terá o **prazo de 02 (dois) dias** para se manifestar.

5.4.3. A eventual manifestação pela assessoria jurídica solicitada pelo Pregoeiro ocorrerá após a análise da impugnação ou pedido de esclarecimento pela assessoria técnica, se for o caso.

5.5. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5.5.1. Na hipótese da impugnação ser rejeitada, ficarão mantidas as condições originalmente previstas neste edital.

5.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sítio <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>, sendo, ainda, anexado aos autos do processo licitatório.

5.7. A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurar o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, e legislação vigente.

5.8. **Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção de 06 meses a 02 (dois) anos, e multa, nos termos do art. 93 da Lei 8666/93.**

6 - DO CREDENCIAMENTO

6.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no **SICAF**, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

6.2. O cadastro no **SICAF** deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

6.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

6.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros, conforme determina o artigo 19, inciso III do Decreto 10.024/2019.

6.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso, conforme determina o artigo 19, inciso V do Decreto 10.024/2019.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica: _____

6.4. É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.

6.5. A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

6.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **SICAF** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.6.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.7. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF**, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

7 - DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes deverão encaminhar proposta, concomitante com os documentos de habilitação exigidos no edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas e dos documentos de habilitação.

7.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

7.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.9. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

7.9.1. O licitante deverá efetuar o lançamento de sua proposta no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.9.2. Valor unitário e total do item;

7.9.3. Marca;

7.9.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme consta os descritivos na planilha do Anexo I do Termo de Referência;

7.9.5. A proposta de preços que contenha qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

7.10. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.11. No preço proposto estarão inclusas todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do fornecimento do objeto: tributos, salários, seguros, impostos, taxas, contribuições, e outros benefícios e encargos exigidos por lei, os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.12. A proposta de preços terá **validade de 60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública, prazo após o qual, não havendo convocação para a contratação, fica a licitante liberada dos compromissos assumidos.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica: _____

7.13. O envio da proposta digital pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

7.14. Até a abertura da sessão, os licitantes **poderão** retirar ou substituir as propostas apresentadas.

7.15. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – **TERMO DE REFERENCIA** do presente edital.

7.16. O Pregoeiro desclassificará, fundamentadamente, as propostas que não atenderem às exigências do Edital.

8 – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

8.1. A abertura da sessão pública deste pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e hora indicada no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre a Pregoeira e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

8.3.1. O licitante que deixar de responder qualquer convocação/mensagem do Pregoeiro, no prazo previsto, será responsável pelo ônus decorrente da perda de negócio e ficará sujeito a eventuais sanções.

8.4. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.5. No caso da desconexão do Pregoeiro persistir por tempo **superior a 10 (dez) minutos**, a sessão do pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas, após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

9 – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1. Após a abertura da sessão pública, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, registrando no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes e por qualquer interessado.

9.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. O julgamento da proposta de preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE** observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos neste Edital.

10 – DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

10.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignado no registro de cada lance.

10.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

10.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica: _____

- 10.5.** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 10.6.** Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.
- 10.7.** Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.
- 10.8.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 10.9.** Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 10.10.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser no mínimo **R\$ 10,00 (dez reais)**.
- 10.11.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 10.12.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 10.13.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 10.14.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 10.15.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 10.17.** No caso de desconexão do Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva de lances do Pregão, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 10.18.** Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, **sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente** decorridas 24 (vinte e quatro) horas, após comunicação expressa do Pregoeiro(a) aos participantes.
- 10.19.** Só se considera empate entre propostas iguais, não seguidas de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, uma vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.
- 10.20.** Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens fornecidos:
- 10.20.1.** Por empresas brasileiras;
- 10.20.2.** Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 10.20.3.** Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação
- 10.20.4.** Persistindo o empate entre propostas, será aplicado o sorteio como critério de desempate.
- 10.21.** Após o encerramento da etapa de lances, apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, a pregoeira poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido melhor preço, ou ajustá-lo ao valor estimado para a contratação, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital, bem assim decidir sobre sua aceitação.
- 10.21.1.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 10.21.2** Sempre que a proposta não for aceita, e antes do Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica:

10.22. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.23. Após a negociação do preço, a pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11 - DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

11.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

11.2. Encerrada a etapa de lances será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

11.3. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

11.4. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

11.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

11.6. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

11.7. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

12 - DA NEGOCIAÇÃO

12.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

12.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

13 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1. A licitante melhor classificada deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo II – Modelo de Proposta de Preços, em arquivo único, no prazo de 02 (duas) horas, contado da convocação efetuada pelo Pregoeiro por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema Comprasnet.

13.2. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

13.3. O (a) Pregoeiro(a), poderá requisitar a participação da unidade demandante ou de unidade especializada, para fins de análise das propostas e orientar na decisão.

13.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.5. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica: _____

13.6. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

13.7. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

13.8. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro.

13.9. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

13.10. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

13.11. O (a) Pregoeiro(a), poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

13.11.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo (a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características dos produtos ofertado, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo(a) Pregoeiro(a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

13.12. O prazo estabelecido pelo (a) Pregoeiro(a), poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo (a) Pregoeiro(a).

13.12.1. O licitante que deixar de responder qualquer convocação/mensagem do Pregoeiro, no prazo previsto, será responsável pelo ônus decorrente da perda de negócio e ficará sujeito a eventuais sanções.

13.13. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a), suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

13.14. O (a) Pregoeiro(a), poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

13.15. Também nas hipóteses em que o (a) Pregoeiro(a), não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

13.15.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.16. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes do (a) Pregoeiro(a), passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

13.17. No julgamento da habilitação e das propostas, o(a) Pregoeiro(a), poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.19. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados até a data e horário estabelecido para abertura da sessão pública, o licitante será convocado a encaminhá-los, **em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, juntamente com a proposta adequada ao último lance, sob pena de não aceitação da proposta. Conforme art. 38 do Decreto nº 10.024/19.**

13.20. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo (a) Pregoeiro(a), por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

13.21. O (a) Pregoeiro(a), poderá, no curso da sessão pública do Pregão Eletrônico, solicitar informações às licitantes acerca de suas propostas/documentações, utilizando a ferramenta de conversação disponível no sistema.

13.22. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.



14 - DA HABILITAÇÃO

14.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do **SICAF** (habilitação parcial) e dos documentos de habilitação especificados neste Edital.

14.2. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados, concomitantemente com a proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para a abertura da sessão pública.

14.3. As licitantes que não atenderem às exigências de habilitação parcial no **SICAF** deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

14.4. Realizada a habilitação parcial no SICAF, será verificado eventual descumprimento das vedações elencadas na Cláusula 4, deste edital- Da Participação na Licitação, mediante consulta ao:

14.4.1. SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, III, da Lei n.º 8.666/93;

14.4.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

14.4.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis;

14.4.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

14.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.5.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.5.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

14.5.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

14.5.4. Não ocorrendo inabilitação, o(a) Pregoeiro(a), consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - **SICAF**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP n.º 03, de 2018.

14.6. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP n.º 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no **SICAF** até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

14.7. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **SICAF** para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

14.7.1. O descumprimento do subitem acima, implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

14.8. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da LC n.º 123, de 2006.

14.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

14.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.10.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.11. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - **SICAF** além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MP n.º 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, bem como a Qualificação Econômico-Financeira, nas condições descritas adiante:



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica:

14.11.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

Para habilitação dos licitantes será exigida a seguinte documentação

14.11.1.1. Contrato social na forma da lei e/ou documento equivalente.

14.11.1.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

14.11.1.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.11.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

14.11.2.1. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Relativos aos Tributos Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União), Consolidada de acordo com Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014;

14.11.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

14.11.2.3. Certidão Negativa de Débito expedida pela **Procuradoria Geral do Estado** do domicílio tributário da licitante;

14.11.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

14.11.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

14.11.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT);

14.11.2.7. As certidões relativas a regularidade fiscal deverá englobar tanto os débitos tributários não inscritos quanto os já inscritos em dívida ativa.

14.11.2.8. A regularidade será relativa ao domicílio ou sede do licitante rios não inscritos quanto os já inscritos em dívida ativa.

14.11.2.9. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

14.11.2.10. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

14.11.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

14.11.3.1. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E/OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica licitante, com data de, no máximo, **90 (noventa) dias a partir da sua emissão** até a data prevista para abertura desta licitação, exceto se houver prazo de validade fixada na respectiva certidão;

14.12. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, encaminhados, concomitantemente com a proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para a abertura da sessão pública.

14.12.1. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio e-mail licitacao@tangaradaserra.mt.gov.br.

14.13. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados até a data e horário estabelecido para abertura da sessão pública, o licitante será convocado a encaminhá-los, **em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.**

14.14. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

14.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

14.15.1. O prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.

14.15.2. A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

14.15.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto na subcondição anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

14.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica: _____

14.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

14.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

14.19. Os demais documentos apresentados, sem disposição expressa do órgão expedidor quanto a sua validade, terão o prazo de vencimento de **90 (noventa) dias** contados a partir da data de sua emissão.

14.19.1. Excetuam-se do prazo acima mencionado, os documentos cuja validade é indeterminada, como é o caso dos atestados de capacidade ou responsabilidade técnica.

14.20. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á no sistema eletrônico.

15 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

15.1. A proposta de preços, ajustada ao lance classificado, deverá ser anexada ao Sistema Comprasnet após solicitação do Pregoeiro, pela opção "Convocar Anexo", no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

15.2. A critério do pregoeiro, a fim de agilizar a sessão pública, poderá, ainda, ser solicitado o envio da proposta para o e-mail.

15.2.1. O ENCAMINHAMENTO POR E-MAIL NÃO AFASTA A POSTAGEM NO COMPRASNET, QUE É OBRIGATÓRIA.

15.3. A proposta deverá observar as seguintes exigências:

15.3.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

15.3.2. Fazer menção ao número deste edital, conter a razão social da licitante, seu CNPJ/MF, dados bancários e endereço completo;

15.3.3. A falta do CNPJ e (ou) endereço completo poderá ser saneada pelos dados constantes do sistema eletrônico.

15.3.4. Conter **o preço unitário e total do item, em Real, com duas casas decimais, incluídas todas as despesas relativas aos impostos, taxas, frete e demais encargos pertinentes;**

15.3.5. conter declaração do prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados de data de sua entrega;

15.3.6. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

15.3.2.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

15.3.7. Declaração de que nos preços propostos e nos lances que forem ofertados deverão estar inclusos todos os custos necessários ao fornecimento do objeto da presente licitação e seus anexos, todos os serviços, materiais, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, e quaisquer outros que direta ou indiretamente incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado constante da proposta.

15.3.8. Indicar o representante legal da empresa responsável pela assinatura da ata e do contrato.

15.3.9. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

15.3.10. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

15.4. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

15.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

15.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo a proposta de outro licitante.

15.7. O licitante que deixar de responder qualquer convocação/mensagem do Pregoeiro, para encaminhamento da proposta vencedora no prazo previsto, será responsável pelo ônus decorrente da perda de negócio e ficará sujeito a eventuais sanções.

16 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica: _____

16.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.4. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17 - DOS RECURSOS

17.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo **30 (trinta)** minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

17.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

17.3. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

17.4. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante implicará decadência do direito de interpor recurso, autorizando o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

17.4.1. Os recursos poderão ser acolhidos somente após a verificação dos requisitos de admissibilidade, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação por parte da licitante. (Acórdão TCU 520/2014 – Plenário).

17.4.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.4.3. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 03 (três) dias, ou no mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão.

17.5. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

17.7. Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação da licitante.

18 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do(a) Pregoeiro(a), caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

18.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

19 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica: _____

aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 3 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

19.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

19.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

19.5. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

20 - TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

20.1. Após a homologação da licitação, em sendo necessário a extração de contrato, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente, nos termos da minuta, **(Anexo IV)**.

20.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

20.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 3 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

20.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

20.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

20.5.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

20.5.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

20.6. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

20.7. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

20.8. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao **SICAF** para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao **CADIN**.

20.9. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no **SICAF**, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

20.10. Na hipótese de irregularidade do registro no **SICAF**, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

20.11. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

20.12. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica:

21 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte:

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2419-40.92.52.56.00.01.00000000 - Tecnologia da Informação
2419-33.90.39

21.2. Estima-se o valor total desta licitação em R\$ 966.500,00 (Novecentos e sessenta e seis mil e quinhentos reais).

22 - DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO

22.1. Caberá ao fiscal da ata de Registro de Preços ou contrato, designado pela Secretaria ordenadora da despesa, promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes da Contratação, observado o disposto no ato respectivo de nomeação.

22.2. O fornecimento do objeto será acompanhado e supervisionado pelo Fiscal da ata ou Contrato da secretaria solicitante, que deverá acompanhar, supervisionar em conformidade com o Art. 67 da Lei 8 666/93 visando a observância do fiel cumprimento das exigências contratuais e encaminhar à Secretaria de Fazenda/Contabilidade, os relatórios para os procedimentos de pagamento das faturas.

22.3. O fornecimento deverá ser realizado de acordo com os requisitos deste edital, do Termo de Referência e seus anexos.

22.4. Competirá aos responsáveis pela fiscalização acompanhar o fornecimento dos produtos inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, rejeitar os que estiverem em desacordo com as especificações do edital, bem como, dirimir as dúvidas que surgirem no decorrer do fornecimento, dando ciência de tudo ao licitante adjudicado, conforme art. 67 da Lei n. 8.666/93.

22.5. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no edital e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

22.6. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município, deverão ser solicitadas formalmente pela Contratada, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

22.7. A **CONTRATADA** deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto da Ata de Registro de Preços.

22.8. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, a **CONTRATADA** sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

23 - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

23.1. Efetuar o recebimento dos produtos, verificando se os mesmos estão em conformidade com o solicitado, por meio de fiscal, formalmente nomeado para esse fim;

23.2. Comunicar imediatamente a contratada qualquer irregularidade verificada nos produtos fornecidos;

23.3. Efetuar o pagamento a contratada, de acordo com as condições de preços e prazo estabelecido na nota de empenho ou no contrato;

23.4. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica:

23.5. Garantir o cumprimento de todas as cláusulas contratuais necessárias ao bom desempenho do fornecimento dos materiais, objeto desta contratação.

23.6. Fiscalizar a obrigação da contratada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

23.7. Realizar inspeção por meio do fiscal do contrato nomeado pela Secretaria solicitante, os produtos que por ventura venham a ser substituídos no decorrer do fornecimento destes.

23.8. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

23.9. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do edital, bem como do contrato, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

23.10. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução do referido Contrato, alertando o executor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade do Contratado;

23.11. Esclarecer as dúvidas e indagações do Contratado, por meio da fiscalização do contrato.

23.12. O contratante só efetuará o pagamento referente aos produtos fornecidos, pela contratada, conforme comprovação real da entrega dos mesmos, atestada pelo fiscal do contrato.

24 - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

24.1. Constituem obrigações do **FORNECEDOR REGISTRADO**, dentre outras inerentes ou decorrentes da presente Contratação:

24.1.1. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com materiais, insumos, mão-de-obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias ao perfeito fornecimento dos produtos pelo **FORNECEDOR REGISTRADO**.

24.1.2. Após a homologação da licitação, assinar a **Ata de Registro de Preços e/ou contrato**, relativo ao objeto adjudicado, conforme prazo determinado neste edital;

24.1.3. Fornecer os produtos, objeto da presente licitação, solicitados em estrita conformidade com as disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada.

24.1.4. Efetuar a entrega dos materiais, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na "Nota de Empenho", com especificação e quantidade rigorosamente idênticas ao discriminado;

24.1.5. **Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos II e III, deste Edital;**

24.1.6. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

24.1.7. Responsabilizar-se pelo fornecimento dos produtos, assumindo todas as obrigações de natureza fiscal, comercial, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado, resultante do fornecimento do objeto desta licitação.

24.1.8. Ofertar produtos de qualidade, respeitando as discriminações contidas no Termo de Referência, sem defeitos ou avarias, devidamente acondicionado em embalagens apropriada, e em perfeitas condições de armazenamento e uso, de forma que garanta a sua integridade e não sejam danificados durante as operações de transporte, carga e descarga, conforme determina a Legislação vigente, sob pena de não recebimento dos mesmos.

24.1.9. Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, comprometendo-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos que não atendam o padrão de qualidade exigido, ou em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento **no prazo de 72 (setenta e duas) horas**, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

24.1.9.1. **Todos os produtos deverão conter prazo de garantia mínima assegurada pelo fabricante, contados a partir do recebimento definitivo dos itens, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante de seu pleno funcionamento. Essa garantia deverá abranger todo e qualquer defeito de fabricação e desempenho dos materiais elétricos, quando submetidos a uso e conservação normais, com todos os custos decorrentes de substituição de produtos, por conta da CONTRATADA.**

24.1.10. **Manter, durante a vigência da da Ata de Registro de Preços e/ou contrato, as condições de habilitação exigidas no Edital;**

24.1.11. **Comunicar ao CONTRATANTE, qualquer problema ocorrido na execução do objeto do contrato;**

24.1.12. Atender aos chamados do **CONTRATANTE**, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto do contrato;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica:

24.1.13. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do contratante, o qual, caso haja, será dado por escrito:

24.1.14. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

24.1.15. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Tangará da Serra-MT, nos prazos e locais designados neste edital;

24.1.16. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo fiscal do contrato, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

24.1.17. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE, conforme disposto no art. 70, da Lei nº 8.666/93;

24.1.18. Credenciar junto ao Município de Tangará da Serra-MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

24.1.19. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

25 - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DOS LOCAIS E PRAZOS DE ENTREGA.

25.1. O objeto desta licitação refere-se a uma estimativa de utilização dos produtos, a serem aplicadas durante **12 (doze) meses**, assim, não poderão ser executados em uma única parcela, devendo haver execuções parciais, de forma a atender as quantidades estipuladas nos pedidos parciais/requisições emitidas pelo Órgão solicitante.

25.2. A licitante vencedora deverá fornecer o objeto em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o Termo de Referência e à proposta de preços apresentada.

25.3. Para fornecimento dos produtos, registrados na ARP-Ata de Registros de Preços, que deverá estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração.

25.4. A entrega dos produtos, será de forma parcelada, na medida da necessidade, as Secretarias interessadas, através de servidores previamente autorizados, farão as solicitações dos produtos junto à contratada, mediante formulário próprio de Ordem de Fornecimento, emitido pelo encarregado responsável.

25.4.1. Os equipamentos deverão ser entregues com 01 (um) Manual de peças (aplicação e código), 01 (um) Manual de Operação, em vias impresso e em mídia digital, ambos em língua portuguesa, atualizado conforme a série e versão do bem.

25.4.2. Manual de garantia total, acompanhado de documento de compromisso de RESPONSABILIDADE DE GARANTIA TOTAL, assistida no local de operação, sem custos de traslado ou estadia dos profissionais.

25.5. A contratada deverá efetuar a entrega dos produtos **no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento da requisição e nota de empenho, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**.

25.5.1. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar será convocada para o fornecimento do objeto.

25.6. Os produtos solicitados deverão ser entregues no Almoxarifado Central do Município, localizado na Av. Brasil nº 2.351-N, Jardim Europa, ou outro local determinado pela Administração, na presença do encarregado do Setor, em conformidade com § 8º, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o **prazo de até 03 (três) dias úteis** para aceitar os materiais.

25.7. Todo o material fornecido deverá estar acondicionado em embalagens apropriada, e em perfeitas condições de armazenamento e uso, de forma que garanta a sua integridade e não sejam danificados durante as operações de transporte, carga e descarga, conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

25.8. A contratada deverá se responsabilizar pela qualidade dos produtos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, assim como pela adequação do mesmo às exigências deste Termo e da licitação.

25.9. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

25.9.1. As ferramentas deverão possuir as garantias mínimas previstas em lei, contados a partir do seu recebimento definitivo. Essa garantia deverá abranger todo e qualquer defeito de fabricação e desempenho dos materiais, quando submetidos a uso e conservação normais.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica: _____

25.10. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

25.11. No ato da entrega, os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida ser(ão) devolvido(s), à contratada.

25.12. Verificada alguma falha no fornecimento, a Contratada obriga-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, os produtos entregues e não aceitos pelo Contratante, em função da existência de irregularidades, incorreções, **no prazo de 72 (setenta e duas) horas**, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, sem ônus adicional para a Contratante, sem o que será convocada a segunda classificada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93 e artigos 20 e 56 a 80 do Código de Defesa do Consumidor.

25.13. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a **CONTRATANTE** não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

25.14. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade dos produtos fornecidos pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências da ARP – Ata de Registro de Preços, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

26 – DO PAGAMENTO

26.1. Pelo fornecimento dos produtos, quando devidamente executados e entregues, pagará a **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** o valor constante em sua proposta comercial, sem qualquer ônus ou acréscimo;

26.2. Os pagamentos serão efetuados após a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada por servidor responsável da **CONTRATANTE**, acompanhada da certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união e Contribuições Previdenciárias (PGFN/INSS), certificado de regularidade de situação junto ao FGTS e certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo.

26.2.1. Os pagamentos serão creditados em favor da Contratada, por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

26.3. Na ocorrência de rejeição da nota fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo estipulado no subitem anterior passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

26.4. A Contratada deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e conseqüentemente lançado no instrumento contratual.

27 – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

27.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a **Ata de Registro de Preços** durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização da Secretaria Municipal de Administração.

27.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras assumidas com o município de Tangará da Serra e órgãos participantes.

27.3. O quantitativo decorrente da adesão à ata, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o município de Tangará da Serra e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

27.4. O processo de autorização de adesão à Ata de Registro de Preços, será competência do Secretário de Administração, que, somente autorizará adesões que obedeçam aos seguintes requisitos:

- a) que exista disponibilidade do item solicitado;
- b) que instrua o pedido através de ofício, com as informações necessárias de acordo com a legislação vigente;

27.5. Para instrução do pedido de que trata a alínea “b”, além das exigências constantes para o processo de autorização de adesão deverá ainda, conter as seguintes informações:



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica: _____

- a) número da ata e seu objeto;
- b) quantidade contratada;
- c) justificativa da necessidade de contratação do item solicitado;
- d) nome, cargo, telefone e setor do responsável pelo pedido de adesão à ata de registro de preço, para possíveis contatos;
- e) quantidades e itens aderidos anteriormente na referida ata;
- f) carta de concordância do fornecedor ou prestador do serviço;
- g) justificativa da vantajosidade.

27.6. Cumpridos os requisitos formais para o processo de adesão à Ata de registro de preços, somente após parecer jurídico favorável a adesão, a Administração Municipal autorizará o pedido de adesão.

27.7. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Órgão Gerenciador, Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@tangaradaserra.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Brasil nº 2.351-N, Bairro Jardim Europa, telefones: **(65) 3311-4820/ 3311-4809**.

28 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

28.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, **pelo prazo de até 05 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

28.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da Contratada, que deverá ser apresentada **no prazo de 05 (cinco) dias úteis** a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

- I) **advertência** por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;
- II) **multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento)** por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;
- III) **multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento)** pelo não fornecimento do objeto deste Pregão, calculada sobre o valor remanescente do contrato;
- IV) **multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista no Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, correio ou outro), até cessar a inadimplência;**
- V) **suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Tangará da Serra-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;**
- VI) **declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.**
- VII) **após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto do Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.**
- VIII) **a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;**
- IX) **ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela Contratada, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;**
- X) **quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380, da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil);**
- XI) **na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.**



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica: _____

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 05 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

28.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente, a sua aplicação não exime a empresa contratada, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

28.4. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

28.4.1. Desclassificação ou inabilitação, caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

28.4.2. Cancelamento do contrato, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento.

28.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

29 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

29.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

29.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

29.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

29.5. No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) Pregoeiro(a), poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

29.6. As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do Pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

29.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

29.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

29.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

29.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

29.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

29.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

29.13. A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica:

deverá anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sempre garantindo a ampla defesa e contraditório.

29.14. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes nas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02 e nos Decretos Federal 7892/2013.

29.15. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente pregão e que não possa ser resolvida administrativamente, serão processadas e julgadas pelo foro da Comarca de Tangará da Serra/MT, com exclusão de qualquer outro

29.16. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e www.tangaradaserra.mt.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Brasil nº 2.351-N, Jardim Europa, Tangará da Serra-MT, nos dias úteis, no horário das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00 (horário local), mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

30 - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

30.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

30.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

30.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

30.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

31 - DOS ANEXOS INTEGRANTES

31.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I - Termo de Referência;
- b) ANEXO II - Modelo de Proposta de Preço;
- c) ANEXO III - Minuta de Ata de Registro de Preços.
- d) ANEXO IV - Minuta do Termo de Contrato;

Município de Tangará da Serra- MT, aos 05 dias do mês de março ano de dois mil e vinte e um.

ARIELZO DA GUIA E CRUZ
SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA
PREGOEIRA - PORTARIA Nº 306/2021

DALILA CRISTIAN F. DA PAZ
PREGOEIRA - PORTARIA Nº 306/2021

Este edital encontra-se juridicamente analisado e formalmente aprovado, nos termos do Parágrafo único, do artigo 38, da Lei 8.666/93.

LUAN VANZETTO
OAB/MT 27.160-0



ANEXO I
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2021
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem como finalidade promover licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, sob a forma **REGISTRO DE PREÇOS**, para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE SWITCHs, PARA ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DESSE MUNICÍPIO**, conforme especificações e disposições descritas a seguir:

1.2. Caso haja divergência entre o descritivo dos itens no edital licitatório e no sistema COMPRASNET do governo federal, PREVALECERÁ O DESCRITIVO CONSTANTE NO EDITAL.

2. DA JUSTIFICATIVA

Justifica-se a necessidade proceder com o Registro de Preços para o objeto deste certame, em razão da premente demanda ora apresentada, bem como eventuais demandas futuras, tudo, a fim de suprir a demanda da Secretaria Municipal de Administração na manutenção, no sentido de garantir a segurança da conectividade da interligação da rede de computadores, que, atualmente, só no paço Municipal conta com aproximadamente 300 unidades operado em rede única, sendo que o produto final será a qualidade na eficácia e eficiência dos serviços correlatos prestados à nossa comunidade, bem como aos usuários internos da administração municipal.

2.2. ESCOLHA DA MODALIDADE PREGÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O pregão é uma modalidade de licitação com o objetivo de reduzir custos e agilizar os processos pertinentes à compra de materiais nas contratações públicas. A escolha da modalidade pregão no presente processo licitatório, se deu em razão de que a mesma destina-se a aquisição de materiais permanentes e de consumo, em que todos os produtos a serem adquiridos, conforme definição no art. Art. 1º, parágrafo único da Lei 10.520/02, tratam-se de bens comuns, com padrões de desempenho e qualidade que estão objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais no mercado, ou seja, sem alternativas técnicas de desempenho dependentes de tecnologia sofisticada.

2.3. DA FORMA DE JULGAMENTO

De acordo com as informações prestadas pela equipe de TI do município, é necessário que haja 100% de compatibilidade entre os equipamentos e os serviços de instalação e manutenção, ou seja, a empresa que vencer o item relacionado ao SWITCH, também terá que ter vencido o item de instalação e manutenção, uma vez tais serviços estão diretamente ligados à marca do produto. Portanto, o julgamento deverá ocorrer por LOTE.

2.3.1. A divisão em lotes segmentados por características semelhantes e comuns ao mercado, serve como estratégia competitiva na concorrência de preços, uma vez que permite aos prestadores de serviços especializados em um segmento, possam oferecer maiores descontos na composição do preço de um lote, podendo propiciar o poder de negociação de compra pelo município. E ainda, quando os lotes são formulados de forma correta e eficiente, favorecem o sucesso da licitação, diminuindo o tempo e aumentando a flexibilidade da formação de preços pelas empresas participantes.

Pois, caso o julgamento fosse por item, poderia gerar um número grande de empresas para o atendimento do objeto, inclusive, comprometer a qualidade dos serviços, dificultando também, a coordenação dos serviços, visto que a Administração não dispõe de servidores suficientes para fiscalizar e acompanhar os serviços de várias empresas, não atendendo com a eficiência, às necessidades reais da Administração.

2.3.2. Assim, salienta-se que a licitação para contratação dos serviços de que trata o objeto, agrupados em lotes, justifica-se pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, vez que vários fornecedores poderiam implicar descontinuidade da padronização, bem assim em dificuldades gerenciais e, até mesmo, aumentar os custos.

Por fim, ressalta-se que o parcelamento do objeto em itens, nos termos do art. 23, §1º, da Lei nº 8.666/1993, neste caso, não se demonstra técnica e economicamente viável e não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visto que as empresas do ramo são capazes de executarem todos os serviços elencados nos referidos lotes, pois, visa, tão somente, assegurar a gerência segura da contratação, e principalmente, assegurar, não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também, atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento, as necessidades da Administração Pública.

2.3. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A escolha sob o sistema de Registro de Preços, justifica-se pelo fato de que serão licitados aquisição de materiais permanentes e de consumo, para atendimento das diversas secretarias que integram a Administração Municipal e com previsão de entregas parceladas de acordo com a demanda de cada secretaria participante do processo, as



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica: _____

quais serão utilizadas no decorrer da vigência do registro, nos termos do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES E VALOR ESTIMADO:

3.1. Demanda de consumo para atendimento das Secretarias de Municipais e orçamento estimativo, conforme abaixo:

LOTE 01						
ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIDA	CÓDIGO CATMAT	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SWITCH CORE - CARACTERÍSTICAS GERAIS: O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR NO MÍNIMO 28 (VINTE E QUATRO) SLOTS 1 /10 GIGABIT ETHERNET SFP+ SEM NENHUM BLOQUEIO (NON-BLOCKING); AS PORTAS SFP+ DEVEM SUPORTAR TRANSCEIVERS DOS PADRÕES SFP+ 10GBASE-SR, 10GBASE-LR, 10GBASE-ER E 10GBASE-ZR, SFP 1000BASE-SX, 1000BASE-LX, 1000BASE-ZX E 1000BASE-T E CABOS SFP+ DIRECT ATTACH CABLE (DAC); DEVE SER FORNECIDO COM PELO MENOS 26 (VINTE SEIS) TRANSCEIVERS 10GBASE-SR. OS TRANSCEIVERS FORNECIDOS DEVERÃO SER DO MESMO FABRICANTE DO SWITCH; POSSUIR 02 (DUAS) PORTAS 100 GIGABIT ETHERNET QSFP28 COM SUPORTE A TRANSCEIVERS DOS PADRÕES 100GBASE-SR4, 100GBASE-LR4, 40GBASE-SR4, 40GBASE-LR4 E CABOS QSFP28/QSFP+ PASSIVE DIRECT ATTACH CABLE (DAC); DEVE SER FORNECIDO COM PELO MENOS 01 CABO DAC 100GB QSFP28 DE NO MÍNIMO 0,5 METROS; DEVE SER FORNECIDO COM PELO MENOS 02 CABO DAC 10GB SFP+ DE NO MÍNIMO 1 METRO; POSSUIR MATRIZ DE COMUTAÇÃO COM CAPACIDADE DE PELO MENOS 960 GBPS; POSSUIR CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE PELO MENOS 720 MPPS (MILHÕES DE PACOTES POR SEGUNDO); DEVERÁ TER CAPACIDADE DE ROTEAR E COMUTAR PACOTES ATRAVÉS DE ASICS SEM A NECESSIDADE DE ADIÇÃO DE HARDWARE OU LICENÇAS ADICIONAIS; POSSUIR LATÊNCIA INFERIOR OU IGUAL A 800 NS (OITOCENTOS NANO SEGUNDOS) DE COMUTAÇÃO PORTA A PORTA; POSSUIR CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 160.000 ENDEREÇOS MAC; SUPORTE A JUMBO FRAMES DE NO MÍNIMO 9.000 BYTES; DEVE POSSUIR NO MÍNIMO 1 (UMA) PORTA DE CONSOLE COM CONECTOR RJ-45; DEVE POSSUIR NO MÍNIMO 1 (UMA) PORTA ETHERNET RJ-45 PARA ADMINISTRAÇÃO FORA DE BANDA (OUT-OF-BAND MANAGEMENT); SER FORNECIDO COM CONFIGURAÇÃO DE CPU E MEMÓRIA (RAM E FLASH) SUFICIENTE PARA IMPLEMENTAÇÃO DE TODAS AS FUNCIONALIDADES DESCRITAS NESTA ESPECIFICAÇÃO. POSSUIR FONTES DE ALIMENTAÇÃO REDUNDANTES INTERNAS AO EQUIPAMENTO COM AJUSTE AUTOMÁTICO DE TENSÃO 110 OU 220 VOLTS; O EQUIPAMENTO DEVERÁ TER VENTILADORES REDUNDANTES COM OPÇÃO DE FLUXO DE AR FRENTE PARA TRÁS OU TRÁS PARA FRENTE (FRONT-TO-BACK OU BACK-TO-FRONT). OS EQUIPAMENTOS DEVEM VIR EQUIPADOS COM VENTILADORES DE FLUXO DE AR FRENTE PARA TRÁS; AS FONTES E VENTILADORES DEVEM SER CAPAZES DE SEREM TROCADOS COM O EQUIPAMENTO EM PLENO FUNCIONAMENTO, SEM NENHUM IMPACTO NA PERFORMANCE (HOT-SWAPPABLE) E DEVEM SER REDUNDANTES; O EQUIPAMENTO DEVE SER ESPECÍFICO PARA O AMBIENTE DE DATA CENTER COM COMUTAÇÃO DE PACOTES DE ALTO DESEMPENHO E ARQUITETURA "NON BLOCKING"; OCUPAR NO MÁXIMO 1 (UMA) UNIDADE DE RACK (1 RU); INSTALÁVEL EM RACK PADRÃO DE 19", SENDO QUE DEVERÃO SER FORNECIDOS OS RESPECTIVOS KIT'S DE FIXAÇÃO; FUNCIONALIDADES GERAIS: POSSUIR PORTA DE CONSOLE PARA GERENCIAMENTO E CONFIGURAÇÃO VIA LINHA DE COMANDO. O CONECTOR DEVE SER RJ-45 OU PADRÃO RS-232 (OS CABOS E EVENTUAIS ADAPTADORES NECESSÁRIOS PARA ACESSO À PORTA DE CONSOLE DEVEM SER FORNECIDOS); GERENCIÁVEL VIA TELNET E SSH; PERMITIR O ESPELHAMENTO DE UMA PORTA E DE UM GRUPO DE PORTAS PARA UMA PORTA ESPECIFICADA; PERMITIR O ESPELHAMENTO DE UMA PORTA OU DE UM GRUPO DE PORTAS PARA UMA PORTA ESPECIFICADA EM UM SWITCH REMOTO NO MESMO DOMÍNIO L2 OU EM OUTRO DOMÍNIO L2 ATRAVÉS DE TUNELAMENTO; DEVE SER GERENCIÁVEL VIA SNMP (V1, V2); IMPLEMENTAR O PROTOCOLO SYSLOG PARA FUNÇÕES DE "LOGGING" DE EVENTOS; IMPLEMENTAR O PROTOCOLO NTPV4; SUPORTAR AUTENTICAÇÃO VIA RADIUS OU TACACS; POSSUIR SUPORTE AO PROTOCOLO DE AUTENTICAÇÃO PARA CONTROLE DO ACESSO ADMINISTRATIVO AO EQUIPAMENTO; IMPLEMENTAR CONTROLE DE ACESSO POR PORTA (IEEE 802.1X); IMPLEMENTAR LISTAS DE CONTROLE DE ACESSO (ACLS) BASEADAS EM ENDEREÇO IPV4 OU IPV6 DE ORIGEM E DESTINO, PORTAS TCP E UDP DE ORIGEM E DESTINO E ENDEREÇOS MAC DE ORIGEM E DESTINO; POSSUIR CONTROLE DE BROADCAST, MULTICAST E UNICAST POR PORTA; PROMOVER ANÁLISE DO PROTOCOLO DHCP E PERMITIR QUE SE CRIE UMA TABELA DE ASSOCIAÇÃO ENTRE ENDEREÇOS IP ATRIBUÍDOS DINAMICAMENTE, MAC DA MÁQUINA QUE	UN	466671	4	66.000,00	264.000,00



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica:

<p>RECEBEU O ENDEREÇO E PORTA FÍSICA DO SWITCH EM QUE SE LOCALIZA TAL MAC; IMPLEMENTAR PELO MENOS UMA FILA DE SAÍDA COM PRIORIDADE ESTRITA POR PORTA E DIVISÃO PONDERADA DE BANDA ENTRE AS DEMAIS FILAS DE SAÍDA; IMPLEMENTAR CLASSIFICAÇÃO, MARCAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DE TRÁFEGO BASEADA NOS VALORES DE CLASSE DE SERVIÇO DO FRAME ETHERNET (IEEE 802.1P COS); IMPLEMENTAR CLASSIFICAÇÃO, MARCAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DE TRÁFEGO BASEADA NOS VALORES DO CAMPO "DIFFERENTIATED SERVICES CODE POINT" (DSCP) DO CABEÇALHO IP, CONFORME DEFINIÇÕES DO IETF; IMPLEMENTAR CLASSIFICAÇÃO DE TRÁFEGO BASEADA EM ENDEREÇO IP DE ORIGEM/DESTINO, PORTAS TCP E UDP DE ORIGEM E DESTINO, ENDEREÇOS MAC DE ORIGEM E DESTINO; SUPORTE A DCB (DATA CENTER BRIDGING), COM SUPORTE AOS PROTOCOLOS PRIORITY-BASED FLOW CONTROL (PFC - IEEE 802.1QBB), ENHANCED TRANSMISSIONS SELECTIONS (ETS - IEEE 802.1QAZ) E DCBX; O EQUIPAMENTO DEVE SUPORTAR FUNCIONALIDADE DE VIRTUALIZAÇÃO EM CAMADA 2 DE MODO A SUPORTAR DIVERSIDADE DE CAMINHOS EM CAMADA 2 E AGREGAÇÃO DE LINKS ENTRE 2 SWITCHES DISTINTOS (LAYER 2 MULTIPATHING); FUNCIONALIDADES DE CAMADA 2 (VLAN, SPANNING TREE); IMPLEMENTAR ATÉ 4.000 VLANS IDS CONFORME DEFINIÇÕES DO PADRÃO IEEE 802.1Q; PERMITIR A CRIAÇÃO E ATIVAÇÃO SIMULTÂNEAS DE NO MÍNIMO 4.000 VLANS ATIVAS BASEADAS EM PORTAS; PERMITIR A CRIAÇÃO DE SUBGRUPOS DENTRO DE UMA MESMA VLAN COM CONCEITO DE PORTAS "ISOLADAS" E PORTAS "PROMÍSCUAS", DE MODO QUE "PORTAS ISOLADAS" NÃO SE COMUNIQUEM COM OUTRAS "PORTAS ISOLADAS", MAS TÃO SOMENTE COM AS PORTAS PROMÍSCUAS DE UMA DADA VLAN; DEVE SUPORTAR VLANS DINÂMICAS. DEVE PERMITIR A CRIAÇÃO, REMOÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE VLANS DE FORMA DINÂMICA ATRAVÉS DE PORTAS CONFIGURADAS COMO TRONCO IEEE 802.1Q; IMPLEMENTAR "VLAN TRUNKING" CONFORME PADRÃO IEEE 802.1Q NAS PORTAS FAST ETHERNET E GIGABIT ETHERNET. DEVE SER POSSÍVEL ESTABELECEER QUAIS VLANS SERÃO PERMITIDAS EM CADA UM DOS TRONCOS 802.1Q CONFIGURADOS. IMPLEMENTAR A FUNCIONALIDADE DE "LINK AGGREGATION(LAGS)" CONFORME PADRÃO IEEE 802.3AD; DEVE SUPORTAR NO MÍNIMO 128 GRUPOS POR SWITCH COM ATÉ 16 PORTAS POR LAG (IEEE 802.3AD); DEVE IMPLEMENTAR 8 FILAS DE QOS EM HARDWARE POR PORTA; IMPLEMENTAR TABELA MAC COM ATÉ 160.000 ENTRADAS; IMPLEMENTAR TABELA ARP COM ATÉ 128.000 ENTRADAS; DEVE IMPLEMENTAR O PADRÃO IEEE 802.1D ("SPANNING TREE PROTOCOL"); DEVE IMPLEMENTAR O PADRÃO IEEE 802.1S ("MULTIPLE SPANNING TREE"); DEVE IMPLEMENTAR O PADRÃO IEEE 802.1W ("RAPID SPANNING TREE"); DEVE IMPLEMENTAR PADRÃO COMPATÍVEL COM PVST+R/PVST+; IMPLEMENTAR MECANISMO DE PROTEÇÃO DA "ROOT BRIDGE" DO ALGORITMO SPANNING-TREE PARA PROVER DEFESA CONTRA ATAQUES DO TIPO "DENIAL OF SERVICE" NO AMBIENTE NÍVEL 2; DEVE PERMITIR A SUSPENSÃO DE RECEBIMENTO DE BPDUS (BRIDGE PROTOCOL DATA UNITS) CASO A PORTA ESTEJA COLOCADA NO MODO "FAST FORWARDING" (CONFORME PREVISTO NO PADRÃO IEEE 802.1W). SENDO RECEBIDO UM BPDU NESTE TIPO DE PORTA DEVE SER POSSÍVEL DESABILITÁ-LA AUTOMATICAMENTE; DEVE IMPLEMENTAR O PROTOCOLO IEEE 802.1AB LINK LAYER DISCOVERY PROTOCOL (LLDP) E SUA EXTENSÃO LLDP-MED, PERMITINDO A DESCOBERTA DOS ELEMENTOS DE REDE VIZINHOS; O EQUIPAMENTO DEVE SUPORTAR FUNCIONALIDADE DE VIRTUALIZAÇÃO EM CAMADA 2 DE MODO A SUPORTAR DIVERSIDADE DE CAMINHOS EM CAMADA 2 E AGREGAÇÃO DE LINKS ENTRE 2 SWITCHES DISTINTOS (LAYER 2 MULTIPATHING); OS EQUIPAMENTOS QUANDO VIRTUALIZADOS DEVERÃO POSSUIR PROCESSAMENTO LOCAL DE MODO A NÃO EXISTIR TEMPO DE CONVERGÊNCIA EM CASO DE FALHA DE UM DOS EQUIPAMENTOS DO SISTEMA VIRTUALIZADO; SUPORTE A DCB (DATA CENTER BRIDGING), COM SUPORTE AOS PROTOCOLOS PRIORITY-BASED FLOW CONTROL (PFC - IEEE 802.1QBB), ENHANCED TRANSMISSIONS SELECTIONS (ETS - IEEE 802.1QAZ) E DCBX; FUNCIONALIDADES DE CAMADA 3 (ROTEAMENTO); POSSUIR ROTEAMENTO NÍVEL 3 ENTRE VLANS; IMPLEMENTAR ROTEAMENTO ESTÁTICO; IMPLEMENTAR PROTOCOLOS DE ROTEAMENTO DINÂMICO OSPF V2 E V3; IMPLEMENTAR PROTOCOLOS DE ROTEAMENTO DINÂMICO BGPV4 E BGPV6; SUPORTE A 128.000 (CENTO E VINTE E OITO MIL) ROTAS IPV4; SUPORTE A 64.000 (SENTA E QUADRO MIL) ROTAS IPV6; DEVE TRABALHAR SIMULTANEAMENTE COM PROTOCOLOS IPV4 E IPV6; IMPLEMENTAR POLICY BASED ROUTING; IMPLEMENTAR O PROTOCOLO VRRP (VIRTUAL ROUTER REDUNDANCY PROTOCOL); SUPORTE: OS EQUIPAMENTOS DEVEM POSSUIR GARANTIA DE 60 (SESSENTA) MESES COM UM PERÍODO DE DISPONIBILIDADE PARA CHAMADA DE MANUTENÇÃO DE 24 HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA COM PRAZO PARA ENVIO DE PEÇAS ATÉ O PRÓXIMO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE À ABERTURA DO CHAMADO TÉCNICO; A CONTRATANTE PODERÁ ABRIR CHAMADOS DE MANUTENÇÃO DIRETAMENTE NO FABRICANTE DO ITEM SEM NECESSIDADE DE PRÉVIA CONSULTA E/OU QUALQUER LIBERAÇÃO POR PARTE DA CONTRATADA. NÃO DEVE HAVER LIMITE PARA ABERTURAS DE CHAMADOS, SEJAM DE DÚVIDAS/CONFIGURAÇÕES</p>				
--	--	--	--	--



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica: _____

	E/OU RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE HARDWARE OU SOFTWARE; A ABERTURA DE CHAMADOS PODERÁ SER REALIZADA ATRAVÉS DE TELEFONE 0800 DO FABRICANTE, ATRAVÉS DA PÁGINA DA WEB DO FABRICANTE OU ATRAVÉS DE ENDEREÇO DE E-MAIL DO FABRICANTE; A ABERTURA DE CHAMADOS ATRAVÉS DE TELEFONE 0800 DEVERÁ SER REALIZADA INICIALMENTE EM PORTUGUÊS; DEVERÁ SER GARANTIDO À CONTRATANTE O PLENO ACESSO AO SITE DO FABRICANTE DOS EQUIPAMENTOS E SOFTWARES. ESSE ACESSO DEVE PERMITIR CONSULTAS A QUAISQUER BASES DE DADOS DISPONÍVEIS PARA USUÁRIOS RELACIONADAS AOS EQUIPAMENTOS E SOFTWARES ESPECIFICADOS, ALÉM DE PERMITIR DOWNLOADS DE QUAISQUER ATUALIZAÇÕES DE SOFTWARE OU DOCUMENTAÇÃO DESTE PRODUTO.					
2	SWITCH DISTRIBUIÇÃO: CARACTERÍSTICAS GERAIS: DEVE SER INSTALÁVEL EM RACK PADRÃO DE 19", SENDO QUE DEVERÃO SER FORNECIDOS OS RESPECTIVOS KIT'S DE FIXAÇÃO; SWITCH ETHERNET COM PELO MENOS 48 (QUARENTA E OITO) PORTAS 10/100/1000BASE-T "AUTO-SENSING" COM CONECTORES RJ-45; DEVE POSSUIR PELO MENOS 02 (DUAS) PORTAS FIXAS QUE PERMITAM A INSERÇÃO DE ADAPTADORES 1 GIGABIT ETHERNET. ESTAS PORTAS ADICIONAIS PODEM SER DO TIPO "COMBO" COM AS PORTAS UTP. DEVE POSSUIR PELO MENOS 04 (QUATRO) PORTAS FIXAS QUE PERMITAM A INSERÇÃO DE ADAPTADORES 1/10 GIGABIT ETHERNET. ESTAS PORTAS ADICIONAIS NÃO PODEM SER DO TIPO "COMBO" COM AS PORTAS UTP. DEVE POSSUIR NO MÍNIMO 2 (DUAS) PORTAS FIXAS, DEDICADAS E EXCLUSIVAS PARA A FUNCIONALIDADE DE STACKING; DEVE POSSUIR PORTA DE CONSOLE PARA GERENCIAMENTO E CONFIGURAÇÃO VIA LINHA DE COMANDO. O CONECTOR DEVE SER RJ-45 OU RS-232 OU USB (OS CABOS E EVENTUAIS ADAPTADORES NECESSÁRIOS PARA ACESSO À PORTA DE CONSOLE DEVEM SER FORNECIDOS); DEVE POSSUIR PORTA ETHERNET RJ-45 10/100 OU 10/100/1000 PARA ADMINISTRAÇÃO FORA DE BANDA (OUT-OF-BAND MANAGEMENT); O SWITCH DEVE PERMITIR O USO SIMULTÂNEO DE PELO MENOS 48 PORTAS 1 GIGABIT ETHERNET (RJ-45), 4 PORTAS 10 GIGABIT ETHERNET E 2 PORTAS DE STACKING; AS PORTAS SFP/SFP+ DEVERÃO SUPORTAR ADAPTADORES PARA NOS PADRÕES: 10GBASE-SR, 10GBASE-LR E DAC (DIRECT ATTACHED CABLE); 1000-SX E 1000-LX; DEVE SER FORNECIDO COM PELO MENOS 1 CABOS DAC 10GB SFP+ DE 0,5 METRO. O DAC DEVE SER DO MESMO FABRICANTE DOS SWITCHES; O SWITCH FORNECIDO DEVE SUPORTAR AS NORMAS TÉCNICAS IEEE802.3 (10BASE-T), IEEE802.3U (100BASE-TX), IEEE 802.3Z (1000BASE-X), IEEE 802.3AB (1000BASE-T); DEVE POSSUIR LEDS, POR PORTA, QUE INDIQUEM A INTEGRIDADE E ATIVIDADE DO LINK; DEVE POSSUIR FONTE DE ALIMENTAÇÃO INTERNA AO EQUIPAMENTO COM AJUSTE AUTOMÁTICO DE TENSÃO 110-220 VOLTS; DEVE POSSUIR FONTE DE ALIMENTAÇÃO REDUNDANTE INTERNA; SER FORNECIDO COM CONFIGURAÇÃO DE CPU E MEMÓRIA (RAM E FLASH) SUFICIENTE PARA IMPLEMENTAÇÃO DE TODAS AS FUNCIONALIDADES DESCRITAS NESTA ESPECIFICAÇÃO; O SWITCH DEVE ARMAZENAR NO MÍNIMO DUAS VERSÕES DE FIRMWARE SIMULTANEAMENTE EM SEU FLASH; O SWITCH DEVE TER MATRIZ DE COMUTAÇÃO DE PELO MENOS 256GBPS; POSSUIR CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE PELO MENOS 190MPPS (MILHÕES DE PACOTES POR SEGUNDO); POSSUIR CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 32.000 (TRINTA E DOIS MIL) ENDEREÇOS MAC; DEVE SUPORTAR O PADRÃO IEEE 802.3AZ (ENERGY EFFICIENT ETHERNET – EEE); O SWITCH DEVE SUPORTAR JUMBO FRAMES DE 9000 BYTES; O SWITCH DEVE TER NO MÍNIMO CRIPTOGRAFIA FIPS-2; TODAS AS LICENÇAS NECESSÁRIAS PARA AS FUNCIONALIDADES EXIGIDAS NESTE EDITAL DEVERÃO ESTAR INCLUSAS NO EQUIPAMENTO; O EQUIPAMENTO OFERTADO DEVE POSSUIR HOMOLOGAÇÃO JUNTO À ANATEL COM CERTIFICADOS DISPONÍVEIS PUBLICAMENTE NO ENDEREÇO ELETRÔNICO DESTA AGÊNCIA, CONFORME A RESOLUÇÃO NÚMERO 242; STACKING: O SWITCH FORNECIDO DEVE TER NATIVAMENTE A FUNCIONALIDADE DE STACKING/EMPILHAMENTO. O EMPILHAMENTO DEVE SER FEITO ATRAVÉS DE CABO DEDICADO E NÃO DEVE CONSUMIR INTERFACES DE REDE. A FUNCIONALIDADE DE EMPILHAMENTO DEVE POSSUIR PELO MENOS AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: DEVE SER POSSÍVEL EMPILHAR PELO MENOS 10 (DEZ) SWITCHES; A PILHA DE SWITCHES DEVERÁ SER GERENCIADA ATRAVÉS DE UM ÚNICO ENDEREÇO IP; A PILHA DE SWITCHES DEVERÁ SER GERENCIADA COMO UMA ENTIDADE ÚNICA; O EMPILHAMENTO DEVE SER FEITO EM ANEL PARA GARANTIR QUE, NA EVENTUAL FALHA DE UM LINK, A PILHA CONTINUE A FUNCIONAR; EM CASO DE FALHA DO SWITCH CONTROLADOR DA PILHA, UM CONTROLADOR "BACKUP" DEVE SER SELECIONADO DE FORMA AUTOMÁTICA, SEM QUE SEJA NECESSÁRIA INTERVENÇÃO MANUAL; DEVE SER POSSÍVEL CRIAR UMA CONEXÃO DE PELO MENOS 80GBPS ENTRE OS COMPUTADORES MEMBROS DA PILHA; FUNCIONALIDADES GERAIS: DEVE SER GERENCIÁVEL VIA TELNET E SSH; DEVE PERMITIR O ESPELHAMENTO DE UMA PORTA OU DE UM GRUPO DE PORTAS PARA UMA PORTA ESPECIFICADA; DEVE PERMITIR O ESPELHAMENTO DE UMA PORTA OU DE UM GRUPO DE PORTAS PARA UMA PORTA ESPECIFICADA EM UM SWITCH REMOTO NO MESMO	UN	455488	4	26.250,00	105.000,00



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica:

<p>DOMÍNIO L2; DEVE SER GERENCIÁVEL VIA SNMP V3; DEVE IMPLEMENTAR NATIVAMENTE 4 GRUPOS RMON (HISTORY, STATISTICS, ALARMS E EVENTS); DEVE IMPLEMENTAR O PROTOCOLO SYSLOG EM IPV4 E IPV6 PARA FUNÇÕES DE "LOGGING" DE EVENTOS; DEVE IMPLEMENTAR O PROTOCOLO NTP OU SNTP PARA SINCRONISMO DE CLOCK; DEVE SUPOORTAR AUTENTICAÇÃO VIA RADIUS E TACACS+; DEVE POSSUIR SUPORTE A PROTOCOLO DE AUTENTICAÇÃO PARA CONTROLE DO ACESSO ADMINISTRATIVO AO EQUIPAMENTO; DEVE IMPLEMENTAR CONTROLE DE ACESSO POR PORTA (IEEE 802.1X); DEVE IMPLEMENTAR LISTAS DE CONTROLE DE ACESSO (ACLs) BASEADAS EM ENDEREÇO IP DE ORIGEM E DESTINO (IPV4 E IPV6), PORTAS TCP E UDP DE ORIGEM E DESTINO E ENDEREÇOS MAC DE ORIGEM E DESTINO; DEVE POSSUIR MECANISMOS DE CONTROLE DE BROADCAST, MULTICAST E UNICAST POR PORTA; DEVE PROVER ANÁLISE DO PROTOCOLO DHCP E PERMITIR QUE SE CRIE UMA TABELA DE ASSOCIAÇÃO ENTRE ENDEREÇOS IP ATRIBUÍDOS DINAMICAMENTE, MAC DA MÁQUINA QUE RECEBEU O ENDEREÇO E PORTA FÍSICA DO SWITCH EM QUE SE LOCALIZA TAL MAC; DEVE IMPLEMENTAR NETFLOW, SFLOW OU SIMILAR; DEVE SUPOORTAR SDN AO MENOS COM OPENFLOW 1.3; DEVE POSSUIR PELO MENOS 8 (OITO) FILAS DE SAÍDA POR PORTA; DEVE PERMITIR PELO MENOS UMA FILA DE SAÍDA COM PRIORIDADE ESTRITA POR PORTA E DIVISÃO PONDERADA DE BANDA ENTRE AS DEMAIS FILAS DE SAÍDA; DEVE IMPLEMENTAR CLASSIFICAÇÃO, MARCAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DE TRÁFEGO BASEADA NOS VALORES DE CLASSE DE SERVIÇO DO FRAME ETHERNET (IEEE 802.1P COS). DEVE IMPLEMENTAR CLASSIFICAÇÃO, MARCAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DE TRÁFEGO BASEADA NOS VALORES DO CAMPO "DIFFERENTIATED SERVICES CODE POINT" (DSCP) DO CABEÇALHO IP, CONFORME DEFINIÇÕES DO IETF; DEVE IMPLEMENTAR CLASSIFICAÇÃO DE TRÁFEGO BASEADA EM ENDEREÇO DE ORIGEM/DESTINO (IPV4 OU IPV6), PORTAS TCP E UDP DE ORIGEM E DESTINO, ENDEREÇOS MAC DE ORIGEM E DESTINO; DEVE IMPLEMENTAR RFC 2474 DIFFSERV FIELD; DEVE IMPLEMENTAR RFC 2475 DIFFSERV CORE AND EDGE FUNCTIONS; DEVE IMPLEMENTAR RFC 2597 DIFFSERV ASSURED FORWARDING (AF); FUNCIONALIDADES DE CAMADA 2 (VLAN, SPANNING TREE): DEVE IMPLEMENTAR VLANS DE ACORDO COM O PADRÃO IEEE 802.1Q. DEVE SER POSSÍVEL ESTABELECEER QUAIS VLANS SERÃO PERMITIDAS EM CADA UM DOS TRONCOS 802.1Q CONFIGURADOS. DEVE PERMITIR A CRIAÇÃO DE NO MÍNIMO 4.000 VLANS ATIVAS SIMULTANEAMENTE; DEVE PERMITIR A CRIAÇÃO DE SUBGRUPOS DENTRO DE UMA MESMA VLAN COM CONCEITO DE PORTAS "ISOLADAS" E PORTAS "PROMÍSCUAS", DE MODO QUE "PORTAS ISOLADAS" NÃO SE COMUNIQUEM COM OUTRAS "PORTAS ISOLADAS", MAS TÃO SOMENTE COM AS PORTAS PROMÍSCUAS DE UMA DADA VLAN; DEVE SUPOORTAR VLANS DINÂMICAS. DEVE PERMITIR A CRIAÇÃO, REMOÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE VLANS DE FORMA DINÂMICA ATRAVÉS DE PORTAS CONFIGURADAS COMO TRONCO IEEE 802.1Q; DEVE IMPLEMENTAR A FUNCIONALIDADE DE LINK AGGREGATION CONFORME PADRÃO IEEE 802.3AD; DEVE IMPLEMENTAR O PROTOCOLO SPANNING-TREE CONFORME PADRÃO IEEE 802.1D; DEVE IMPLEMENTAR O PADRÃO IEEE 802.1S ("MULTIPLE SPANNING TREE"), COM SUPORTE A NO MÍNIMO 60 INSTÂNCIAS SIMULTÂNEAS DO PROTOCOLO MULTIPLE SPANNING TREE; DEVE IMPLEMENTAR O PADRÃO IEEE 802.1W ("RAPID SPANNING TREE") DEVE IMPLEMENTAR O PROTOCOLO PVST+ BASEADO NO PADRÃO 802.1W; IMPLEMENTAR MECANISMO DE PROTEÇÃO DA "ROOT BRIDGE" DO ALGORITMO SPANNING-TREE PARA PROVER DEFESA CONTRA ATAQUES DO TIPO "DENIAL OF SERVICE" NO AMBIENTE NÍVEL 2; DEVE PERMITIR A SUSPENSÃO DE RECEBIMENTO DE BPDUS (BRIDGE PROTOCOL DATA UNITS) CASO A PORTA ESTEJA COLOCADA NO MODO "FAST FORWARDING" (CONFORME PREVISTO NO PADRÃO IEEE 802.1W). SENDO RECEBIDO UM BPDU NESTE TIPO DE PORTA DEVE SER POSSÍVEL DESABILITÁ-LA AUTOMATICAMENTE. DEVE IMPLEMENTAR ATÉ 128 GRUPOS DE LAG (LINK AGGREGATION), COM 8 PORTAS POR GRUPO; O EQUIPAMENTO DEVE SUPOORTAR FUNCIONALIDADE DE VIRTUALIZAÇÃO EM CAMADA 2 DE MODO A SUPOORTAR DIVERSIDADE DE CAMINHOS DE LINKS ENTRE 2 SWITCHES DISTINTOS (LAYER 2 MULTIPATHING – MLT/MLAG/VPC OU SIMILAR); OS EQUIPAMENTOS QUANDO VIRTUALIZADOS DEVERÃO POSSUIR PROCESSAMENTO LOCAL DE MODO A NÃO EXISTIR TEMPO DE CONVERGÊNCIA EM CASO DE FALHA DE UM DOS EQUIPAMENTOS DO SISTEMA VIRTUALIZADO; A ATUALIZAÇÃO DE SOFTWARE DOS EQUIPAMENTOS VIRTUALIZADOS NÃO DEVE PARAR TODOS OS SWITCHES AO MESMO TEMPO. A ATUALIZAÇÃO PODERÁ SER REALIZADA PRIMEIRO EM UM EQUIPAMENTO E POSTERIORMENTE NO OUTRO EQUIPAMENTO VIRTUALIZADO PARA QUE NÃO OCORRA INTERRUPÇÃO DO TRÁFEGO; DEVE SUPOORTAR O PROTOCOLO LLDP E LLDP-MED PARA DESCOBERTA AUTOMÁTICA DE EQUIPAMENTOS CONECTADOS AO SWITCH; DEVE IMPLEMENTAR Q-IN-Q OU DOUBLE TAGGING VLAN; DEVE POSSUIR AO MENOS UM DOS PROTOCOLO DE REDE EM ANEL EAPS OU ERPS OU RRPP OU FRRP; FUNCIONALIDADES DE CAMADA 3 (MULTICAST E ROTEAMENTO): DEVE POSSUIR ROTEAMENTO NÍVEL 3 ENTRE VLANS; DEVE POSSUIR CAPACIDADE DE ROTEAMENTO ESTATÍCO PARA NO MÍNIMO 1.000 ROTAS IPV4 OU IPV6; DEVE POSSUIR</p>					
--	--	--	--	--	--



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica:

	<p>CAPACIDADE ROTEAMENTO DINÂMICO PARA NO MÍNIMO 8.000 ROTAS IPV4; DEVE POSSUIR CAPACIDADE ROTEAMENTO DINÂMICO PARA NO MÍNIMO 4.000 ROTAS IPV6; DEVE IMPLEMENTAR ROTEAMENTO DINÂMICO ATRAVÉS DOS PROTOCOLOS RIPV1/RIPV2; DEVE IMPLEMENTAR ROTEAMENTO DINÂMICO ATRAVÉS DO PROTOCOLO OSPFV3 DEVE IMPLEMENTAR OSPFV3 GRACEFUL RESTART; DEVE POSSUIR A FUNCIONALIDADE DE OSPF NSSA; DEVE IMPLEMENTAR ROTEAMENTO DINÂMICO ATRAVÉS DO PROTOCOLO BGP DEVE IMPLEMENTAR O PROTOCOLO VRRP (VIRTUAL ROUTER REDUNDANCY PROTOCOL). DEVE POSSUIR FUNCIONALIDADE DE VRF LITE (VIRTUAL ROUTING AND FORWARDING) COM CAPACIDADE DE PELO MENOS 30 INSTANCIAS; DEVE IMPLEMENTAR POLICY BASED ROUTING (PBR); DEVE IMPLEMENTAR PIM-SM E PIM-SSM; DEVE IMPLEMENTAR IGMPV1, IGMPV2 E IGMPV3; DEVE IMPLEMENTAR MLDV1 E MLDV2; DEVE IMPLEMENTAR IGMPV1/V2/V3 SNOOPING; DEVE IMPLEMENTAR MLD SNOOPING; SUPORTE: OS EQUIPAMENTOS DEVEM POSSUIR GARANTIA DE 60 (SESENTA) MESES COM UM PERÍODO DE DISPONIBILIDADE PARA CHAMADA DE MANUTENÇÃO 24 HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA COM PRAZO PARA ENVIO DE PEÇAS ATÉ O PRÓXIMO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE À ABERTURA DO CHAMADO TÉCNICO; A CONTRATANTE PODERÁ ABRIR CHAMADOS DE MANUTENÇÃO DIRETAMENTE NO FABRICANTE DO ITEM SEM NECESSIDADE DE PRÉVIA CONSULTA E/OU QUALQUER LIBERAÇÃO POR PARTE DA CONTRATADA. NÃO DEVE HAVER LIMITE PARA ABERTURAS DE CHAMADOS, SEJAM DE DÚVIDAS/ CONFIGURAÇÕES E/OU RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE HARDWARE OU SOFTWARE; A ABERTURA DE CHAMADOS PODERÁ SER REALIZADA ATRAVÉS DE TELEFONE 0800 DO FABRICANTE, ATRAVÉS DA PÁGINA DA WEB DO FABRICANTE OU ATRAVÉS DE ENDEREÇO DE E-MAIL DO FABRICANTE; A ABERTURA DE CHAMADOS ATRAVÉS DE TELEFONE 0800 DEVERÁ SER REALIZADA INICIALMENTE EM PORTUGUÊS; DEVERÁ SER GARANTIDO À CONTRATANTE O PLENO ACESSO AO SITE DO FABRICANTE DOS EQUIPAMENTOS E SOFTWARES. ESSE ACESSO DEVE PERMITIR CONSULTAS A QUAISQUER BASES DE DADOS DISPONÍVEIS PARA USUÁRIOS RELACIONADAS AOS EQUIPAMENTOS E SOFTWARES ESPECIFICADOS, ALÉM DE PERMITIR DOWNLOADS DE QUAISQUER ATUALIZAÇÕES DE SOFTWARE OU DOCUMENTAÇÃO DESTE PRODUTO; ENCERRANDO O PRAZO DE GARANTIA, O FABRICANTE DEVERÁ DISPONIBILIZAR UM SUPORTE EM HORÁRIO COMERCIAL QUE PERMITA A SUBSTITUIÇÃO SEM CUSTOS DE COMPONENTES DE HARDWARE DEFEITUOSOS (PEÇAS, ACESSÓRIOS E OUTROS QUE SE FAÇAM NECESSÁRIOS) E O DOWNLOAD DE TODAS AS ATUALIZAÇÕES DE SOFTWARE POR UM PRAZO DE 5 ANOS APÓS O ENCERRAMENTO DAS VENDAS DESTES PRODUTOS (GARANTIA LIFETIME).</p>					
3	<p>SWITCH DE ACESSO 24 PORTAS: CARACTERÍSTICAS GERAIS: SWITCH ETHERNET COM PELO MENOS 24 (VINTE E QUATRO) PORTAS 10/100/1000BASE-T "AUTO-SENSING"; DEVE POSSUIR PELO MENOS 04 (QUATRO) PORTAS QUE PERMITAM A INSERÇÃO DE ADAPTADORES GIGABIT ETHERNET/ 10 GIGABIT ETHERNET. ESTAS PORTAS ADICIONAIS NÃO PODEM SER DO TIPO "COMBO" COM AS PORTAS UTP E DEVERÃO SUPORTAR ADAPTADORES PARA OS PADRÕES 1000BASE-SX, 1000BASE-LX, 1000BASE-ZX, 10GBASE-SR, 10GBASE-LR E 10GBASE-ER; DEVE SER FORNECIDO COM PELO MENOS 2 (DOIS) TRANSCEIVERS 10GBASE-SR. OS TRANSCEIVERS FORNECIDOS DEVERÃO SER DO MESMO FABRICANTE DO SWITCH; AS PORTAS 10 GIGABIT ETHERNET DEVEM ACEITAR CABOS DO TIPO "TWINAX" (DIRECT ATTACHMENT COPPER CABLE - DAC), INCLUSIVE DE OUTROS FABRICANTES; POSSUIR MATRIZ DE COMUTAÇÃO DE PELO MENOS 128GBPS; POSSUIR CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE PELO MENOS 128MPPS (MILHÕES DE PACOTES POR SEGUNDO); POSSUIR CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 16.000 ENDEREÇOS MAC; POSSUIR LEDS, POR PORTA, QUE INDIQUEM A INTEGRIDADE E ATIVIDADE DO LINK; O SWITCH FORNECIDO DEVE SUPORTAR AS NORMAS TÉCNICAS IEEE802.3 (10BASE-T), IEEE802.3U (100BASE-TX), IEEE 802.3Z (1000BASE-X), IEEE 802.3AB (1000BASE-T); SUPORTE AO MODO DE COMUTAÇÃO "STORE AND FORWARD"; SER FORNECIDO COM CONFIGURAÇÃO DE CPU E MEMÓRIA (RAM E FLASH) SUFICIENTE PARA IMPLEMENTAÇÃO DE TODAS AS FUNCIONALIDADES DESCRITAS NESTA ESPECIFICAÇÃO. TODAS AS LICENÇAS NECESSÁRIAS PARA AS FUNCIONALIDADES EXIGIDAS NESTE EDITAL DEVERÃO ESTAR INCLUSAS NO EQUIPAMENTO. POSSUIR FONTE DE ALIMENTAÇÃO INTERNA AO EQUIPAMENTO COM AJUSTE AUTOMÁTICO DE TENSÃO 110 E 220 VOLTS; DEVE SUPORTAR FONTE DE ALIMENTAÇÃO REDUNDANTE EXTERNA OU INTERNA; DEVE SUPORTAR O STANDARD IEEE 802.3AZ (ENERGY EFFICIENT ETHERNET - EEE); INSTALÁVEL EM RACK PADRÃO DE 19", SENDO QUE DEVERÃO SER FORNECIDOS OS RESPECTIVOS KIT'S DE FIXAÇÃO; O SWITCH FORNECIDO DEVE SER EMPILHÁVEL. A FUNCIONALIDADE DE EMPILHAMENTO DEVE POSSUIR PELO MENOS AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: DEVE SER POSSÍVEL EMPILHAR PELO MENOS 04 (QUATRO) SWITCHES; O EMPILHAMENTO DEVE SER FEITO EM ANEL PARA GARANTIR QUE, NA EVENTUAL FALHA DE UM LINK, A PILHA CONTINUE A FUNCIONAR; EM CASO DE FALHA DO SWITCH CONTROLADOR DA PILHA, UM CONTROLADOR "BACKUP" DEVE</p>	UN	463274	20	9.450,00	189.000,00



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica:

<p>SER SELECIONADO DE FORMA AUTOMÁTICA, SEM QUE SEJA NECESSÁRIA INTERVENÇÃO MANUAL; DEVE SER POSSÍVEL CRIAR UMA CONEXÃO DE PELO MENOS 40 ENTRE OS COMUTADORES MEMBROS DA PILHA; A PILHA DE SWITCHES DEVERÁ SER GERENCIADA COMO UMA ENTIDADE ÚNICA; A PILHA DE SWITCHES DEVERÁ SER GERENCIADA ATRAVÉS DE UM ÚNICO ENDEREÇO IP; DEVERÁ SER FORNECIDO UM CABO DE EMPILHAMENTO; O SWITCH DEVE ARMAZENAR NO MÍNIMO DUAS VERSÕES DE FIRMWARE SIMULTANEAMENTE EM SUA FLASH; O SWITCH DEVE SUPORTAR JUMBO FRAMES DE 9000 BYTES; O EQUIPAMENTO OFERTADO DEVE POSSUIR HOMOLOGAÇÃO JUNTO À ANATEL COM CERTIFICADOS DISPONÍVEIS PUBLICAMENTE NO ENDEREÇO ELETRÔNICO DESTA AGÊNCIA, CONFORME A RESOLUÇÃO NÚMERO 242; FUNCIONALIDADES GERAIS. POSSUIR PORTA DE CONSOLE PARA GERENCIAMENTO E CONFIGURAÇÃO VIA LINHA DE COMANDO. O CONECTOR DEVE SER RJ-45 OU PADRÃO RS-232 (OS CABOS E EVENTUAIS ADAPTADORES NECESSÁRIOS PARA ACESSO À PORTA DE CONSOLE DEVEM SER FORNECIDOS); POSSUIR UMA INTERFACE DE GERENCIAMENTO BASEADA EM WEB (HTTP) QUE PERMITA AOS USUÁRIOS CONFIGURAR E GERENCIAR SWITCHES ATRAVÉS DE UM BROWSER PADRÃO; GERENCIÁVEL VIA TELNET E SSH; PERMITIR O ESPELHAMENTO DE UMA PORTA OU DE UM GRUPO DE PORTAS PARA UMA PORTA ESPECIFICADA; PERMITIR ESPELHAMENTO DE PORTA REMOTA; DEVE SER GERENCIÁVEL VIA SNMP V3; SUPORTAR CONFIGURAÇÃO ATRAVÉS DE PYTHON; IMPLEMENTAR NATIVAMENTE 4 GRUPOS RMON (HISTORY, STATISTICS, ALARMS E EVENTS); IMPLEMENTAR O PROTOCOLO SYSLOG EM IPV4 E IPV6 PARA FUNÇÕES DE "LOGGING" DE EVENTOS; IMPLEMENTAR O PROTOCOLO NTP OU SNTP PARA SINCRONISMO DE CLOCK; SUPORTAR AUTENTICAÇÃO VIA RADIUS E TACACS+; POSSUIR SUPORTE A PROTOCOLO DE AUTENTICAÇÃO PARA CONTROLE DO ACESSO ADMINISTRATIVO AO EQUIPAMENTO; IMPLEMENTAR CONTROLE DE ACESSO POR PORTA (IEEE 802.1X); IMPLEMENTAR LISTAS DE CONTROLE DE ACESSO (ACLs) BASEADAS EM ENDEREÇO IP DE ORIGEM E DESTINO (IPV4 E IPV6), PORTAS TCP E UDP DE ORIGEM E DESTINO E ENDEREÇOS MAC DE ORIGEM E DESTINO; POSSUIR CONTROLE DE BROADCAST, MULTICAST E UNICAST POR PORTA; PROMOVER ANÁLISE DO PROTOCOLO DHCP E PERMITIR QUE SE CRIE UMA TABELA DE ASSOCIAÇÃO ENTRE ENDEREÇOS IP ATRIBUÍDOS DINAMICAMENTE, MAC DA MÁQUINA QUE RECEBEU O ENDEREÇO E PORTA FÍSICA DO SWITCH EM QUE SE LOCALIZA TAL MAC; IMPLEMENTAR NETFLOW, SFLOW OU SIMILAR; IMPLEMENTAR PELO MENOS 8 (OITO) FILAS DE SAÍDA POR PORTA; IMPLEMENTAR PELO MENOS UMA FILA DE SAÍDA COM PRIORIDADE ESTRITA POR PORTA E DIVISÃO PONDERADA DE BANDA ENTRE AS DEMAIS FILAS DE SAÍDA; IMPLEMENTAR CLASSIFICAÇÃO, MARCAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DE TRÁFEGO BASEADA NOS VALORES DE CLASSE DE SERVIÇO DO FRAME ETHERNET (IEEE 802.1P COS). IMPLEMENTAR CLASSIFICAÇÃO DE TRÁFEGO BASEADA EM ENDEREÇO DE ORIGEM/DESTINO (IPV4 OU IPV6), PORTAS TCP E UDP DE ORIGEM E DESTINO, ENDEREÇOS MAC DE ORIGEM E DESTINO; OS EQUIPAMENTOS QUANDO VIRTUALIZADOS DEVERÃO POSSUIR PROCESSAMENTO LOCAL DE MODO A NÃO EXISTIR TEMPO DE CONVERGÊNCIA EM CASO DE FALHA DE UM DOS EQUIPAMENTOS DO SISTEMA VIRTUALIZADO; A ATUALIZAÇÃO DE SOFTWARE DOS EQUIPAMENTOS VIRTUALIZADOS NÃO DEVE PARAR TODOS OS SWITCHES AO MESMO TEMPO. A ATUALIZAÇÃO PODERÁ SER REALIZADA PRIMEIRO EM UM EQUIPAMENTO E POSTERIORMENTE NO OUTRO EQUIPAMENTO VIRTUALIZADO PARA QUE NÃO OCORRA INTERRUPTÃO DO TRÁFEGO; FUNCIONALIDADES DE CAMADA 2 (VLAN, SPANNING TREE): IMPLEMENTAR LANS VIRTUAIS (VLANS) CONFORME DEFINIÇÕES DO PADRÃO IEEE 802.1Q; PERMITIR A CRIAÇÃO DE NO MÍNIMO 512 VLANS; PERMITIR A CRIAÇÃO DE SUBGRUPOS DENTRO DE UMA MESMA VLAN COM CONCEITO DE PORTAS "ISOLADAS" E PORTAS "PROMÍSCUAS", DE MODO QUE "PORTAS ISOLADAS" NÃO SE COMUNIQUEM COM OUTRAS "PORTAS ISOLADAS", MAS TÃO SOMENTE COM AS PORTAS PROMÍSCUAS DE UMA DADA VLAN; DEVE SUPORTAR VLANS DINÂMICAS. DEVE PERMITIR A CRIAÇÃO, REMOÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE VLANS DE FORMA DINÂMICA ATRAVÉS DE PORTAS CONFIGURADAS COMO TRONCO IEEE 802.1Q; IMPLEMENTAR "VLAN TRUNKING" CONFORME PADRÃO IEEE 802.1Q NAS PORTAS FAST ETHERNET E GIGABIT ETHERNET. DEVE SER POSSÍVEL ESTABELECEM QUAIS VLANS SERÃO PERMITIDAS EM CADA UM DOS TRONCOS 802.1Q CONFIGURADOS; IMPLEMENTAR A FUNCIONALIDADE DE "PORT TRUNKING" CONFORME PADRÃO IEEE 802.3AD; IMPLEMENTAR O PROTOCOLO SPANNING-TREE CONFORME PADRÃO IEEE 802.1D; IMPLEMENTAR O PADRÃO IEEE 802.1S ("MULTIPLE SPANNING TREE"), COM SUPORTE A NO MÍNIMO 15 INSTÂNCIAS SIMULTÂNEAS DO PROTOCOLO MULTIPLE SPANNING TREE; IMPLEMENTAR O PADRÃO IEEE 802.1W ("RAPID SPANNING TREE"). IMPLEMENTAR O PROTOCOLO PVST+ BASEADO NO PADRÃO 802.1W; IMPLEMENTAR MECANISMO DE PROTEÇÃO DA "ROOT BRIDGE" DO ALGORITMO SPANNING-TREE PARA PROVER DEFESA CONTRA ATAQUES DO TIPO "DENIAL OF SERVICE" NO AMBIENTE NÍVEL 2; DEVE PERMITIR A SUSPENSÃO DE RECEBIMENTO DE BPDUS (BRIDGE PROTOCOL DATA UNITS) CASO A PORTA ESTEJA</p>					
---	--	--	--	--	--



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica:

	<p>COLOCADA NO MODO "FAST FORWARDING" (CONFORME PREVISTO NO PADRÃO IEEE 802.1W). SENDO RECEBIDO UM BPDU NESTE TIPO DE PORTA DEVE SER POSSÍVEL DESABILITÁ-LA AUTOMATICAMENTE; DEVE IMPLEMENTAR ATÉ 64 GRUPOS DE LAG (LINK AGGREGATION), COM 8 PORTAS POR GRUPO; DEVE SUPOORTAR O PROTOCOLO LLDP E LLDP-MED PARA DESCOBERTA AUTOMÁTICA DE EQUIPAMENTOS NA REDE; FUNCIONALIDADES DE CAMADA 3 (MULTICAST E ROTEAMENTO); IMPLEMENTAR ROTEAMENTO ESTÁTICO PARA NO MÍNIMO 256 ROTAS IPV4; IMPLEMENTAR ROTEAMENTO ESTÁTICO PARA NO MÍNIMO 128 ROTAS IPV6; IMPLEMENTAR ROTEAMENTO DINÂMICO ATRAVÉS DOS PROTOCOLOS RIPV1/RIPV2; IMPLEMENTAR AUTENTICAÇÃO MD5 ENTRE OS PEERS RIPV2; IMPLEMENTAR IGMPV1/V2/V3 SNOOPING; SUPORTE: OS EQUIPAMENTOS DEVEM POSSUIR GARANTIA DE 60 (SESSENTA) MESES COM UM PERÍODO DE DISPONIBILIDADE PARA CHAMADA DE MANUTENÇÃO 24 HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA COM PRAZO PARA ENVIO DE PEÇAS ATÉ O PRÓXIMO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE À ABERTURA DO CHAMADO TÉCNICO; A CONTRATANTE PODERÁ ABRIR CHAMADOS DE MANUTENÇÃO DIRETAMENTE NO FABRICANTE DO ITEM SEM NECESSIDADE DE PRÉVIA CONSULTA E/OU QUALQUER LIBERAÇÃO POR PARTE DA CONTRATADA. NÃO DEVE HAVER LIMITE PARA ABERTURAS DE CHAMADOS, SEJAM DE DÚVIDAS/ CONFIGURAÇÕES E/OU RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE HARDWARE OU SOFTWARE; A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR COMPROVAÇÃO FORMAL DA AQUISIÇÃO DA GARANTIA TÉCNICA JUNTO AO FABRICANTE, ABRANGENDO TODOS OS EQUIPAMENTOS E SOFTWARE(S) DA SOLUÇÃO ATÉ A ENTREGA DA GARANTIA TÉCNICA DO FABRICANTE NÃO EXCLUI A RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA DA PRESTAÇÃO DE SUPORTE ON-SITE DA SOLUÇÃO; A ABERTURA DE CHAMADOS PODERÁ SER REALIZADA ATRAVÉS DE TELEFONE 0800 DO FABRICANTE, ATRAVÉS DA PÁGINA DA WEB DO FABRICANTE OU ATRAVÉS DE ENDEREÇO DE E-MAIL DO FABRICANTE; A ABERTURA DE CHAMADOS ATRAVÉS DE TELEFONE 0800 DEVERÁ SER REALIZADA INICIALMENTE EM PORTUGUÊS; DEVERÁ SER GARANTIDO À CONTRATANTE O PLENO ACESSO AO SITE DO FABRICANTE DOS EQUIPAMENTOS E SOFTWARES. ESSE ACESSO DEVE PERMITIR CONSULTAS A QUAISQUER BASES DE DADOS DISPONÍVEIS PARA USUÁRIOS RELACIONADAS AOS EQUIPAMENTOS E SOFTWARES ESPECIFICADOS, ALÉM DE PERMITIR DOWNLOADS DE QUAISQUER ATUALIZAÇÕES DE SOFTWARE OU DOCUMENTAÇÃO DESTE PRODUTO; ENCERRANDO O PRAZO DE GARANTIA, O FABRICANTE DEVERÁ DISPONIBILIZAR UM SUPORTE EM HORÁRIO COMERCIAL QUE PERMITA A SUBSTITUIÇÃO SEM CUSTOS DE COMPONENTES DE HARDWARE DEFEITUOSOS (PEÇAS, ACESSÓRIOS E OUTROS QUE SE FAÇAM NECESSÁRIOS) E O DOWNLOAD DE TODAS AS ATUALIZAÇÕES DE SOFTWARE POR UM PRAZO DE 5 ANOS APÓS O ENCERRAMENTO DAS VENDAS DESTES PRODUTOS (GARANTIA LIFETIME).</p>					
4	<p>SWITCH DE ACESSO DE 48 PORTAS: CARACTERÍSTICAS GERAIS: SWITCH ETHERNET COM PELO MENOS 48 (QUARENTA E OITO) PORTAS 10/100/1000BASE-T "AUTO-SENSING"; DEVE POSSUIR PELO MENOS 04 (QUATRO) PORTAS QUE PERMITAM A INSERÇÃO DE ADAPTADORES GIGABIT ETHERNET/ 10 GIGABIT ETHERNET. ESTAS PORTAS ADICIONAIS NÃO PODEM SER DO TIPO "COMBO" COM AS PORTAS UTP E DEVERÃO SUPOORTAR ADAPTADORES PARA OS PADRÕES 1000BASE-SX, 1000BASE-LX, 1000BASE-ZX, 10GBASE-SR, 10GBASE-LR E 10GBASE-ER; DEVE SER FORNECIDO COM PELO MENOS 2 (DOIS) TRANSCEIVERS 10GBASE-SR. OS TRANSCEIVERS FORNECIDOS DEVERÃO SER DO MESMO FABRICANTE DO SWITCH; AS PORTAS 10 GIGABIT ETHERNET DEVEM ACEITAR CABOS DO TIPO "TWINAX" (DIRECT ATTACHMENT COPPER CABLE – DAC), INCLUSIVE DE OUTROS FABRICANTES; POSSUIR MATRIZ DE COMUTAÇÃO DE PELO MENOS 176GBPS; POSSUIR CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE PELO MENOS 164MPPS (MILHÕES DE PACOTES POR SEGUNDO); POSSUIR CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 16.000 ENDEREÇOS MAC; POSSUIR LEDS, POR PORTA, QUE INDIQUEM A INTEGRIDADE E ATIVIDADE DO LINK; O SWITCH FORNECIDO DEVE SUPOORTAR AS NORMAS TÉCNICAS IEEE802.3 (10BASE-T), IEEE802.3U (100BASE-TX), IEEE 802.3Z (1000BASE-X), IEEE 802.3AB (1000BASE-T); SUPORTE AO MODO DE COMUTAÇÃO "STORE AND FORWARD"; SER FORNECIDO COM CONFIGURAÇÃO DE CPU E MEMÓRIA (RAM E FLASH) SUFICIENTE PARA IMPLEMENTAÇÃO DE TODAS AS FUNCIONALIDADES DESCRITAS NESTA ESPECIFICAÇÃO. TODAS AS LICENÇAS NECESSÁRIAS PARA AS FUNCIONALIDADES EXIGIDAS NESTE EDITAL DEVERÃO ESTAR INCLUSAS NO EQUIPAMENTO. POSSUIR FONTE DE ALIMENTAÇÃO INTERNA AO EQUIPAMENTO COM AJUSTE AUTOMÁTICO DE TENSÃO 110 E 220 VOLTS; DEVE SUPOORTAR FONTE DE ALIMENTAÇÃO REDUNDANTE EXTERNA OU INTERNA; DEVE SUPOORTAR O STANDARD IEEE 802.3AZ (ENERGY EFFICIENT ETHERNET – EEE); INSTALÁVEL EM RACK PADRÃO DE 19", SENDO QUE DEVERÃO SER FORNECIDOS OS RESPECTIVOS KIT'S DE FIXAÇÃO; O SWITCH FORNECIDO DEVE SER EMPILHÁVEL. O EMPILHAMENTO DEVE SER FEITO ATRAVÉS DE CABO DEDICADO E NÃO DEVE CONSUMIR INTERFACES DE REDE. A FUNCIONALIDADE DE EMPILHAMENTO DEVE POSSUIR PELO MENOS AS SEGUINTEs CARACTERÍSTICAS: DEVE SER POSSÍVEL EMPILHAR PELO</p>	UN	462551	15	14.000,00	210.000,00



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica: _____

<p>MENOS 04 (QUATRO) SWITCHES; O EMPILHAMENTO DEVE SER FEITO EM ANEL PARA GARANTIR QUE, NA EVENTUAL FALHA DE UM LINK, A PILHA CONTINUE A FUNCIONAR; EM CASO DE FALHA DO SWITCH CONTROLADOR DA PILHA, UM CONTROLADOR "BACKUP" DEVE SER SELECIONADO DE FORMA AUTOMÁTICA, SEM QUE SEJA NECESSÁRIA INTERVENÇÃO MANUAL; DEVE SER POSSÍVEL CRIAR UMA CONEXÃO DE PELO MENOS 40 ENTRE OS COMUTADORES MEMBROS DA PILHA; A PILHA DE SWITCHES DEVERÁ SER GERENCIADA COMO UMA ENTIDADE ÚNICA; A PILHA DE SWITCHES DEVERÁ SER GERENCIADA ATRAVÉS DE UM ÚNICO ENDEREÇO IP; DEVERÁ SER FORNECIDO UM CABO DE EMPILHAMENTO; O SWITCH DEVE ARMAZENAR NO MÍNIMO DUAS VERSÕES DE FIRMWARE SIMULTANEAMENTE EM SUA FLASH; O SWITCH DEVE SUPORTAR JUMBO FRAMES DE 9000 BYTES; O EQUIPAMENTO OFERTADO DEVE POSSUIR HOMOLOGAÇÃO JUNTO À ANATEL COM CERTIFICADOS DISPONÍVEIS PUBLICAMENTE NO ENDEREÇO ELETRÔNICO DESTA AGÊNCIA, CONFORME A RESOLUÇÃO NÚMERO 242; FUNCIONALIDADES GERAIS: POSSUIR PORTA DE CONSOLE PARA GERENCIAMENTO E CONFIGURAÇÃO VIA LINHA DE COMANDO. O CONECTOR DEVE SER RJ-45 OU PADRÃO RS-232 (OS CABOS E EVENTUAIS ADAPTADORES NECESSÁRIOS PARA ACESSO À PORTA DE CONSOLE DEVEM SER FORNECIDOS); POSSUIR UMA INTERFACE DE GERENCIAMENTO BASEADA EM WEB (HTTP) QUE PERMITA AOS USUÁRIOS CONFIGURAR E GERENCIAR SWITCHES ATRAVÉS DE UM BROWSER PADRÃO; GERENCIÁVEL VIA TELNET E SSH; PERMITIR O ESPELHAMENTO DE UMA PORTA OU DE UM GRUPO DE PORTAS PARA UMA PORTA ESPECIFICADA; PERMITIR ESPELHAMENTO DE PÔR REMOTA; DEVE SER GERENCIÁVEL VIA SNMP (V1, V2 E V3); SUPORTAR CONFIGURAÇÃO ATRAVÉS DE PYTHON; IMPLEMENTAR NATIVAMENTE 4 GRUPOS RMON (HISTORY, STATISTICS, ALARMS E EVENTS); IMPLEMENTAR O PROTOCOLO SYSLOG EM IPV4 E IPV6 PARA FUNÇÕES DE "LOGGING" DE EVENTOS; IMPLEMENTAR O PROTOCOLO NTP OU SNTP PARA SINCRONISMO DE CLOCK; SUPORTAR AUTENTICAÇÃO VIA RADIUS E TACACS+; POSSUIR SUPORTE A PROTOCOLO DE AUTENTICAÇÃO PARA CONTROLE DO ACESSO ADMINISTRATIVO AO EQUIPAMENTO; IMPLEMENTAR CONTROLE DE ACESSO POR PORTA (IEEE 802.1X); IMPLEMENTAR LISTAS DE CONTROLE DE ACESSO (ACL) BASEADAS EM ENDEREÇO IP DE ORIGEM E DESTINO (IPV4 E IPV6), PORTAS TCP E UDP DE ORIGEM E DESTINO E ENDEREÇOS MAC DE ORIGEM E DESTINO; POSSUIR CONTROLE DE BROADCAST, MULTICAST E UNICAST POR PORTA; PROMOVER ANÁLISE DO PROTOCOLO DHCP E PERMITIR QUE SE CRIE UMA TABELA DE ASSOCIAÇÃO ENTRE ENDEREÇOS IP ATRIBUÍDOS DINAMICAMENTE, MAC DA MÁQUINA QUE RECEBEU O ENDEREÇO E PORTA FÍSICA DO SWITCH EM QUE SE LOCALIZA TAL MAC; IMPLEMENTAR NETFLOW, SFLOW OU SIMILAR; IMPLEMENTAR PELO MENOS 8 (OITO) FILAS DE SAÍDA POR PORTA; IMPLEMENTAR PELO MENOS UMA FILA DE SAÍDA COM PRIORIDADE ESTRITA POR PORTA E DIVISÃO PONDERADA DE BANDA ENTRE AS DEMAIS FILAS DE SAÍDA; IMPLEMENTAR CLASSIFICAÇÃO, MARCAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DE TRÁFEGO BASEADA NOS VALORES DE CLASSE DE SERVIÇO DO FRAME ETHERNET (IEEE 802.1P COS) IMPLEMENTAR CLASSIFICAÇÃO, MARCAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DE TRÁFEGO BASEADA NOS VALORES DO CAMPO "DIFFERENTIATED SERVICES CODE POINT" (DSCP) DO CABEÇALHO IP, CONFORME DEFINIÇÕES DO IETF; IMPLEMENTAR CLASSIFICAÇÃO DE TRÁFEGO BASEADA EM ENDEREÇO DE ORIGEM/DESTINO (IPV4 OU IPV6), PORTAS TCP E UDP DE ORIGEM E DESTINO, ENDEREÇOS MAC DE ORIGEM E DESTINO; DEVE IMPLEMENTAR RFC 2474 DIFFSERV FIELD; DEVE IMPLEMENTAR RFC 2475 DIFFSERV CORE AND EDGE FUNCTIONS; DEVE IMPLEMENTAR RFC 2597 DIFFSERV ASSURED FORWARDING (AF); OS EQUIPAMENTOS QUANDO VIRTUALIZADOS DEVERÃO POSSUIR PROCESSAMENTO LOCAL DE MODO A NÃO EXISTIR TEMPO DE CONVERGÊNCIA EM CASO DE FALHA DE UM DOS EQUIPAMENTOS DO SISTEMA VIRTUALIZADO; A ATUALIZAÇÃO DE SOFTWARE DOS EQUIPAMENTOS VIRTUALIZADOS NÃO DEVE PARAR TODOS OS SWITCHES AO MESMO TEMPO. A ATUALIZAÇÃO PODERÁ SER REALIZADA PRIMEIRO EM UM EQUIPAMENTO E POSTERIORMENTE NO OUTRO EQUIPAMENTO VIRTUALIZADO PARA QUE NÃO OCORRA INTERRUPÇÃO DO TRÁFEGO; FUNCIONALIDADES DE CAMADA 2 (VLAN, SPANNING TREE). IMPLEMENTAR LANS VIRTUAIS (VLANS) CONFORME DEFINIÇÕES DO PADRÃO IEEE 802.1Q; PERMITIR A CRIAÇÃO DE NO MÍNIMO 512 VLANS; PERMITIR A CRIAÇÃO DE SUBGRUPOS DENTRO DE UMA MESMA VLAN COM CONCEITO DE PORTAS "ISOLADAS" E PORTAS "PROMÍSCUAS", DE MODO QUE "PORTAS ISOLADAS" NÃO SE COMUNIQUEM COM OUTRAS "PORTAS ISOLADAS", MAS TÃO SOMENTE COM AS PORTAS PROMÍSCUAS DE UMA DADA VLAN; DEVE SUPORTAR VLANS DINÂMICAS. DEVE PERMITIR A CRIAÇÃO, REMOÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE VLANS DE FORMA DINÂMICA ATRAVÉS DE PORTAS CONFIGURADAS COMO TRONCO IEEE 802.1Q; IMPLEMENTAR "VLAN TRUNKING" CONFORME PADRÃO IEEE 802.1Q NAS PORTAS FAST ETHERNET E GIGABIT ETHERNET. DEVE SER POSSÍVEL ESTABELECEM QUAIS VLANS SERÃO PERMITIDAS EM CADA UM DOS TRONCOS 802.1Q CONFIGURADOS; IMPLEMENTAR A FUNCIONALIDADE DE "PORT TRUNKING" CONFORME PADRÃO IEEE 802.3AD; IMPLEMENTAR O</p>					
--	--	--	--	--	--



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica:

	<p>PROCOLO SPANNING-TREE CONFORME PADRÃO IEEE 802.1D; IMPLEMENTAR O PADRÃO IEEE 802.1S ("MULTIPLE SPANNING TREE"), COM SUPORTE A NO MÍNIMO 15 INSTÂNCIAS SIMULTÂNEAS DO PROCOLO MULTIPLE SPANNING TREE; IMPLEMENTAR O PADRÃO IEEE 802.1W ("RAPID SPANNING TREE"). IMPLEMENTAR O PROCOLO PVST+ BASEADO NO PADRÃO 802.1W; IMPLEMENTAR MECANISMO DE PROTEÇÃO DA "ROOT BRIDGE" DO ALGORITMO SPANNING-TREE PARA PROVER DEFESA CONTRA ATAQUES DO TIPO "DENIAL OF SERVICE" NO AMBIENTE NÍVEL 2; DEVE PERMITIR A SUSPENSÃO DE RECEBIMENTO DE BPDUS (BRIDGE PROTOCOL DATA UNITS) CASO A PORTA ESTEJA COLOCADA NO MODO "FAST FORWARDING" (CONFORME PREVISTO NO PADRÃO IEEE 802.1W). SENDO RECEBIDO UM BPDU NESTE TIPO DE PORTA DEVE SER POSSÍVEL DESABILITÁ-LA AUTOMATICAMENTE; DEVE IMPLEMENTAR ATÉ 64 GRUPOS DE LAG (LINK AGGREGATION), COM 8 PORTAS POR GRUPO; DEVE SUPORTAR O PROCOLO LLDAP E LLDAP-MED PARA DESCOBERTA AUTOMÁTICA DE EQUIPAMENTOS NA REDE; FUNCIONALIDADES DE CAMADA 3 (MULTICAST E ROTEAMENTO). IMPLEMENTAR ROTEAMENTO ESTÁTICO PARA NO MÍNIMO 256 ROTAS IPV4; IMPLEMENTAR ROTEAMENTO ESTÁTICO PARA NO MÍNIMO 128 ROTAS IPV6; IMPLEMENTAR ROTEAMENTO DINÂMICO ATRAVÉS DOS PROCOLOS RIPV1/RIPV2; IMPLEMENTAR AUTENTICAÇÃO MD5 ENTRE OS PEERS RIPV2; IMPLEMENTAR IGMPV1/V2/V3 SNOOPING; SUPORTE: OS EQUIPAMENTOS DEVEM POSSUIR GARANTIA DE 60 (SESSENTA) MESES COM UM PERÍODO DE DISPONIBILIDADE PARA CHAMADA DE MANUTENÇÃO 24 HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA COM PRAZO PARA ENVIO DE PEÇAS ATÉ O PRÓXIMO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE À ABERTURA DO CHAMADO TÉCNICO; A CONTRATANTE PODERÁ ABRIR CHAMADOS DE MANUTENÇÃO DIRETAMENTE NO FABRICANTE DO ITEM SEM NECESSIDADE DE PRÉVIA CONSULTA E/OU QUALQUER LIBERAÇÃO POR PARTE DA CONTRATADA. NÃO DEVE HAVER LIMITE PARA ABERTURAS DE CHAMADOS, SEJAM DE DÚVIDAS/ CONFIGURAÇÕES E/OU RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE HARDWARE OU SOFTWARE; A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR COMPROVAÇÃO FORMAL DA AQUISIÇÃO DA GARANTIA TÉCNICA JUNTO AO FABRICANTE, ABRANGENDO TODOS OS EQUIPAMENTOS E SOFTWARE(S) DA SOLUÇÃO ATÉ A ENTREGA DA GARANTIA TÉCNICA DO FABRICANTE NÃO EXCLUI A RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA DA PRESTAÇÃO DE SUPORTE ON-SITE DA SOLUÇÃO; A ABERTURA DE CHAMADOS PODERÁ SER REALIZADA ATRAVÉS DE TELEFONE 0800 DO FABRICANTE, ATRAVÉS DA PÁGINA DA WEB DO FABRICANTE OU ATRAVÉS DE ENDEREÇO DE E-MAIL DO FABRICANTE; A ABERTURA DE CHAMADOS ATRAVÉS DE TELEFONE 0800 DEVERÁ SER REALIZADA INICIALMENTE EM PORTUGUÊS; DEVERÁ SER GARANTIDO À CONTRATANTE O PLENO ACESSO AO SITE DO FABRICANTE DOS EQUIPAMENTOS E SOFTWARES. ESSE ACESSO DEVE PERMITIR CONSULTAS A QUAISQUER BASES DE DADOS DISPONÍVEIS PARA USUÁRIOS RELACIONADAS AOS EQUIPAMENTOS E SOFTWARES ESPECIFICADOS, ALÉM DE PERMITIR DOWNLOADS DE QUAISQUER ATUALIZAÇÕES DE SOFTWARE OU DOCUMENTAÇÃO DESTE PRODUTO; ENCERRANDO O PRAZO DE GARANTIA, O FABRICANTE DEVERÁ DISPONIBILIZAR UM SUPORTE EM HORÁRIO COMERCIAL QUE PERMITA A SUBSTITUIÇÃO SEM CUSTOS DE COMPONENTES DE HARDWARE DEFEITUOSOS (PEÇAS, ACESSÓRIOS E OUTROS QUE SE FAÇAM NECESSÁRIOS) E O DOWNLOAD DE TODAS AS ATUALIZAÇÕES DE SOFTWARE POR UM PRAZO DE 5 ANOS APÓS O ENCERRAMENTO DAS VENDAS DESTES PRODUTOS (GARANTIA LIFETIME).</p>					
5	<p>SERVIÇO DE INSTALAÇÃO: TODO O PROCESSO DE MIGRAÇÃO SERÁ PRECEDIDO DE UM ESTUDO E ENTENDIMENTO DE TODA A INFRAESTRUTURA EM FUNCIONAMENTO HOJE NO AMBIENTE ENGLOBALANDO SUA TOPOLOGIA, TODAS AS CONFIGURAÇÕES EM USO (ENDEREÇAMENTOS IP, VLANS, ROTAS, QOS, ACL'S, ETC), AS CONEXÕES ENTRE OS SWITCHES DO CORE, SWITCHES DE DISTRIBUIÇÃO E SWITCHES DE ACESSO, SERVIDORES (FÍSICOS E VIRTUALIZADOS), , REDE INTERNA (CABEADA E SEM FIO), FIREWALL E OUTRAS REDES, BEM COMO TODOS OS SERVIÇOS PUBLICADOS, INTERNOS E EXTERNOS, E TODA A SEGURANÇA ENVOLVIDA. TODO ESSE AMBIENTE ESTUDADO DEVERÁ SER MIGRADO PARA A NOVA REDE. PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA SOLUÇÃO BEM COMO ACOMPANHAMENTO DO PROJETO PROPOSTO, A LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR PROFISSIONAIS CERTIFICADOS, NÍVEIS AVANÇADOS DE CONHECIMENTO NAS TECNOLOGIAS OFERTADOS E NECESSÁRIAS PARA IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO PROPOSTA. O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E MIGRAÇÃO DA REDE PRECEDERÁ DE UM CRONOGRAMA DE PROJETO PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES ABAIXO DESCRITAS, A SER ELABORADO DE COMUM ACORDO. TODO SERVIÇO DEVERÁ SER REALIZADO POR PROFISSIONAL DO FABRICANTE OU CERTIFICADO POR ELE PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, PARA ISSO DEVERÁ SER APRESENTADO JUNTO COM A PROPOSTA O CERTIFICADO DO PROFISSIONAL QUE IRÁ EXECUTAR OS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO. PLANEJAMENTO E PROJETO PARA INSTALAÇÃO DA SOLUÇÃO: LEVANTAMENTO E ANÁLISE DA CONFIGURAÇÃO ATUAL DA REDE; ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REDE DETALHADO EM CONJUNTO COM A EQUIPE DE TECNOLOGIA DA</p>	UN	13692	43	2.000,00	86.000,00



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica:

INFORMAÇÃO, INCLUINDO OS ITENS DE CONFIGURAÇÃO A SEGUIR: ENDEREÇAMENTO E SEGMENTAÇÃO DAS REDES LAN E WAN; ROTEAMENTO ESTATIVO E DINÂMICO UTILIZANDO PROTOCOLOS RIPV2 E OSPFV2, SE APLICÁVEL; QUALIDADE DE SERVIÇO (QOS); REGRAS DE CLASSIFICAÇÃO, PRIORIZAÇÃO E POLÍCIAMENTO DE ACORDO COM AS APLICAÇÕES A SEREM UTILIZADAS NA REDE; SEGURANÇA: DOS ATIVOS: PROTOCOLOS DE COMUNICAÇÃO SEGURA, AUTENTICAÇÃO PARA ACESSO E PROTEÇÃO CONTRA ATAQUES; DA REDE: CONTROLES A SEREM IMPLEMENTADOS PARA RESTRINGIR O ACESSO À REDE E REDUZIR A EXPOSIÇÃO DOS SERVIDORES E ESTAÇÕES DE TRABALHO; REDUNDÂNCIA: PARA O SWITCH CORE SERÁ REALIZADO A IMPLANTAÇÃO DE PROTOCOLO DE REDUNDÂNCIA DE ATIVO/ATIVO, NÃO SENDO ACEITO O USO DE STACK, TECNOLOGIA SEMELHANTE A VPC OU VLT; CONFIGURAÇÃO DO PROTOCOLO RAPID SPANNING TREE (RSTP); CONFIGURAÇÃO DE UPLINKS REDUNDANTES PARA AS PILHAS DE SWITCHES DE CADA UM DOS SETORES; AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA INFRA-ESTRUTURA VISANDO REDUÇÃO DE IMPACTO NO AMBIENTE DE TRABALHO E INDISPONIBILIDADE DA REDE; ORGANIZAÇÃO DO CABEAMENTO: ELABORAR O MAPEAMENTO DE TODAS AS CONEXÕES ENTRE AS PORTAS DOS SWITCHES CORE E DISTRIBUIÇÃO EXISTENTES A SEREM SUBSTITUÍDOS E OS PONTOS NOS PATCH PANELS, COM A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO DO PATCH CORD NECESSÁRIO. INTERCONEXÃO DOS SWITCHES CONFORME CARACTERÍSTICAS DO CENÁRIO PRETENDIDO; EMPILHAMENTO DOS SWITCHES PARA AS QUAIS FOREM ADQUIRIDOS MAIS DE UM SWITCH, O EMPILHAMENTO DEVE SER FEITO ATRAVÉS DE CABOS DEDICADOS; REORGANIZAÇÃO DO CABEAMENTO EXISTENTE NOS RACKS ONDE OS SWITCHES SERÃO INSTALADOS; INSTALAÇÃO DA SOLUÇÃO. INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS NA REDE, EM LOCAL DEFINIDO PELA EQUIPE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, FIXANDO-OS AO RESPECTIVO RACK DE ATIVOS; TODO O PROCESSO DE REMOÇÃO DOS EQUIPAMENTOS LEGADO, MIGRAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A NOVA INFRAESTRUTURA, INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DOS NOVOS EQUIPAMENTOS É DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA, DEVENDO SER REALIZADO POR PESSOAL CAPACITADO, SOB A SUPERVISÃO DOS ANALISTAS DA LICITANTE, QUE POR SUA VEZ DEVERÃO FORNECER À EMPRESA CONTRATADA AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA TAL; INSTALAÇÃO DA VERSÃO MAIS ATUAL DE SOFTWARE (FIRMWARE) RECOMENDADA PELO FABRICANTE; CONFIGURAÇÃO DE ENDEREÇOS/INTERFACES DE GERÊNCIA; ENDEREÇAMENTO IP; TELNET, SE NECESSÁRIO; SECURE SHELL (SSH), SE NECESSÁRIO; WEB (HTTP), SE NECESSÁRIO; RESTRIÇÕES (FILTROS/ACLs) DE ACESSO; AUTENTICAÇÃO; PARÂMETROS SNMP PARA MONITORAÇÃO/GERÊNCIA REMOTA; CONFIGURAÇÃO DE REDES LOCAIS (VLANs); CONFIGURAÇÃO DE SINCRONISMO DE HORA NTP OU SNTP; CONFIGURAÇÃO DO PROTOCOLO RAPID SPANNING TREE (RSTP); CONFIGURAÇÃO DE BPDU GUARD; CONFIGURAÇÃO DE ROOT SPANNING TREE; INTERFACES DE ROTEAMENTO IP; PROTOCOLOS DE ROTEAMENTO DINÂMICO OSPF, CONFORME PROJETO DE REDE ELABORADO; IMPLEMENTAÇÃO DE INTERFACES IP COM VIRTUAL REDUNDANCY ROUTER PROTOCOL (VRRP), SE APLICÁVEL; IMPLEMENTAÇÃO DOS RECURSOS DE QUALIDADE DE SERVIÇO (QOS), CONFORME PROJETO DE REDE ELABORADO; OTIMIZAÇÃO DA SOLUÇÃO: IMPLEMENTAÇÃO DE FILTROS OU ACCESS CONTROL LISTS PARA BLOQUEIO DE TRÁFEGO DESNECESSÁRIO OU INDEVIDO; CRIAÇÃO DE VLAN, TANTAS NECESSÁRIAS AO AMBIENTE DE ACORDO COM AS DEFINIÇÕES DO PROJETO; CRIAÇÃO DOS ROTEAMENTOS DE VLAN, TANTOS NECESSÁRIOS DE ACORDO COM AS DEFINIÇÕES DO PROJETO. ATIVAÇÃO DE RECURSOS PARA O CONTROLE DE BROADCAST STORMS; IMPLEMENTAÇÃO DOS RECURSOS DE QUALIDADE DE SERVIÇO (QOS), CONFORME PROJETO DE REDE ELABORADO; IMPLEMENTAÇÃO DE FILTROS OU ACCESS CONTROL LISTS PARA BLOQUEIO DE TRÁFEGO DESNECESSÁRIO OU INDEVIDO; CONTROLE DE ACESSO A REDE ATRAVÉS DO PADRÃO IEEE 802.1X; INSTALAÇÃO DOS MÓDULOS DE GERÊNCIA OFERTADOS, E TODOS OUTROS COMPONENTES NECESSÁRIOS PARA O SEU FUNCIONAMENTO; CONFIGURAÇÃO DE DHCP SNOOPING; CONFIGURAÇÃO DE DHCP RELAY; CRIAÇÃO DE SCOPO DE DHCP EM SERVIDORES WINDOWS SERVER. CONFIGURAÇÃO DE INTERFACE CONFIÁVEL (TRUST INTERFACE); CONFIGURAÇÃO DE ALERTAS OU ALARMES CRÍTICOS, PARA CADA ATIVO MAPEADO, DE ACORDO COM DEFINIÇÕES FEITAS NA FASE DE PLANEJAMENTO. CONFIGURAÇÕES DOS PERFIS DE ACESSO À REDE BASEADAS NA POLÍTICA DE SEGURANÇA; CRIAÇÃO E ATIVAÇÃO DE REGRAS DE ACESSO E PERFIS DE ACESSO À REDE; CONFIGURAÇÃO DE PARÂMETROS DE QUALIDADE DE SERVIÇO (QOS); CONFIGURAÇÃO DAS POLÍTICAS ACESSO PARA A REDE DOS USUÁRIOS, INTEGRADOS COM A BASE LDAP/RADIUS E TACACS EXISTENTE; DISTRIBUIÇÃO, ATIVAÇÃO E TESTES DAS POLÍTICAS DE ACESSO NOS SWITCHES FORNECIDOS; CRIAÇÃO DE FILTROS E/OU ACLS (ACCESS CONTROL LISTS) DE ACORDO COM A POLÍTICA; ATIVAÇÃO E TESTE DAS ACLS NOS EQUIPAMENTOS FORNECIDOS; HOMOLOGAÇÃO: CERTIFICAÇÃO FINAL DA SOLUÇÃO, MEDIANTE TESTES DE COMUNICAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS COM OS DADOS GERADOS. OS TESTES DEVEM



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica: _____

<p>COMPREENDER A COMPROVAÇÃO DE FORMA INEQUÍVOCA DO PERFEITO FUNCIONAMENTO DOS MECANISMOS DE ALTA DISPONIBILIDADE, SEJAM ELES DE ENLACE FÍSICO, SWITCHES DE ACESSO, SWITCHES CORE E TAMBÉM SEUS COMPONENTES. TODOS ESTES TESTES DEVEM SER REALIZADOS COM O ACOMPANHAMENTO DA EQUIPE DE ANALISTAS; 6.5.11.2. ESSE ITEM SERÁ CONTABILIZADO PARA O TOTAL DE EQUIPAMENTO ADQUIRIDOS. DOCUMENTAÇÃO EM FORMATO PDF CONTENDO OS ITENS A SEGUIR: AS-BUILT COMPLETO DO PROJETO, ASSINADA PELO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA EXECUÇÃO E GERENTE DE PROJETO. ARQUIVOS DE CONFIGURAÇÃO DOS ATIVOS DE REDE; BACKUP DAS CONFIGURAÇÕES DOS SOFTWARES UTILIZADOS; IMAGENS DAS VERSÕES DE SOFTWARE IMPLANTADAS NOS ATIVOS DE REDE QUANDO DE SUA ENTREGA; OPERAÇÃO ASSISTIDA: DEVERÁ SER CONSIDERADO UM MÍNIMO DE 720 HORAS PARA OPERAÇÃO ASSISTIDA. A OPERAÇÃO ASSISTIDA VISA MUNIR O CLIENTE COM A EXPERTISE NECESSÁRIO PARA OPERAR O AMBIENTE DE FORMA SEGURA. A OPERAÇÃO ASSISTIDA DEVERÁ SER INICIADA APÓS A HOMOLOGAÇÃO DO AMBIENTE, CONSIDERANDO O PERÍODO DE SEGUNDA-FEIRA A SEXTA-FEIRA NO REGIME 24X7; SÓ TERÁ VALIDADE O INÍCIO A OPERAÇÃO ASSISTIDA APÓS SER ENTREGUE E ASSINADO PELO ÓRGÃO TERMO DE CONCLUSÃO DE PROJETO JUNTO COM A DOCUMENTAÇÃO; ESSE ITEM SERÁ CONTABILIZADO PARA O TOTAL DE EQUIPAMENTO ADQUIRIDOS. GARANTIA: A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER GARANTIA DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E MIGRAÇÃO DA REDE DE, NO MÍNIMO, 06 (SEIS) MESES, NOS PARÂMETROS IMPLEMENTADOS DURANTE O PROJETO. SÓ TERÁ VALIDADE O INÍCIO DA GARANTIA APÓS SER ENTREGUE E ASSINADO PELO ÓRGÃO TERMO DE CONCLUSÃO DE PROJETO JUNTO COM A DOCUMENTAÇÃO; ESSE ITEM SERÁ CONTABILIZADO PARA O TOTAL DE EQUIPAMENTO ADQUIRIDOS. SERVIÇO DE TREINAMENTO: REALIZAR TREINAMENTO DOS EQUIPAMENTOS PARA ATÉ 04 (QUATRO) FUNCIONÁRIOS DA EQUIPE; A GRADE TOTAL DE TREINAMENTO NÃO PODERÁ SER INFERIOR A 8 (OITO) HORAS, PARA TODOS OS EQUIPAMENTOS; O TREINAMENTO DEVE SER REALIZADO EM HORÁRIO COMERCIAL, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA; O TREINAMENTO DEVERÁ EXPLANAR CONTEÚDO SUFICIENTE PARA A PLENA UTILIZAÇÃO DOS PRODUTOS OFERTADOS PARA A SOLUÇÃO, BEM COMO AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS UTILIZADAS PARA O DESENHO DE TODA A SOLUÇÃO UTILIZADA NESTE PROJETO, INCLUINDO TÉCNICAS DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS; CASO O CONTEÚDO EXIGIDO NÃO SEJA COBERTO POR UM ÚNICO TREINAMENTO, PODEM SER REALIZADOS TANTOS TREINAMENTOS QUANTOS SEJAM NECESSÁRIOS PARA QUE SEJA FEITO INTEGRALMENTE O REPASSE DO CONTEÚDO EXIGIDO, DESDE QUE OBEDECIDOS OS MESMOS PRAZOS E CONDIÇÕES ESTIPULADOS NESTE DOCUMENTO; O TREINAMENTO DEVE SER MINISTRADO POR INSTRUTORES POSSUIDORES DE CERTIFICAÇÃO EMITIDA PELO FABRICANTE DA SOLUÇÃO. O RESPONSÁVEL PELO TREINAMENTO "IN LOCO" DEVE PREFERENCIALMENTE SER O MESMO PROFISSIONAL QUE PARTICIPOU DAS FASES DE ELABORAÇÃO DE PROJETO E IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO, E SOMENTE SERÁ ACEITA A SUA SUBSTITUIÇÃO EM CASOS EXCEPCIONAIS E COM A CONCORDÂNCIA; A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ PROMOVER O TREINAMENTO TEÓRICO E PRÁTICO ESPECÍFICO DE CONFIGURAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA SOLUÇÃO (HARDWARE E SOFTWARE) QUE OPERARÃO OS EQUIPAMENTOS, INCLUINDO O ACOMPANHAMENTO PARA VERIFICAÇÃO DA OPERACIONALIDADE DOS MESMOS; O TREINAMENTO DEVERÁ SER MINISTRADO POR PROFISSIONAIS CAPACITADOS. NÃO PRECISARÁ SER NECESSARIAMENTE, UM TREINAMENTO OFICIAL DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO. AO FINAL DO TREINAMENTO, CERTIFICADO DE CONCLUSÃO ONDE CONSTE A DESCRIÇÃO DO TREINAMENTO, O NOME DO PARTICIPANTE E A CARGA HORÁRIA; ESSE ITEM SERÁ CONTABILIZADO PARA O TOTAL DE EQUIPAMENTO ADQUIRIDOS. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DO TREINAMENTO DEVERÁ CONTEMPLAR, NO MÍNIMO, OS SEGUINTE TÓPICOS: DEVERÁ COBRIR TODOS OS PROTOCOLOS REFERENTES À CAMADA 2 E CAMADA 3 DO MODELO OSI - OPEN SYSTEMS INTERCONNECTION MODEL, SUPORTADOS PELOS EQUIPAMENTOS; EQUIPAMENTOS USADOS PELA SOLUÇÃO FORNECIDA; TECNOLOGIAS APLICADAS PELA SOLUÇÃO FORNECIDA, COM CASO PRÁTICO DAS CONFIGURAÇÕES UTILIZADAS; INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS FORNECIDOS; INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E OPERAÇÃO DOS SOFTWARES FORNECIDOS; INTRODUÇÃO À CLI (INTERFÁCE DE LINHA DE COMANDO) E À GUI (INTERFÁCE GRÁFICA DO USUÁRIO); PLATAFORMA DE GERENCIAMENTO; ATUALIZAÇÃO DE FIRMWARES; OPÇÕES DE CONFIGURAÇÕES DE ASPECTOS DE SEGURANÇA DOS EQUIPAMENTOS FORNECIDOS; CONFIGURAÇÃO DE INTERFACES L2 E L3; LINK AGGREGATION; CONFIGURAÇÃO DE VLANS; IDENTIFICAÇÃO DE FALHAS COM FERRAMENTAS DE TROUBLESHOOTING; RESTAURAÇÃO DO AMBIENTE; PROTOCOLOS DE SPANNING TREE; AUTHENTICATION, AUTHORIZATION, ACCOUNTING (AAA); ROTEAMENTO ESTÁTICO; CONFIGURAÇÃO DE MULTICAST; IMPLEMENTAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE VRRP; IMPLEMENTAÇÃO DE</p>					
---	--	--	--	--	--



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica:

	OSPF; CONFIGURAÇÃO DE QOS (QUALITY OF SERVICE): REGRAS DE CLASSIFICAÇÃO, PRIORIZAÇÃO E POLICIAMENTO DE ACORDO COM AS APLICAÇÕES A SEREM UTILIZADAS NA REDE; ENDEREÇAMENTO IP V4 E IPV6; ENDEREÇAMENTO IP MULTICAST E MULTICAST FORWARDING.					
6	SERVIÇO DE SUPORTE SOB DEMANDA: CARACTERÍSTICAS GERAIS: ESTÃO EXCLUÍDOS DO ESCOPO DE OPERAÇÃO ASSISTIDA OS ATENDIMENTOS SOB GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO. A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS SOLICITADOS PELA CONTRATANTE SERÁ REALIZADA A PARTIR DA ABERTURA DE ORDEM DE SERVIÇO DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, COMPOSTA PELAS MACROATIVIDADES LISTADAS A SEGUIR: AVALIAÇÃO DO AMBIENTE: SERVIÇO DE AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA SOLUÇÃO DE REDE FACE ÀS NOVAS FUNCIONALIDADES, TECNOLOGIAS, MELHORES PRÁTICAS ETC. A CONTRATADA DEVERÁ PROPOR MELHORIAS E SUGERIR OTIMIZAÇÕES, ALÉM DE EXECUTAR E/OU ACOMPANHAR EVENTUAIS RECONFIGURAÇÕES E TESTES, E DOCUMENTAR TODO O PROCESSO. REVISÃO DO AMBIENTE: SERVIÇO DE REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS ETAPAS REALIZADAS QUANDO DA IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO DE REDE, SE NECESSÁRIO, E EM CONSONÂNCIA COM O DIAGNÓSTICO OBTIDO, E DOCUMENTAR TODO O PROCESSO. APÓS A HOMOLOGAÇÃO DO SERVIÇO DE OPERAÇÃO ASSISTIDA ENTREGUE, SERÁ EMITIDO O RESPECTIVO TERMO DE ACEITE. LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. AS MACROATIVIDADES DE AVALIAÇÃO E REVISÃO DO AMBIENTE DEVERÃO SER REALIZADAS NAS INSTALAÇÕES DA CONTRATANTE OU REMOTAMENTE, QUE PROVIDENCIARÁ TODA A INFRAESTRUTURA DE HARDWARE E SOFTWARE, BEM COMO OS RECURSOS FÍSICOS NECESSÁRIOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS. CABE À CONTRATADA A RESPONSABILIDADE PELO DESLOCAMENTO DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, BEM COMO PELA ESTADIA E ALIMENTAÇÃO. PRAZOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. O SERVIÇO DE OPERAÇÃO ASSISTIDA SERÁ UTILIZADO APÓS FINALIZAÇÃO DA ETAPA DE INSTALAÇÃO/IMPLEMENTAÇÃO DA SOLUÇÃO OBJETO DESTA EDITAL, DE FORMA ININTERRUPTA. FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. A ORDEM DE SERVIÇO DA OPERAÇÃO ASSISTIDA ESPECIFICARÁ: A RELAÇÃO DOS SERVIÇOS QUE DEVERÃO SER PRODUZIDOS E ENTREGUES PELA CONTRATADA COMO RESULTADO DA CONTRATAÇÃO. A CRITÉRIO DA CONTRATANTE, PODERÁ SER DEFINIDA A NECESSIDADE DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DE QUALQUER SERVIÇO POR TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DA CONTRATANTE. SEMPRE QUE NECESSÁRIO, PODERÃO SER REALIZADAS REUNIÕES ENTRE A CONTRATANTE E A CONTRATADA PARA ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS ACERCA DO SERVIÇO A SER EXECUTADO. O SERVIÇO SERÁ PRESTADO EM HORARIO COMERCIAL DE SEGUNDA A SEXTA NO REGIME 8X5. A CONTRATANTE DEVERÁ PROVIDENCIAR AS PERMISSÕES E ACESSOS FÍSICOS E LÓGICOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES. QUANDO FOR SOLICITADO SERVIÇOS PRESENCIAIS NA INSTALAÇÃO DA CONTRATANTE, ELÉS NÃO TERÃO QUANTITATIVOS DE HORAS INFERIOR A 20 HORAS. PERFIL DOS PROFISSIONAIS DA CONTRATADA. A CONTRATADA DEVERÁ DESIGNAR PROFISSIONAIS COM OS PERFIS ABAIXO IDENTIFICADOS PARA ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS DEMANDADOS: PROFISSIONAL CERTIFICADO PELO FABRICANTE DOS EQUIPAMENTOS SWITCH; PROFISSIONAL CERTIFICADO EM CCNA OU COMP TIA; PROFISSIONAL CERTIFICADO MICROSOFT CERTIFIED SOLUTIONS ASSOCIATE WINDOWS SERVER.	UN	27570	300	375,00	112.500,00
TOTAL: 966.500,00						

4 - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DOS LOCAIS E PRAZOS DE ENTREGA

4.1. O objeto desta licitação refere-se a uma estimativa de utilização dos produtos, a serem aplicadas durante **12 (doze) meses**; assim, não poderão ser executados em uma única parcela, devendo haver execuções parciais, de forma a atender as quantidades estipuladas nos pedidos parciais/requisições emitidas pelo Órgão solicitante.

4.2. A licitante vencedora deverá fornecer o objeto em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o Termo de Referência e à proposta de preços apresentada.

4.3. **Para fornecimento dos produtos, registrados na ARP-Ata de Registros de Preços, que deverá estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais**, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração.

4.4. A entrega dos produtos, será de forma parcelada, na medida da necessidade, as Secretarias interessadas, através de servidores previamente autorizados, farão as solicitações dos produtos junto à contratada, mediante formulário próprio de Ordem de Fornecimento, emitido pelo encarregado responsável.

4.4.1. **Os equipamentos deverão ser entregue com 01 (um) Manual de peças (aplicação e código), 01 (um) Manual de Operação, em vias impresso e em mídia digital, ambos em língua portuguesa, atualizado conforme a série e versão do bem.**

4.4.2. **Manual de garantia total, acompanhado de documento de compromisso de RESPONSABILIDADE DE GARANTIA TOTAL, assistida no local de operação, sem custos de traslado ou estadia dos profissionais.**



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica: _____

4.5. A contratada deverá efetuar a entrega dos produtos **no prazo máximo de 15(quinze) dias úteis**, contados do recebimento da requisição e nota de empenho, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**.

4.5.1. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar será convocada para o fornecimento do objeto.

4.6. Os produtos solicitados deverão ser entregues no Almoxarifado Central do Município, localizado na Av. Brasil nº 2.351-N, Jardim Europa, ou outro local determinado pela Administração, na presença do encarregado do Setor, em conformidade com § 8º, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o **prazo de até 03 (três) dias úteis** dias para aceitar os materiais.

4.7. Todo o material fornecido deverá estar acondicionado em embalagens apropriada, e em perfeitas condições de armazenamento e uso, de forma que garanta a sua integridade e não sejam danificados durante as operações de transporte, carga e descarga, conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

4.8. A contratada deverá se responsabilizar pela qualidade dos produtos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, assim como pela adequação do mesmo às exigências deste Termo e da licitação.

4.9. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

4.9.1. As ferramentas deverão possuir as garantias mínimas previstas em lei, contados a partir do seu recebimento definitivo. Essa garantia deverá abranger todo e qualquer defeito de fabricação e desempenho dos materiais, quando submetidos a uso e conservação normais.

4.10. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

4.11. **No ato da entrega, os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida ser(ão) devolvido(s), à contratada.**

4.12. Verificada alguma falha no fornecimento, a Contratada obriga-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, os produtos entregues e não aceitos pelo Contratante, em função da existência de irregularidades, incorreções, **no prazo de 72 (setenta e duas) horas**, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, sem ônus adicional para a Contratante, sem o que será convocada a segunda classificada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93 e artigos 20 e 56 a 80 do Código de Defesa do Consumidor.

4.13. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a **CONTRATANTE** não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

4.14. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade dos produtos fornecidos pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências da ARP – **Ata de Registro de Preços**, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

5 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. O objeto da presente licitação será recebido pelas Secretarias requisitantes dos produtos através de servidor designado, mediante Termo de Recebimento do efetivo fornecimento dos produtos e deverá atestar seu recebimento.

5.1.1. O objeto será recebido através de servidor responsável da referida secretaria, mediante **Termo de Constatação e Recebimento dos produtos**, e será da seguinte forma:

a) Provisoriamente, no ato da entrega por Servidor, ou Comissão, que procederá a conferência de sua conformidade com as especificações, caso não haja nenhuma impropriedade explícita, será aceito esse recebimento;

b) Definitivamente, em até **03 (três) dias úteis**, após o recebimento provisório, mediante, "atesto" na nota fiscal/fatura, depois de comprovada a adequação aos termos contratuais e aferição do direito ao pagamento.

5.2. O recebimento e a aceitação do objeto desta concorrência, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no Termo de Referência (Anexo II) e obedecerão ao disposto no Art. 73, incisos I e II, e seus parágrafos da Lei n.º 8.666/93, no que lhes for aplicável.

5.3. O recebimento definitivo dos produtos, objeto do Edital, não exclui a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pela Secretaria requisitante, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90);

5.4. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com o edital, devendo estes ser substituídos ou complementados, às expensas da **CONTRATADA**, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

5.5. A contratante indicará servidor responsável, designado para esse fim que, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

6 - DO PAGAMENTO

6.1. Pelo fornecimento dos produtos, quando devidamente entregues, pagará a **CONTRATANTE à CONTRATADA** o valor constante em sua proposta comercial, sem qualquer ônus ou acréscimo;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica: _____

6.2. Os pagamentos serão efetuados após a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada por servidor responsável da CONTRATANTE, acompanhada da certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união e Contribuições Previdenciárias (PGFN/INSS), certificado de regularidade de situação junto ao FGTS e certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo.

6.2.1. Os pagamentos serão creditados em favor da Contratada, por meio de depósito Bancário em conta-corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta-corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

6.3. Na ocorrência de rejeição da nota fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo estipulado no subitem anterior passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

6.4. A Contratada deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e conseqüentemente lançado no instrumento contratual.

7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A fiscalização da contratação decorrente do edital caberá à Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias requisitantes, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

7.2. Para fiscalização quanto ao fornecimento dos produtos junto a CONTRATADA, serão designados servidores de cada Secretaria, ordenadora da despesa, formalmente nomeados para esse fim, conforme segue:

04) Secretaria de Administração - Fiscal: Adailton Erico Favetti, Suplente: Raphael Lopes Barbosa;

7.2.1. Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar o fornecimento dos produtos, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital, bem como, dirimir as dúvidas que surgirem no decorrer do fornecimento, dando ciência de tudo ao licitante adjudicado, conforme art. 67 da Lei n. 8.666/93.

7.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no edital e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

7.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município, deverão ser solicitadas formalmente pela Contratada, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

7.5. A Contratada deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto da presente licitação.

7.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do fornecedor contratado, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o Fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

8 - INFORMAÇÕES AOS LICITANTES

8.1 - Os licitantes poderão contactar com o Departamento de Licitação pelo telefone (65) 3311-4812 (65)3311-4809/4831, para dirimir dúvidas e prestar os esclarecimentos necessários quanto ao fornecimento a ser adquirido, bem como demais informações pertinentes.

Tangará da Serra – MT, 05 de março de 2021.

ARIELZO DA GUIA E CRUZ
SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica: _____

ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2021
MODELO DE PROPOSTA

À
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA-MT
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2021

ABERTURA DO CERTAME: 18/03/2021.
HORÁRIO: 09:00 HORAS (Horário de Brasília/DF)

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ/CGC (MF) nº _____ e inscrição estadual nº _____, estabelecida no (a) _____, para atendimento do objeto destinado à município de Tangará da Serra-MT, em conformidade com o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO nº 010/2021**.

Para tanto, oferecemos a esse órgão, o preço para os itens a seguir indicados, observadas as especificações de que trata seu ANEXO I:

LOTE 01						
ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIDA	CÓDIGO CATMAT	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	<p>SWITCH CORE - CARACTERÍSTICAS GERAIS: O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR NO MÍNIMO 28 (VINTE E QUATRO) SLOTS 1 /10 GIGABIT ETHERNET SFP+ SEM NENHUM BLOQUEIO (NON-BLOCKING); AS PORTAS SFP+ DEVEM SUPORTAR TRANSCEIVERS DOS PADRÕES SFP+ 10GBASE-SR, 10GBASE-LR, 10GBASE-ER E 10GBASE-ZR, SFP 1000BASE-SX, 1000BASE-LX, 1000BASE-ZX E 1000BASE-T E CABOS SFP+ DIRECT ATTACH CABLE (DAC); DEVE SER FORNECIDO COM PELO MENOS 26 (VINTE SEIS) TRANSCEIVERS 10GBASE-SR. OS TRANSCEIVERS FORNECIDOS DEVERÃO SER DO MESMO FABRICANTE DO SWITCH; POSSUIR 02 (DUAS) PORTAS 100 GIGABIT ETHERNET QSFP28 COM SUPORTE A TRANSCEIVERS DOS PADRÕES 100GBASE-SR4, 100GBASE-LR4, 40GBASE-SR4, 40GBASE-LR4 E CABOS QSFP28/QSFP+ PASSIVE DIRECT ATTACH CABLE (DAC); DEVE SER FORNECIDO COM PELO MENOS 01 CABO DAC 100GB QSFP28 DE NO MÍNIMO 0,5 METROS; DEVE SER FORNECIDO COM PELO MENOS 02 CABO DAC 10GB SFP+ DE NO MÍNIMO 1 METRO; POSSUIR MATRIZ DE COMUTAÇÃO COM CAPACIDADE DE PELO MENOS 960 GBPS; POSSUIR CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE PELO MENOS 720 MPPS (MILHÕES DE PACOTES POR SEGUNDO); DEVERÁ TER CAPACIDADE DE ROTEAR E COMUTAR PACOTES ATRAVÉS DE ASICS SEM A NECESSIDADE DE ADIÇÃO DE HARDWARE OU LICENÇAS ADICIONAIS; POSSUIR LATÊNCIA INFERIOR OU IGUAL A 800 NS (OITOCENTOS NANO SEGUNDOS) DE COMUTAÇÃO PORTA A PORTA; POSSUIR CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 160.000 ENDEREÇOS MAC; SUPORTE A JUMBO FRAMES DE NO MÍNIMO 9.000 BYTES; DEVE POSSUIR NO MÍNIMO 1 (UMA) PORTA DE CONSOLE COM CONECTOR RJ-45; DEVE POSSUIR NO MÍNIMO 1 (UMA) PORTA ETHERNET RJ-45 PARA ADMINISTRAÇÃO FORA DE BANDA (OUT-OF-BAND MANAGEMENT); SER FORNECIDO COM CONFIGURAÇÃO DE CPU E MEMÓRIA (RAM E FLASH) SUFICIENTE PARA IMPLEMENTAÇÃO DE TODAS AS FUNCIONALIDADES DESCRITAS NESTA ESPECIFICAÇÃO. POSSUIR FONTES DE ALIMENTAÇÃO REDUNDANTES INTERNAS AO EQUIPAMENTO COM AJUSTE AUTOMÁTICO DE TENSÃO 110 OU 220 VOLTS; O EQUIPAMENTO DEVERÁ TER VENTILADORES REDUNDANTES COM OPÇÃO DE FLUXO DE AR FRENTE PARA TRÁS OU TRÁS PARA FRENTE (FRONT-TO-BACK OU BACK-TO-FRONT). OS EQUIPAMENTOS DEVEM VIR EQUIPADOS COM VENTILADORES DE FLUXO DE AR FRENTE PARA TRÁS; AS FONTES E VENTILADORES DEVEM SER CAPAZES DE SEREM TROCADOS COM O EQUIPAMENTO EM PLENO FUNCIONAMENTO, SEM NENHUM IMPACTO NA PERFORMANCE (HOT-SWAPPABLE) E DEVEM SER REDUNDANTES; O EQUIPAMENTO DEVE SER ESPECÍFICO PARA O AMBIENTE DE DATA CENTER COM COMUTAÇÃO DE PACOTES DE ALTO DESEMPENHO E ARQUITETURA "NON BLOCKING"; OCUPAR NO MÁXIMO 1 (UMA) UNIDADE DE RACK (1 RU); INSTALÁVEL EM RACK PADRÃO DE 19", SENDO QUE DEVERÃO SER FORNECIDOS OS RESPECTIVOS KIT'S DE FIXAÇÃO; FUNCIONALIDADES GERAIS: POSSUIR PORTA DE CONSOLE PARA GERENCIAMENTO E CONFIGURAÇÃO VIA LINHA DE COMANDO. O</p>					



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica:

<p>CONECTOR DEVE SER RJ-45 OU PADRÃO RS-232 (OS CABOS E EVENTUAIS ADAPTADORES NECESSÁRIOS PARA ACESSO À PORTA DE CONSOLE DEVEM SER FORNECIDOS); GERENCIÁVEL VIA TELNET E SSH; PERMITIR O ESPELHAMENTO DE UMA PORTA E DE UM GRUPO DE PORTAS PARA UMA PORTA ESPECIFICADA; PERMITIR O ESPELHAMENTO DE UMA PORTA OU DE UM GRUPO DE PORTAS PARA UMA PORTA ESPECIFICADA EM UM SWITCH REMOTO NO MESMO DOMÍNIO L2 OU EM OUTRO DOMÍNIO L2 ATRAVÉS DE TUNELAMENTO; DEVE SER GERENCIÁVEL VIA SNMP (V1, V2); IMPLEMENTAR O PROTOCOLO SYSLOG PARA FUNÇÕES DE "LOGGING" DE EVENTOS; IMPLEMENTAR O PROTOCOLO NTPV4; SUPORTAR AUTENTICAÇÃO VIA RADIUS OU TACACS; POSSUIR SUPORTE AO PROTOCOLO DE AUTENTICAÇÃO PARA CONTROLE DO ACESSO ADMINISTRATIVO AO EQUIPAMENTO; IMPLEMENTAR CONTROLE DE ACESSO POR PORTA (IEEE 802.1X); IMPLEMENTAR LISTAS DE CONTROLE DE ACESSO (ACLs) BASEADAS EM ENDEREÇO IPV4 OU IPV6 DE ORIGEM E DESTINO, PORTAS TCP E UDP DE ORIGEM E DESTINO E ENDEREÇOS MAC DE ORIGEM E DESTINO; POSSUIR CONTROLE DE BROADCAST, MULTICAST E UNICAST POR PORTA; PROMOVER ANÁLISE DO PROTOCOLO DHCP E PERMITIR QUE SE CRIE UMA TABELA DE ASSOCIAÇÃO ENTRE ENDEREÇOS IP ATRIBUÍDOS DINAMICAMENTE, MAC DA MÁQUINA QUE RECEBEU O ENDEREÇO E PORTA FÍSICA DO SWITCH EM QUE SE LOCALIZA TAL MAC; IMPLEMENTAR PELO MENOS UMA FILA DE SAÍDA COM PRIORIDADE ESTRITA POR PORTA E DIVISÃO PONDERADA DE BANDA ENTRE AS DEMAIS FILAS DE SAÍDA; IMPLEMENTAR CLASSIFICAÇÃO, MARCAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DE TRÁFEGO BASEADA NOS VALORES DE CLASSE DE SERVIÇO DO FRAME ETHERNET (IEEE 802.1P COS); IMPLEMENTAR CLASSIFICAÇÃO, MARCAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DE TRÁFEGO BASEADA NOS VALORES DO CAMPO "DIFFERENTIATED SERVICES CODE POINT" (DSCP) DO CABEÇALHO IP, CONFORME DEFINIÇÕES DO IETF; IMPLEMENTAR CLASSIFICAÇÃO DE TRÁFEGO BASEADA EM ENDEREÇO IP DE ORIGEM/DESTINO, PORTAS TCP E UDP DE ORIGEM E DESTINO, ENDEREÇOS MAC DE ORIGEM E DESTINO; SUPORTE A DCB (DATA CENTER BRIDGING), COM SUPORTE AOS PROTOCOLOS PRIORITY-BASED FLOW CONTROL (PFC - IEEE 802.1QBB), ENHANCED TRANSMISSIONS SELECTIONS (ETS - IEEE 802.1QAZ) E DCBX; O EQUIPAMENTO DEVE SUPORTAR FUNCIONALIDADE DE VIRTUALIZAÇÃO EM CAMADA 2 DE MODO A SUPORTAR DIVERSIDADE DE CAMINHOS EM CAMADA 2 E AGREGAÇÃO DE LINKS ENTRE 2 SWITCHES DISTINTOS (LAYER 2 MULTIPATHING); FUNCIONALIDADES DE CAMADA 2 (VLAN, SPANNING TREE); IMPLEMENTAR ATÉ 4.000 VLANS IDS CONFORME DEFINIÇÕES DO PADRÃO IEEE 802.1Q; PERMITIR A CRIAÇÃO E ATIVAÇÃO SIMULTÂNEAS DE NO MÍNIMO 4.000 VLANS ATIVAS BASEADAS EM PORTAS; PERMITIR A CRIAÇÃO DE SUBGRUPOS DENTRO DE UMA MESMA VLAN COM CONCEITO DE PORTAS "ISOLADAS" E PORTAS "PROMÍSCUAS", DE MODO QUE "PORTAS ISOLADAS" NÃO SE COMUNIQUEM COM OUTRAS "PORTAS ISOLADAS", MAS TÃO SOMENTE COM AS PORTAS PROMÍSCUAS DE UMA DADA VLAN; DEVE SUPORTAR VLANS DINÂMICAS. DEVE PERMITIR A CRIAÇÃO, REMOÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE VLANS DE FORMA DINÂMICA ATRAVÉS DE PORTAS CONFIGURADAS COMO TRONCO IEEE 802.1Q; IMPLEMENTAR "VLAN TRUNKING" CONFORME PADRÃO IEEE 802.1Q NAS PORTAS FAST ETHERNET E GIGABIT ETHERNET. DEVE SER POSSÍVEL ESTABELECEM QUAIS VLANS SERÃO PERMITIDAS EM CADA UM DOS TRONCOS 802.1Q CONFIGURADOS. IMPLEMENTAR A FUNCIONALIDADE DE "LINK AGGREGATION(LAGS)" CONFORME PADRÃO IEEE 802.3AD; DEVE SUPORTAR NO MÍNIMO 128 GRUPOS POR SWITCH COM ATÉ 16 PORTAS POR LAG (IEEE 802.3AD); DEVE IMPLEMENTAR 8 FILAS DE QOS EM HARDWARE POR PORTA; IMPLEMENTAR TABELA MAC COM ATÉ 160.000 ENTRADAS; IMPLEMENTAR TABELA ARP COM ATÉ 128.000 ENTRADAS; DEVE IMPLEMENTAR O PADRÃO IEEE 802.1D ("SPANNING TREE PROTOCOL"); DEVE IMPLEMENTAR O PADRÃO IEEE 802.1S ("MULTIPLE SPANNING TREE"); DEVE IMPLEMENTAR O PADRÃO IEEE 802.1W ("RAPID SPANNING TREE"); DEVE IMPLEMENTAR PADRÃO COMPATÍVEL COM PVST+/RPVST+; IMPLEMENTAR MECANISMO DE PROTEÇÃO DA "ROOT BRIDGE" DO ALGORITMO SPANNING-TREE PARA PROVER DEFESA CONTRA ATAQUES DO TIPO "DENIAL OF SERVICE" NO AMBIENTE NÍVEL 2; DEVE PERMITIR A SUSPENSÃO DE RECEBIMENTO DE BPDUS (BRIDGE PROTOCOL DATA UNITS) CASO A PORTA ESTEJA COLOCADA NO MODO "FAST FORWARDING" (CONFORME PREVISTO NO PADRÃO IEEE 802.1W), SENDO RECEBIDO UM BPDU NESTE TIPO DE PORTA DEVE SER POSSÍVEL DESABILITÁ-LA AUTOMATICAMENTE; DEVE IMPLEMENTAR O PROTOCOLO IEEE 802.1AB LINK LAYER DISCOVERY PROTOCOL (LLDP) E SUA EXTENSÃO LLDP-MED, PERMITINDO A DESCOBERTA DOS ELEMENTOS DE REDE VIZINHOS; O EQUIPAMENTO DEVE SUPORTAR FUNCIONALIDADE DE VIRTUALIZAÇÃO EM CAMADA 2 DE MODO A SUPORTAR DIVERSIDADE DE CAMINHOS EM CAMADA 2 E AGREGAÇÃO DE LINKS ENTRE 2 SWITCHES DISTINTOS (LAYER 2 MULTIPATHING); OS EQUIPAMENTOS QUANDO VIRTUALIZADOS DEVERÃO POSSUIR PROCESSAMENTO LOCAL DE MODO A NÃO EXISTIR TEMPO DE CONVERGÊNCIA EM CASO DE FALHA DE UM DOS EQUIPAMENTOS DO SISTEMA VIRTUALIZADO; SUPORTE A DCB (DATA CENTER BRIDGING), COM SUPORTE AOS</p>				
--	--	--	--	--



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica:

<p>PROTÓCOLOS PRIORITY-BASED FLOW CONTROL (PFC – IEEE 802.1QBB), ENHANCED TRANSMISSIONS SELECTIONS (ETS – IEEE 802.1QAZ) E DCBX; FUNCIONALIDADES DE CAMADA 3 (ROTEAMENTO); POSSUIR ROTEAMENTO NÍVEL 3 ENTRE VLANS; IMPLEMENTAR ROTEAMENTO ESTÁTICO; IMPLEMENTAR PROTÓCOLOS DE ROTEAMENTO DINÂMICO OSPF V2 E V3; IMPLEMENTAR PROTÓCOLOS DE ROTEAMENTO DINÂMICO BGPV4 E BGPV6; SUPORTE A 128.000 (CENTO E VINTE E OITO MIL) ROTAS IPV4; SUPORTE A 64.000 (SENTA E QUADRO MIL) ROTAS IPV6; DEVE TRABALHAR SIMULTANEAMENTE COM PROTÓCOLOS IPV4 E IPV6; IMPLEMENTAR POLICY BASED ROUTING; IMPLEMENTAR O PROTÓCOLO VRRP (VIRTUAL ROUTER REDUNDANCY PROTOCOL); SUPORTE: OS EQUIPAMENTOS DEVEM POSSUIR GARANTIA DE 60 (SESSENTA) MESES COM UM PERÍODO DE DISPONIBILIDADE PARA CHAMADA DE MANUTENÇÃO DE 24 HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA COM PRAZO PARA ENVIO DE PEÇAS ATÉ O PRÓXIMO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE À ABERTURA DO CHAMADO TÉCNICO; A CONTRATANTE PODERÁ ABRIR CHAMADOS DE MANUTENÇÃO DIRETAMENTE NO FABRICANTE DO ITEM SEM NECESSIDADE DE PRÉVIA CONSULTA E/OU QUALQUER LIBERAÇÃO POR PARTE DA CONTRATADA. NÃO DEVE HAVER LIMITE PARA ABERTURAS DE CHAMADOS, SEJAM DE DÚVIDAS/CONFIGURAÇÕES E/OU RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE HARDWARE OU SOFTWARE; A ABERTURA DE CHAMADOS PODERÁ SER REALIZADA ATRAVÉS DE TELEFONE 0800 DO FABRICANTE, ATRAVÉS DA PÁGINA DA WEB DO FABRICANTE OU ATRAVÉS DE ENDEREÇO DE E-MAIL DO FABRICANTE; A ABERTURA DE CHAMADOS ATRAVÉS DE TELEFONE 0800 DEVERÁ SER REALIZADA INICIALMENTE EM PORTUGUÊS; DEVERÁ SER GARANTIDO À CONTRATANTE O PLENO ACESSO AO SITE DO FABRICANTE DOS EQUIPAMENTOS E SOFTWARES. ESSE ACESSO DEVE PERMITIR CONSULTAS A QUAISQUER BASES DE DADOS DISPONÍVEIS PARA USUÁRIOS RELACIONADAS AOS EQUIPAMENTOS E SOFTWARES ESPECIFICADOS, ALÉM DE PERMITIR DOWNLOADS DE QUAISQUER ATUALIZAÇÕES DE SOFTWARE OU DOCUMENTAÇÃO DESTE PRODUTO.</p>				
<p>SWITCH DISTRIBUIÇÃO: CARACTERÍSTICAS GERAIS: DEVE SER INSTALÁVEL EM RACK PADRÃO DE 19”, SENDO QUE DEVERÃO SER FORNECIDOS OS RESPECTIVOS KIT’S DE FIXAÇÃO; SWITCH ETHERNET COM PELO MENOS 48 (QUARENTA E OITO) PORTAS 10/100/1000BASE-T “AUTO-SENSING” COM CONECTORES RJ-45; DEVE POSSUIR PELO MENOS 02 (DUAS) PORTAS FIXAS QUE PERMITAM A INSERÇÃO DE ADAPTADORES 1 GIGABIT ETHERNET. ESTAS PORTAS ADICIONAIS PODEM SER DO TIPO “COMBO” COM AS PORTAS UTP. DEVE POSSUIR PELO MENOS 04 (QUATRO) PORTAS FIXAS QUE PERMITAM A INSERÇÃO DE ADAPTADORES 1/10 GIGABIT ETHERNET. ESTAS PORTAS ADICIONAIS NÃO PODEM SER DO TIPO “COMBO” COM AS PORTAS UTP. DEVE POSSUIR NO MÍNIMO 2 (DUAS) PORTAS FIXAS, DEDICADAS E EXCLUSIVAS PARA A FUNCIONALIDADE DE STACKING; DEVE POSSUIR PORTA DE CONSOLE PARA GERENCIAMENTO E CONFIGURAÇÃO VIA LINHA DE COMANDO. O CONECTOR DEVE SER RJ-45 OU RS-232 OU USB (OS CABOS E EVENTUAIS ADAPTADORES NECESSÁRIOS PARA ACESSO À PORTA DE CONSOLE DEVEM SER FORNECIDOS); DEVE POSSUIR PORTA ETHERNET RJ-45 10/100 OU 10/100/1000 PARA ADMINISTRAÇÃO FORA DE BANDA (OUT-OF-BAND MANAGEMENT); O SWITCH DEVE PERMITIR O USO SIMULTÂNEO DE PELO MENOS 48 PORTAS 1 GIGABIT ETHERNET (RJ-45), 4 PORTAS 10 GIGABIT ETHERNET E 2 PORTAS DE STACKING; AS PORTAS SFP/SFP+ DEVERÃO SUPORTAR ADAPTADORES PARA NOS PADRÕES: 10GBASE-SR, 10GBASE-LR E DAC (DIRECT ATTACHED CABLE); 1000-SX E 1000-LX; DEVE SER FORNECIDO COM PELO MENOS 1 CABOS DAC 10GB SFP+ DE 0,5 METRO. O DAC DEVE SER DO MESMO FABRICANTE DOS SWITCHES; O SWITCH FORNECIDO DEVE SUPORTAR AS NORMAS TÉCNICAS IEEE802.3 (10BASE-T), IEEE802.3U (100BASE-TX), IEEE 802.3Z (1000BASE-X), IEEE 802.3AB (1000BASE-T); DEVE POSSUIR LEDS, POR PORTA, QUE INDIQUEM A INTEGRIDADE E ATIVIDADE DO LINK; DEVE POSSUIR FONTE DE ALIMENTAÇÃO INTERNA AO EQUIPAMENTO COM AJUSTE AUTOMÁTICO DE TENSÃO 110-220 VOLTS; DEVE POSSUIR FONTE DE ALIMENTAÇÃO REDUNDANTE INTERNA; SER FORNECIDO COM CONFIGURAÇÃO DE CPU E MEMÓRIA (RAM E FLASH) SUFICIENTE PARA IMPLEMENTAÇÃO DE TODAS AS FUNCIONALIDADES DESCRITAS NESTA ESPECIFICAÇÃO; O SWITCH DEVE ARMAZENAR NO MÍNIMO DUAS VERSÕES DE FIRMWARE SIMULTANEAMENTE EM SEU FLASH; O SWITCH DEVE TER MATRIZ DE COMUTAÇÃO DE PELO MENOS 256GBPS; POSSUIR CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE PELO MENOS 190MPPS (MILHÕES DE PACOTES POR SEGUNDO); POSSUIR CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 32.000 (TRINTA E DOIS MIL) ENDEREÇOS MAC; DEVE SUPORTAR O PADRÃO IEEE 802.3AZ (ENERGY EFFICIENT ETHERNET – EEE); O SWITCH DEVE SUPORTAR JUMBO FRAMES DE 9000 BYTES; O SWITCH DEVE TER NO MÍNIMO CRIPTOGRAFIA FIPS-2; TODAS AS LICENÇAS NECESSÁRIAS PARA AS FUNCIONALIDADES EXIGIDAS NESTE EDITAL DEVERÃO ESTAR INCLUSAS NO EQUIPAMENTO; O EQUIPAMENTO OFERTADO DEVE POSSUIR HOMOLOGAÇÃO JUNTO À ANATEL COM CERTIFICADOS DISPONÍVEIS PUBLICAMENTE NO ENDEREÇO ELETRÔNICO DESTA</p>				



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica:

<p>AGÊNCIA, CONFORME A RESOLUÇÃO NÚMERO 242; STACKING: O SWITCH FORNECIDO DEVE TER NATIVAMENTE A FUNCIONALIDADE DE STACKING/EMPILHAMENTO. O EMPILHAMENTO DEVE SER FEITO ATRAVÉS DE CABO DEDICADO E NÃO DEVE CONSUMIR INTERFACES DE REDE. A FUNCIONALIDADE DE EMPILHAMENTO DEVE POSSUIR PELO MENOS AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: DEVE SER POSSÍVEL EMPILHAR PELO MENOS 10 (DEZ) SWITCHES; A PILHA DE SWITCHES DEVERÁ SER GERENCIADA ATRAVÉS DE UM ÚNICO ENDEREÇO IP; A PILHA DE SWITCHES DEVERÁ SER GERENCIADA COMO UMA ENTIDADE ÚNICA; O EMPILHAMENTO DEVE SER FEITO EM ANEL PARA GARANTIR QUE, NA EVENTUAL FALHA DE UM LINK, A PILHA CONTINUE A FUNCIONAR; EM CASO DE FALHA DO SWITCH CONTROLADOR DA PILHA, UM CONTROLADOR "BACKUP" DEVE SER SELECIONADO DE FORMA AUTOMÁTICA, SEM QUE SEJA NECESSÁRIA INTERVENÇÃO MANUAL; DEVE SER POSSÍVEL CRIAR UMA CONEXÃO DE PELO MENOS 80GBPS ENTRE OS COMPUTADORES MEMBROS DA PILHA; FUNCIONALIDADES GERAIS: DEVE SER GERENCIÁVEL VIA TELNET E SSH; DEVE PERMITIR O ESPELHAMENTO DE UMA PORTA OU DE UM GRUPO DE PORTAS PARA UMA PORTA ESPECIFICADA; DEVE PERMITIR O ESPELHAMENTO DE UMA PORTA OU DE UM GRUPO DE PORTAS PARA UMA PORTA ESPECIFICADA EM UM SWITCH REMOTO NO MESMO DOMÍNIO L2; DEVE SER GERENCIÁVEL VIA SNMP V3; DEVE IMPLEMENTAR NATIVAMENTE 4 GRUPOS RMON (HISTORY, STATISTICS, ALARMS E EVENTS); DEVE IMPLEMENTAR O PROTOCOLO SYSLOG EM IPV4 E IPV6 PARA FUNÇÕES DE "LOGGING" DE EVENTOS; DEVE IMPLEMENTAR O PROTOCOLO NTP OU SNTP PARA SINCRONISMO DE CLOCK; DEVE SUPORTAR AUTENTICAÇÃO VIA RADIUS E TACACS+; DEVE POSSUIR SUPORTE A PROTOCOLO DE AUTENTICAÇÃO PARA CONTROLE DO ACESSO ADMINISTRATIVO AO EQUIPAMENTO; DEVE IMPLEMENTAR CONTROLE DE ACESSO POR PORTA (IEEE 802.1X); DEVE IMPLEMENTAR LISTAS DE CONTROLE DE ACESSO (ACL) BASEADAS EM ENDEREÇO IP DE ORIGEM E DESTINO (IPV4 E IPV6), PORTAS TCP E UDP DE ORIGEM E DESTINO E ENDEREÇOS MAC DE ORIGEM E DESTINO; DEVE POSSUIR MECANISMOS DE CONTROLE DE BROADCAST, MULTICAST E UNICAST POR PORTA; DEVE PROVER ANÁLISE DO PROTOCOLO DHCP E PERMITIR QUE SE CRIE UMA TABELA DE ASSOCIAÇÃO ENTRE ENDEREÇOS IP ATRIBUÍDOS DINAMICAMENTE, MAC DA MÁQUINA QUE RECEBEU O ENDEREÇO E PORTA FÍSICA DO SWITCH EM QUE SE LOCALIZA TAL MAC; DEVE IMPLEMENTAR NETFLOW, SFLOW OU SIMILAR; DEVE SUPORTAR SDN AO MENOS COM OPENFLOW 1.3; DEVE POSSUIR PELO MENOS 8 (OITO) FILAS DE SAÍDA POR PORTA; DEVE PERMITIR PELO MENOS UMA FILA DE SAÍDA COM PRIORIDADE ESTRITA POR PORTA E DIVISÃO PONDERADA DE BANDA ENTRE AS DEMAIS FILAS DE SAÍDA; DEVE IMPLEMENTAR CLASSIFICAÇÃO, MARCAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DE TRÁFEGO BASEADA NOS VALORES DE CLASSE DE SERVIÇO DO FRAME ETHERNET (IEEE 802.1P COS). DEVE IMPLEMENTAR CLASSIFICAÇÃO, MARCAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DE TRÁFEGO BASEADA NOS VALORES DO CAMPO "DIFFERENTIATED SERVICES CODE POINT" (DSCP) DO CABEÇALHO IP, CONFORME DEFINIÇÕES DO IETF; DEVE IMPLEMENTAR CLASSIFICAÇÃO DE TRÁFEGO BASEADA EM ENDEREÇO DE ORIGEM/DESTINO (IPV4 OU IPV6), PORTAS TCP E UDP DE ORIGEM E DESTINO, ENDEREÇOS MAC DE ORIGEM E DESTINO; DEVE IMPLEMENTAR RFC 2474 DIFFSERV FIELD; DEVE IMPLEMENTAR RFC 2475 DIFFSERV CORE AND EDGE FUNCTIONS; DEVE IMPLEMENTAR RFC 2597 DIFFSERV ASSURED FORWARDING (AF); FUNCIONALIDADES DE CAMADA 2 (VLAN, SPANNING TREE); DEVE IMPLEMENTAR VLANS DE ACORDO COM O PADRÃO IEEE 802.1Q. DEVE SER POSSÍVEL ESTABELEÇER QUAIS VLANS SERÃO PERMITIDAS EM CADA UM DOS TRONCOS 802.1Q CONFIGURADOS. DEVE PERMITIR A CRIAÇÃO DE NO MÍNIMO 4.000 VLANS ATIVAS SIMULTANEAMENTE; DEVE PERMITIR A CRIAÇÃO DE SUBGRUPOS DENTRO DE UMA MESMA VLAN COM CONCEITO DE PORTAS "ISOLADAS" E PORTAS "PROMÍSCUAS", DE MODO QUE "PORTAS ISOLADAS" NÃO SE COMUNIQUEM COM OUTRAS "PORTAS ISOLADAS", MAS TÃO SOMENTE COM AS PORTAS PROMÍSCUAS DE UMA DADA VLAN; DEVE SUPORTAR VLANS DINÂMICAS. DEVE PERMITIR A CRIAÇÃO, REMOÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE VLANS DE FORMA DINÂMICA ATRAVÉS DE PORTAS CONFIGURADAS COMO TRONCO IEEE 802.1Q; DEVE IMPLEMENTAR A FUNCIONALIDADE DE LINK AGGREGATION CONFORME PADRÃO IEEE 802.3AD; DEVE IMPLEMENTAR O PROTOCOLO SPANNING-TREE CONFORME PADRÃO IEEE 802.1D; DEVE IMPLEMENTAR O PADRÃO IEEE 802.1S ("MULTIPLE SPANNING TREE"), COM SUPORTE A NO MÍNIMO 60 INSTÂNCIAS SIMULTÂNEAS DO PROTOCOLO MULTIPLE SPANNING TREE; DEVE IMPLEMENTAR O PADRÃO IEEE 802.1W ("RAPID SPANNING TREE") DEVE IMPLEMENTAR O PROTOCOLO PVST+ BASEADO NO PADRÃO 802.1W; IMPLEMENTAR MECANISMO DE PROTEÇÃO DA "ROOT BRIDGE" DO ALGORITMO SPANNING-TREE PARA PROVER DEFESA CONTRA ATAQUES DO TIPO "DENIAL OF SERVICE" NO AMBIENTE NÍVEL 2; DEVE PERMITIR A SUSPENSÃO DE RECEBIMENTO DE BPDUS (BRIDGE PROTOCOL DATA UNITS) CASO A PORTA ESTEJA COLOCADA NO MODO "FAST FORWARDING" (CONFORME PREVISTO NO PADRÃO IEEE 802.1W). SENDO RECEBIDO UM BPDU NESTE TIPO DE PORTA DEVE SER POSSÍVEL DESABILITÁ-LA AUTOMATICAMENTE. DEVE</p>				
---	--	--	--	--



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica: _____

<p>IMPLEMENTAR ATÉ 128 GRUPOS DE LAG (LINK AGGREGATION), COM 8 PORTAS POR GRUPO; O EQUIPAMENTO DEVE SUPORTAR FUNCIONALIDADE DE VIRTUALIZAÇÃO EM CAMADA 2 DE MODO A SUPORTAR DIVERSIDADE DE CAMINHOS DE LINKS ENTRE 2 SWITCHES DISTINTOS (LAYER 2 MULTIPATHING – MLT/MLAG/VPC OU SIMILAR); OS EQUIPAMENTOS QUANDO VIRTUALIZADOS DEVERÃO POSSUIR PROCESSAMENTO LOCAL DE MODO A NÃO EXISTIR TEMPO DE CONVERGÊNCIA EM CASO DE FALHA DE UM DOS EQUIPAMENTOS DO SISTEMA VIRTUALIZADO; A ATUALIZAÇÃO DE SOFTWARE DOS EQUIPAMENTOS VIRTUALIZADOS NÃO DEVE PARAR TODOS OS SWITCHES AO MESMO TEMPO. A ATUALIZAÇÃO PODERÁ SER REALIZADA PRIMEIRO EM UM EQUIPAMENTO E POSTERIORMENTE NO OUTRO EQUIPAMENTO VIRTUALIZADO PARA QUE NÃO OCORRA INTERRUPÇÃO DO TRÁFEGO; DEVE SUPORTAR O PROTOCOLO LLDP E LLDP-MED PARA DESCOBERTA AUTOMÁTICA DE EQUIPAMENTOS CONECTADOS AO SWITCH; DEVE IMPLEMENTAR Q-IN-Q OU DOUBLE TAGGING VLAN; DEVE POSSUIR AO MENOS UM DOS PROTOCOLO DE REDE EM ANEL EAPS OU ERPS OU RRPP OU FRRP; FUNCIONALIDADES DE CAMADA 3 (MULTICAST E ROTEAMENTO); DEVE POSSUIR ROTEAMENTO NÍVEL 3 ENTRE VLANS; DEVE POSSUIR CAPACIDADE DE ROTEAMENTO ESTÁTICO PARA NO MÍNIMO 1.000 ROTAS IPV4 OU IPV6; DEVE POSSUIR CAPACIDADE ROTEAMENTO DINÂMICO PARA NO MÍNIMO 8.000 ROTAS IPV4; DEVE POSSUIR CAPACIDADE ROTEAMENTO DINÂMICO PARA NO MÍNIMO 4.000 ROTAS IPV6; DEVE IMPLEMENTAR ROTEAMENTO DINÂMICO ATRAVÉS DOS PROTOCOLOS RIPV1/RIPV2; DEVE IMPLEMENTAR ROTEAMENTO DINÂMICO ATRAVÉS DO PROTOCOLO OSPFV3 DEVE IMPLEMENTAR OSPFV3 GRACEFUL RESTART; DEVE POSSUIR A FUNCIONALIDADE DE OSPF NSSA; DEVE IMPLEMENTAR ROTEAMENTO DINÂMICO ATRAVÉS DO PROTOCOLO BGP DEVE IMPLEMENTAR O PROTOCOLO VRRP (VIRTUAL ROUTER REDUNDANCY PROTOCOL). DEVE POSSUIR FUNCIONALIDADE DE VRF LITE (VIRTUAL ROUTING AND FORWARDING) COM CAPACIDADE DE PELO MENOS 30 INSTANCIAS; DEVE IMPLEMENTAR POLICY BASED ROUTING (PBR); DEVE IMPLEMENTAR PIM-SM E PIM-SSM; DEVE IMPLEMENTAR IGMPV1, IGMPV2 E IGMPV3; DEVE IMPLEMENTAR MLDV1 E MLDV2; DEVE IMPLEMENTAR IGMPV1/V2/V3 SNOOPING; DEVE IMPLEMENTAR MLD SNOOPING; SUPORTE: OS EQUIPAMENTOS DEVEM POSSUIR GARANTIA DE 60 (SESSENTA) MESES COM UM PERÍODO DE DISPONIBILIDADE PARA CHAMADA DE MANUTENÇÃO 24 HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA COM PRAZO PARA ENVIO DE PEÇAS ATÉ O PRÓXIMO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE À ABERTURA DO CHAMADO TÉCNICO; A CONTRATANTE PODERÁ ABRIR CHAMADOS DE MANUTENÇÃO DIRETAMENTE NO FABRICANTE DO ITEM SEM NECESSIDADE DE PRÉVIA CONSULTA E/OU QUALQUER LIBERAÇÃO POR PARTE DA CONTRATADA. NÃO DEVE HAVER LIMITE PARA ABERTURAS DE CHAMADOS, SEJAM DE DÚVIDAS/CONFIGURAÇÕES E/OU RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE HARDWARE OU SOFTWARE; A ABERTURA DE CHAMADOS PODERÁ SER REALIZADA ATRAVÉS DE TELEFONE 0800 DO FABRICANTE, ATRAVÉS DA PÁGINA DA WEB DO FABRICANTE OU ATRAVÉS DE ENDEREÇO DE E-MAIL DO FABRICANTE; A ABERTURA DE CHAMADOS ATRAVÉS DE TELEFONE 0800 DEVERÁ SER REALIZADA INICIALMENTE EM PORTUGUÊS; DEVERÁ SER GARANTIDO À CONTRATANTE O PLENO ACESSO AO SITE DO FABRICANTE DOS EQUIPAMENTOS E SOFTWARES, ESSE ACESSO DEVE PERMITIR CONSULTAS A QUAISQUER BASES DE DADOS DISPONÍVEIS PARA USUÁRIOS RELACIONADAS AOS EQUIPAMENTOS E SOFTWARES ESPECIFICADOS, ALÉM DE PERMITIR DOWNLOADS DE QUAISQUER ATUALIZAÇÕES DE SOFTWARE OU DOCUMENTAÇÃO DESTE PRODUTO; ENCERRANDO O PRAZO DE GARANTIA, O FABRICANTE DEVERÁ DISPONIBILIZAR UM SUPORTE EM HORÁRIO COMERCIAL QUE PERMITA A SUBSTITUIÇÃO SEM CUSTOS DE COMPONENTES DE HARDWARE DEFEITUOSOS (PEÇAS, ACESSÓRIOS E OUTROS QUE SE FAÇAM NECESSÁRIOS) E O DOWNLOAD DE TODAS AS ATUALIZAÇÕES DE SOFTWARE POR UM PRAZO DE 5 ANOS APÓS O ENCERRAMENTO DAS VENDAS DESTES PRODUTOS (GARANTIA LIFETIME).</p>				
<p>SWITCH DE ACESSO 24 PORTAS: CARACTERÍSTICAS GERAIS: SWITCH ETHERNET COM PELO MENOS 24 (VINTE E QUATRO) PORTAS 10/100/1000BASE-T "AUTO-SENSING"; DEVE POSSUIR PELO MENOS 04 (QUATRO) PORTAS QUE PERMITAM A INSERÇÃO DE ADAPTADORES GIGABIT ETHERNET/ 10 GIGABIT ETHERNET. ESTAS PORTAS ADICIONAIS NÃO PODEM SER DO TIPO "COMBO" COM AS PORTAS UTP E DEVERÃO SUPORTAR ADAPTADORES PARA OS PADRÕES 1000BASE-SX, 1000BASE-LX, 1000BASE-ZX, 10GBASE-SR, 10GBASE-LR E 10GBASE-ER; DEVE SER FORNECIDO COM PELO MENOS 2 (DOIS) TRANSCEIVERS 10GBASE-SR. OS TRANSCEIVERS FORNECIDOS DEVERÃO SER DO MESMO FABRICANTE DO SWITCH; AS PORTAS 10 GIGABIT ETHERNET DEVEM ACEITAR CABOS DO TIPO "TWINAX" (DIRECT ATTACHMENT COPPER CABLE – DAC), INCLUSIVE DE OUTROS FABRICANTES; POSSUIR MATRIZ DE COMUTAÇÃO DE PELO MENOS 128GBPS; POSSUIR CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE PELO MENOS 128MPPS (MILHÕES DE PACOTES POR SEGUNDO); POSSUIR CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 16.000 ENDEREÇOS MAC; POSSUIR</p>				



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica: _____

<p>LEDS, POR PORTA, QUE INDIQUEM A INTEGRIDADE E ATIVIDADE DO LINK; O SWITCH FORNECIDO DEVE SUPORTAR AS NORMAS TÉCNICAS IEEE802.3 (10BASE-T), IEEE802.3U (100BASE-TX), IEEE 802.3Z (1000BASE-X), IEEE 802.3AB (1000BASE-T); SUPORTE AO MODO DE COMUTAÇÃO "STORE AND FORWARD"; SER FORNECIDO COM CONFIGURAÇÃO DE CPU E MEMÓRIA (RAM E FLASH) SUFICIENTE PARA IMPLEMENTAÇÃO DE TODAS AS FUNCIONALIDADES DESCRITAS NESTA ESPECIFICAÇÃO. TODAS AS LICENÇAS NECESSÁRIAS PARA AS FUNCIONALIDADES EXIGIDAS NESTE EDITAL DEVERÃO ESTAR INCLUSAS NO EQUIPAMENTO. POSSUIR FONTE DE ALIMENTAÇÃO INTERNA AO EQUIPAMENTO COM AJUSTE AUTOMÁTICO DE TENSÃO 110 E 220 VOLTS; DEVE SUPORTAR FONTE DE ALIMENTAÇÃO REDUNDANTE EXTERNA OU INTERNA; DEVE SUPORTAR O STANDARD IEEE 802.3AZ (ENERGY EFFICIENT ETHERNET – EEE); INSTALÁVEL EM RACK PADRÃO DE 19", SENDO QUE DEVERÃO SER FORNECIDOS OS RESPECTIVOS KIT'S DE FIXAÇÃO; O SWITCH FORNECIDO DEVE SER EMPILHÁVEL. A FUNCIONALIDADE DE EMPILHAMENTO DEVE POSSUIR PELO MENOS AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: DEVE SER POSSÍVEL EMPILHAR PELO MENOS 04 (QUATRO) SWITCHES; O EMPILHAMENTO DEVE SER FEITO EM ANEL PARA GARANTIR QUE, NA EVENTUAL FALHA DE UM LINK, A PILHA CONTINUE A FUNCIONAR; EM CASO DE FALHA DO SWITCH CONTROLADOR DA PILHA, UM CONTROLADOR "BACKUP" DEVE SER SELECIONADO DE FORMA AUTOMÁTICA, SEM QUE SEJA NECESSÁRIA INTERVENÇÃO MANUAL; DEVE SER POSSÍVEL CRIAR UMA CONEXÃO DE PELO MENOS 40 ENTRE OS COMUTADORES MEMBROS DA PILHA; A PILHA DE SWITCHES DEVERÁ SER GERENCIADA COMO UMA ENTIDADE ÚNICA; A PILHA DE SWITCHES DEVERÁ SER GERENCIADA ATRAVÉS DE UM ÚNICO ENDEREÇO IP; DEVERÁ SER FORNECIDO UM CABO DE EMPILHAMENTO; O SWITCH DEVE ARMAZENAR NO MÍNIMO DUAS VERSÕES DE FIRMWARE SIMULTANEAMENTE EM SUA FLASH; O SWITCH DEVE SUPORTAR JUMBO FRAMES DE 9000 BYTES; O EQUIPAMENTO OFERTADO DEVE POSSUIR HOMOLOGAÇÃO JUNTO À ANATEL COM CERTIFICADOS DISPONÍVEIS PUBLICAMENTE NO ENDEREÇO ELETRÔNICO DESTA AGÊNCIA, CONFORME A RESOLUÇÃO NÚMERO 242; FUNCIONALIDADES GERAIS. POSSUIR PORTA DE CONSOLE PARA GERENCIAMENTO E CONFIGURAÇÃO VIA LINHA DE COMANDO. O CONECTOR DEVE SER RJ-45 OU PADRÃO RS-232 (OS CABOS E EVENTUAIS ADAPTADORES NECESSÁRIOS PARA ACESSO À PORTA DE CONSOLE DEVEM SER FORNECIDOS); POSSUIR UMA INTERFACE DE GERENCIAMENTO BASEADA EM WEB (HTTP) QUE PERMITA AOS USUÁRIOS CONFIGURAR E GERENCIAR SWITCHES ATRAVÉS DE UM BROWSER PADRÃO; GERENCIÁVEL VIA TELNET E SSH; PERMITIR O ESPELHAMENTO DE UMA PORTA OU DE UM GRUPO DE PORTAS PARA UMA PORTA ESPECIFICADA; PERMITIR ESPELHAMENTO DE POR REMOTA; DEVE SER GERENCIÁVEL VIA SNMP V3; SUPORTAR CONFIGURAÇÃO ATRAVÉS DE PYTHON; IMPLEMENTAR NATIVAMENTE 4 GRUPOS RMON (HISTORY, STATISTICS, ALARMS E EVENTS); IMPLEMENTAR O PROTOCOLO SYSLOG EM IPV4 E IPV6 PARA FUNÇÕES DE "LOGGING" DE EVENTOS; IMPLEMENTAR O PROTOCOLO NTP OU SNTP PARA SINCRONISMO DE CLOCK; SUPORTAR AUTENTICAÇÃO VIA RADIUS E TACACS+; POSSUIR SUPORTE A PROTOCOLO DE AUTENTICAÇÃO PARA CONTROLE DO ACESSO ADMINISTRATIVO AO EQUIPAMENTO; IMPLEMENTAR CONTROLE DE ACESSO POR PORTA (IEEE 802.1X); IMPLEMENTAR LISTAS DE CONTROLE DE ACESSO (ACLs) BASEADAS EM ENDEREÇO IP DE ORIGEM E DESTINO (IPV4 E IPV6), PORTAS TCP E UDP DE ORIGEM E DESTINO E ENDEREÇOS MAC DE ORIGEM E DESTINO; POSSUIR CONTROLE DE BROADCAST, MULTICAST E UNICAST POR PORTA; PROMOVER ANÁLISE DO PROTOCOLO DHCP E PERMITIR QUE SE CRIE UMA TABELA DE ASSOCIAÇÃO ENTRE ENDEREÇOS IP ATRIBUÍDOS DINAMICAMENTE, MAC DA MÁQUINA QUE RECEBEU O ENDEREÇO E PORTA FÍSICA DO SWITCH EM QUE SE LOCALIZA TAL MAC; IMPLEMENTAR NETFLOW, SFLOW OU SIMILAR; IMPLEMENTAR PELO MENOS 8 (OITO) FILAS DE SAÍDA POR PORTA; IMPLEMENTAR PELO MENOS UMA FILA DE SAÍDA COM PRIORIDADE ESTRITA POR PORTA E DIVISÃO PONDERADA DE BANDA ENTRE AS DEMAIS FILAS DE SAÍDA; IMPLEMENTAR CLASSIFICAÇÃO, MARCAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DE TRÁFEGO BASEADA NOS VALORES DE CLASSE DE SERVIÇO DO FRAME ETHERNET (IEEE 802.1P COS). IMPLEMENTAR CLASSIFICAÇÃO DE TRÁFEGO BASEADA EM ENDEREÇO DE ORIGEM/DESTINO (IPV4 OU IPV6), PORTAS TCP E UDP DE ORIGEM E DESTINO, ENDEREÇOS MAC DE ORIGEM E DESTINO; OS EQUIPAMENTOS QUANDO VIRTUALIZADOS DEVERÃO POSSUIR PROCESSAMENTO LOCAL DE MODO A NÃO EXISTIR TEMPO DE CONVERGÊNCIA EM CASO DE FALHA DE UM DOS EQUIPAMENTOS DO SISTEMA VIRTUALIZADO; A ATUALIZAÇÃO DE SOFTWARE DOS EQUIPAMENTOS VIRTUALIZADOS NÃO DEVE PARAR TODOS OS SWITCHES AO MESMO TEMPO. A ATUALIZAÇÃO PODERÁ SER REALIZADA PRIMEIRO EM UM EQUIPAMENTO E POSTERIORMENTE NO OUTRO EQUIPAMENTO VIRTUALIZADO PARA QUE NÃO OCORRA INTERRUPÇÃO DO TRÁFEGO; FUNCIONALIDADES DE CAMADA 2 (VLAN, SPANNING TREE); IMPLEMENTAR LANS VIRTUAIS (VLANs) CONFORME DEFINIÇÕES DO PADRÃO IEEE 802.1Q; PERMITIR A CRIAÇÃO DE NO MÍNIMO 512 VLANs; PERMITIR A CRIAÇÃO DE SUBGRUPOS DENTRO DE</p>					
---	--	--	--	--	--



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica:

<p>UMA MESMA VLAN COM CONCEITO DE PORTAS "ISOLADAS" E PORTAS "PROMÍSCUAS", DE MODO QUE "PORTAS ISOLADAS" NÃO SE COMUNIQUEM COM OUTRAS "PORTAS ISOLADAS", MAS TÃO SOMENTE COM AS PORTAS PROMÍSCUAS DE UMA DADA VLAN; DEVE SUPOSTAR VLANS DINÂMICAS. DEVE PERMITIR A CRIAÇÃO, REMOÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE VLANS DE FORMA DINÂMICA ATRAVÉS DE PORTAS CONFIGURADAS COMO TRONCO IEEE 802.1Q; IMPLEMENTAR "VLAN TRUNKING" CONFORME PADRÃO IEEE 802.1Q NAS PORTAS FAST ETHERNET E GIGABIT ETHERNET. DEVE SER POSSÍVEL ESTABELECEER QUAIS VLANS SERÃO PERMITIDAS EM CADA UM DOS TRONCOS 802.1Q CONFIGURADOS; IMPLEMENTAR A FUNCIONALIDADE DE "PORT TRUNKING" CONFORME PADRÃO IEEE 802.3AD; IMPLEMENTAR O PROTOCOLO SPANNING-TREE CONFORME PADRÃO IEEE 802.1D; IMPLEMENTAR O PADRÃO IEEE 802.1S ("MULTIPLE SPANNING TREE"), COM SUPORTE A NO MÍNIMO 15 INSTÂNCIAS SIMULTÂNEAS DO PROTOCOLO MULTIPLE SPANNING TREE; IMPLEMENTAR O PADRÃO IEEE 802.1W ("RAPID SPANNING TREE"). IMPLEMENTAR O PROTOCOLO PVST+ BASEADO NO PADRÃO 802.1W; IMPLEMENTAR MECANISMO DE PROTEÇÃO DA "ROOT BRIDGE" DO ALGORITMO SPANNING-TREE PARA PROVER DEFESA CONTRA ATAQUES DO TIPO "DENIAL OF SERVICE" NO AMBIENTE NÍVEL 2; DEVE PERMITIR A SUSPENSÃO DE RECEBIMENTO DE BPDUS (BRIDGE PROTOCOL DATA UNITS) CASO A PORTA ESTEJA COLOCADA NO MODO "FAST FORWARDING" (CONFORME PREVISTO NO PADRÃO IEEE 802.1W). SENDO RECEBIDO UM BPDU NESTE TIPO DE PORTA DEVE SER POSSÍVEL DESABILITÁ-LA AUTOMATICAMENTE; DEVE IMPLEMENTAR ATÉ 64 GRUPOS DE LAG (LINK AGGREGATION), COM 8 PORTAS POR GRUPO; DEVE SUPOSTAR O PROTOCOLO LLDP E LLDP-MED PARA DESCOBERTA AUTOMÁTICA DE EQUIPAMENTOS NA REDE; FUNCIONALIDADES DE CAMADA 3 (MULTICAST E ROTEAMENTO): IMPLEMENTAR ROTEAMENTO ESTÁTICO PARA NO MÍNIMO 256 ROTAS IPV4; IMPLEMENTAR ROTEAMENTO ESTÁTICO PARA NO MÍNIMO 128 ROTAS IPV6; IMPLEMENTAR ROTEAMENTO DINÂMICO ATRAVÉS DOS PROTOCOLOS RIPV1/RIPV2; IMPLEMENTAR AUTENTICAÇÃO MD5 ENTRE OS PEERS RIPV2; IMPLEMENTAR IGMPV1/V2/V3 SNOOPING; SUPORTE: OS EQUIPAMENTOS DEVEM POSSUIR GARANTIA DE 60 (SESSENTA) MESES COM UM PERÍODO DE DISPONIBILIDADE PARA CHAMADA DE MANUTENÇÃO 24 HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA COM PRAZO PARA ENVIO DE PEÇAS ATÉ O PRÓXIMO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE À ABERTURA DO CHAMADO TÉCNICO; A CONTRATANTE PODERÁ ABRIR CHAMADOS DE MANUTENÇÃO DIRETAMENTE NO FABRICANTE DO ITEM SEM NECESSIDADE DE PRÉVIA CONSULTA E/OU QUALQUER LIBERAÇÃO POR PARTE DA CONTRATADA. NÃO DEVE HAVER LIMITE PARA ABERTURAS DE CHAMADOS, SEJAM DE DÚVIDAS/CONFIGURAÇÕES E/OU RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE HARDWARE OU SOFTWARE; A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR COMPROVAÇÃO FORMAL DA AQUISIÇÃO DA GARANTIA TÉCNICA JUNTO AO FABRICANTE, ABRANGENDO TODOS OS EQUIPAMENTOS E SOFTWARE(S) DA SOLUÇÃO ATÉ A ENTREGA DA GARANTIA TÉCNICA DO FABRICANTE NÃO EXCLUI A RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA DA PRESTAÇÃO DE SUPORTE ON-SITE DA SOLUÇÃO; A ABERTURA DE CHAMADOS PODERÁ SER REALIZADA ATRAVÉS DE TELEFONE 0800 DO FABRICANTE, ATRAVÉS DA PÁGINA DA WEB DO FABRICANTE OU ATRAVÉS DE ENDEREÇO DE E-MAIL DO FABRICANTE; A ABERTURA DE CHAMADOS ATRAVÉS DE TELEFONE 0800 DEVERÁ SER REALIZADA INICIALMENTE EM PORTUGUÊS; DEVERÁ SER GARANTIDO À CONTRATANTE O PLENO ACESSO AO SITE DO FABRICANTE DOS EQUIPAMENTOS E SOFTWARES. ESSE ACESSO DEVE PERMITIR CONSULTAS A QUAISQUER BASES DE DADOS DISPONÍVEIS PARA USUÁRIOS RELACIONADAS AOS EQUIPAMENTOS E SOFTWARES ESPECIFICADOS, ALÉM DE PERMITIR DOWNLOADS DE QUAISQUER ATUALIZAÇÕES DE SOFTWARE OU DOCUMENTAÇÃO DESTE PRODUTO; ENCERRANDO O PRAZO DE GARANTIA, O FABRICANTE DEVERÁ DISPONIBILIZAR UM SUPORTE EM HORÁRIO COMERCIAL QUE PERMITA A SUBSTITUIÇÃO SEM CUSTOS DE COMPONENTES DE HARDWARE DEFEITUOSOS (PEÇAS, ACESSÓRIOS E OUTROS QUE SE FAÇAM NECESSÁRIOS) E O DOWNLOAD DE TODAS AS ATUALIZAÇÕES DE SOFTWARE POR UM PRAZO DE 5 ANOS APÓS O ENCERRAMENTO DAS VENDAS DESTES PRODUTOS (GARANTIA LIFETIME).</p>				
<p>SWITCH DE ACESSO DE 48 PORTAS: CARACTERÍSTICAS GERAIS: SWITCH ETHERNET COM PELO MENOS 48 (QUARENTA E OITO) PORTAS 10/100/1000BASE-T "AUTO-SENSING"; DEVE POSSUIR PELO MENOS 04 (QUATRO) PORTAS QUE PERMITAM A INSERÇÃO DE ADAPTADORES GIGABIT ETHERNET/ 10 GIGABIT ETHERNET. ESTAS PORTAS ADICIONAIS NÃO PODEM SER DO TIPO "COMBO" COM AS PORTAS UTP E DEVERÃO SUPOSTAR ADAPTADORES PARA OS PADRÕES 1000BASE-SX, 1000BASE-LX, 1000BASE-ZX, 10GBASE-SR, 10GBASE-LR E 10GBASE-ER; DEVE SER FORNECIDO COM PELO MENOS 2 (DOIS) TRANSCEIVERS 10GBASE-SR. OS TRANSCEIVERS FORNECIDOS DEVERÃO SER DO MESMO FABRICANTE DO SWITCH; AS PORTAS 10 GIGABIT ETHERNET DEVEM ACEITAR CABOS DO TIPO "TWINAX" (DIRECT ATTACHMENT COPPER CABLE - DAC), INCLUSIVE DE OUTROS FABRICANTES; POSSUIR MATRIZ DE COMUTAÇÃO DE PELO MENOS 176GBPS;</p>				



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica: _____

<p>POSSUIR CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE PELO MENOS 164MPPS (MILHÕES DE PACOTES POR SEGUNDO); POSSUIR CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 16.000 ENDEREÇOS MAC; POSSUIR LEDS, POR PORTA, QUE INDIQUEM A INTEGRIDADE E ATIVIDADE DO LINK; O SWITCH FORNECIDO DEVE SUPORTAR AS NORMAS TÉCNICAS IEEE802.3 (10BASE-T), IEEE802.3U (100BASE-TX), IEEE 802.3Z (1000BASE-X), IEEE 802.3AB (1000BASE-T); SUPORTE AO MODO DE COMUTAÇÃO "STORE AND FORWARD"; SER FORNECIDO COM CONFIGURAÇÃO DE CPU E MEMÓRIA (RAM E FLASH) SUFICIENTE PARA IMPLEMENTAÇÃO DE TODAS AS FUNCIONALIDADES DESCRITAS NESTA ESPECIFICAÇÃO. TODAS AS LICENÇAS NECESSÁRIAS PARA AS FUNCIONALIDADES EXIGIDAS NESTE EDITAL DEVERÃO ESTAR INCLUSAS NO EQUIPAMENTO. POSSUIR FONTE DE ALIMENTAÇÃO INTERNA AO EQUIPAMENTO COM AJUSTE AUTOMÁTICO DE TENSÃO 110 E 220 VOLTS; DEVE SUPORTAR FONTE DE ALIMENTAÇÃO REDUNDANTE EXTERNA OU INTERNA; DEVE SUPORTAR O STANDARD IEEE 802.3AZ (ENERGY EFFICIENT ETHERNET - EEE); INSTALÁVEL EM RACK PADRÃO DE 19", SENDO QUE DEVERÃO SER FORNECIDOS OS RESPECTIVOS KITS DE FIXAÇÃO; O SWITCH FORNECIDO DEVE SER EMPILHÁVEL. O EMPILHAMENTO DEVE SER FEITO ATRAVÉS DE CABO DEDICADO E NÃO DEVE CONSUMIR INTERFACES DE REDE. A FUNCIONALIDADE DE EMPILHAMENTO DEVE POSSUIR PELO MENOS AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: DEVE SER POSSÍVEL EMPILHAR PELO MENOS 04 (QUATRO) SWITCHES; O EMPILHAMENTO DEVE SER FEITO EM ANEL PARA GARANTIR QUE, NA EVENTUAL FALHA DE UM LINK, A PILHA CONTINUE A FUNCIONAR; EM CASO DE FALHA DO SWITCH CONTROLADOR DA PILHA, UM CONTROLADOR "BACKUP" DEVE SER SELECIONADO DE FORMA AUTOMÁTICA, SEM QUE SEJA NECESSÁRIA INTERVENÇÃO MANUAL; DEVE SER POSSÍVEL CRIAR UMA CONEXÃO DE PELO MENOS 40 ENTRE OS COMUTADORES MEMBROS DA PILHA; A PILHA DE SWITCHES DEVERÁ SER GERENCIADA COMO UMA ENTIDADE ÚNICA; A PILHA DE SWITCHES DEVERÁ SER GERENCIADA ATRAVÉS DE UM ÚNICO ENDEREÇO IP; DEVERÁ SER FORNECIDO UM CABO DE EMPILHAMENTO; O SWITCH DEVE ARMAZENAR NO MÍNIMO DUAS VERSÕES DE FIRMWARE SIMULTANEAMENTE EM SUA FLASH; O SWITCH DEVE SUPORTAR JUMBO FRAMES DE 9000 BYTES; O EQUIPAMENTO OFERTADO DEVE POSSUIR HOMOLOGAÇÃO JUNTO À ANATEL COM CERTIFICADOS DISPONÍVEIS PUBLICAMENTE NO ENDEREÇO ELETRÔNICO DESTA AGÊNCIA, CONFORME A RESOLUÇÃO NÚMERO 242; FUNCIONALIDADES GERAIS: POSSUIR PORTA DE CONSOLE PARA GERENCIAMENTO E CONFIGURAÇÃO VIA LINHA DE COMANDO. O CONECTOR DEVE SER RJ-45 OU PADRÃO RS-232 (OS CABOS E EVENTUAIS ADAPTADORES NECESSÁRIOS PARA ACESSO À PORTA DE CONSOLE DEVEM SER FORNECIDOS); POSSUIR UMA INTERFACE DE GERENCIAMENTO BASEADA EM WEB (HTTP) QUE PERMITA AOS USUÁRIOS CONFIGURAR E GERENCIAR SWITCHES ATRAVÉS DE UM BROWSER PADRÃO; GERENCIÁVEL VIA TELNET E SSH; PERMITIR O ESPELHAMENTO DE UMA PORTA OU DE UM GRUPO DE PORTAS PARA UMA PORTA ESPECIFICADA; PERMITIR ESPELHAMENTO DE PÔR REMOTA; DEVE SER GERENCIÁVEL VIA SNMP (V1, V2 E V3); SUPORTAR CONFIGURAÇÃO ATRAVÉS DE PYTHON; IMPLEMENTAR NATIVAMENTE 4 GRUPOS RMON (HISTORY, STATISTICS, ALARMS E EVENTS); IMPLEMENTAR O PROTOCOLO SYSLOG EM IPV4 E IPV6 PARA FUNÇÕES DE "LOGGING" DE EVENTOS; IMPLEMENTAR O PROTOCOLO NTP OU SNTP PARA SINCRONISMO DE CLOCK; SUPORTAR AUTENTICAÇÃO VIA RADIUS E TACACS+; POSSUIR SUPORTE A PROTOCOLO DE AUTENTICAÇÃO PARA CONTROLE DO ACESSO ADMINISTRATIVO AO EQUIPAMENTO; IMPLEMENTAR CONTROLE DE ACESSO POR PORTA (IEEE 802.1X); IMPLEMENTAR LISTAS DE CONTROLE DE ACESSO (ACLs) BASEADAS EM ENDEREÇO IP DE ORIGEM E DESTINO (IPV4 E IPV6), PORTAS TCP E UDP DE ORIGEM E DESTINO E ENDEREÇOS MAC DE ORIGEM E DESTINO; POSSUIR CONTROLE DE BROADCAST, MULTICAST E UNICAST POR PORTA; PROMOVER ANÁLISE DO PROTOCOLO DHCP E PERMITIR QUE SE CRIE UMA TABELA DE ASSOCIAÇÃO ENTRE ENDEREÇOS IP ATRIBUÍDOS DINAMICAMENTE, MAC DA MÁQUINA QUE RECEBEU O ENDEREÇO E PORTA FÍSICA DO SWITCH EM QUE SE LOCALIZA TAL MAC; IMPLEMENTAR NETFLOW, SFLOW OU SIMILAR; IMPLEMENTAR PELO MENOS 8 (OITO) FILAS DE SAÍDA POR PORTA; IMPLEMENTAR PELO MENOS UMA FILA DE SAÍDA COM PRIORIDADE ESTRITA POR PORTA E DIVISÃO PONDERADA DE BANDA ENTRE AS DEMAIS FILAS DE SAÍDA; IMPLEMENTAR CLASSIFICAÇÃO, MARCAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DE TRÁFEGO BASEADA NOS VALORES DE CLASSE DE SERVIÇO DO FRAME ETHERNET (IEEE 802.1P COS) IMPLEMENTAR CLASSIFICAÇÃO, MARCAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DE TRÁFEGO BASEADA NOS VALORES DO CAMPO "DIFFERENTIATED SERVICES CODE POINT" (DSCP) DO CABEÇALHO IP, CONFORME DEFINIÇÕES DO IETF; IMPLEMENTAR CLASSIFICAÇÃO DE TRÁFEGO BASEADA EM ENDEREÇO DE ORIGEM/DESTINO (IPV4 OU IPV6), PORTAS TCP E UDP DE ORIGEM E DESTINO, ENDEREÇOS MAC DE ORIGEM E DESTINO; DEVE IMPLEMENTAR RFC 2474 DIFFSERV FIELD; DEVE IMPLEMENTAR RFC 2475 DIFFSERV CORE AND EDGE FUNCTIONS; DEVE IMPLEMENTAR RFC 2597 DIFFSERV ASSURED FORWARDING (AF); OS EQUIPAMENTOS QUANDO VIRTUALIZADOS DEVERÃO POSSUIR PROCESSAMENTO</p>				
--	--	--	--	--



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica:

<p>LOCAL DE MODO A NÃO EXISTIR TEMPO DE CONVERGÊNCIA EM CASO DE FALHA DE UM DOS EQUIPAMENTOS DO SISTEMA VIRTUALIZADO; A ATUALIZAÇÃO DE SOFTWARE DOS EQUIPAMENTOS VIRTUALIZADOS NÃO DEVE PARAR TODOS OS SWITCHES AO MESMO TEMPO. A ATUALIZAÇÃO PODERÁ SER REALIZADA PRIMEIRO EM UM EQUIPAMENTO E POSTERIORMENTE NO OUTRO EQUIPAMENTO VIRTUALIZADO PARA QUE NÃO OCORRA INTERRUPÇÃO DO TRÁFEGO; FUNCIONALIDADES DE CAMADA 2 (VLAN, SPANNING TREE). IMPLEMENTAR LANS VIRTUAIS (VLANS) CONFORME DEFINIÇÕES DO PADRÃO IEEE 802.1Q; PERMITIR A CRIAÇÃO DE NO MÍNIMO 512 VLANS; PERMITIR A CRIAÇÃO DE SUBGRUPOS DENTRO DE UMA MESMA VLAN COM CONCEITO DE PORTAS "ISOLADAS" E PORTAS "PROMÍSCUAS", DE MODO QUE "PORTAS ISOLADAS" NÃO SE COMUNIQUEM COM OUTRAS "PORTAS ISOLADAS", MAS TÃO SOMENTE COM AS PORTAS PROMÍSCUAS DE UMA DADA VLAN; DEVE SUPORTAR VLANS DINÂMICAS. DEVE PERMITIR A CRIAÇÃO, REMOÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE VLANS DE FORMA DINÂMICA ATRAVÉS DE PORTAS CONFIGURADAS COMO TRONCO IEEE 802.1Q; IMPLEMENTAR "VLAN TRUNKING" CONFORME PADRÃO IEEE 802.1Q NAS PORTAS FAST ETHERNET E GIGABIT ETHERNET. DEVE SER POSSÍVEL ESTABELECEER QUAIS VLANS SERÃO PERMITIDAS EM CADA UM DOS TRONCOS 802.1Q CONFIGURADOS; IMPLEMENTAR A FUNCIONALIDADE DE "PORT TRUNKING" CONFORME PADRÃO IEEE 802.3AD; IMPLEMENTAR O PROTOCOLO SPANNING-TREE CONFORME PADRÃO IEEE 802.1D; IMPLEMENTAR O PADRÃO IEEE 802.1S ("MULTIPLE SPANNING TREE"), COM SUPORTE A NO MÍNIMO 15 INSTÂNCIAS SIMULTÂNEAS DO PROTOCOLO MULTIPLE SPANNING TREE; IMPLEMENTAR O PADRÃO IEEE 802.1W ("RAPID SPANNING TREE"). IMPLEMENTAR O PROTOCOLO PVST+ BASEADO NO PADRÃO 802.1W; IMPLEMENTAR MECANISMO DE PROTEÇÃO DA "ROOT BRIDGE" DO ALGORITMO SPANNING-TREE PARA PROVER DEFESA CONTRA ATAQUES DO TIPO "DENIAL OF SERVICE" NO AMBIENTE NÍVEL 2; DEVE PERMITIR A SUSPENSÃO DE RECEBIMENTO DE BPDUS (BRIDGE PROTOCOL DATA UNITS) CASO A PORTA ESTEJA COLOCADA NO MODO "FAST FORWARDING" (CONFORME PREVISTO NO PADRÃO IEEE 802.1W). SENDO RECEBIDO UM BPDFU NESTE TIPO DE PORTA DEVE SER POSSÍVEL DESABILITÁ-LA AUTOMATICAMENTE; DEVE IMPLEMENTAR ATÉ 64 GRUPOS DE LAG (LINK AGGREGATION), COM 8 PORTAS POR GRUPO; DEVE SUPORTAR O PROTOCOLO LLDP E LLDP-MED PARA DESCOBERTA AUTOMÁTICA DE EQUIPAMENTOS NA REDE; FUNCIONALIDADES DE CAMADA 3 (MULTICAST E ROTEAMENTO). IMPLEMENTAR ROTEAMENTO ESTÁTICO PARA NO MÍNIMO 256 ROTAS IPV4; IMPLEMENTAR ROTEAMENTO ESTÁTICO PARA NO MÍNIMO 128 ROTAS IPV6; IMPLEMENTAR ROTEAMENTO DINÂMICO ATRAVÉS DOS PROTOCOLOS RIPV1/RIPV2; IMPLEMENTAR AUTENTICAÇÃO MD5 ENTRE OS PEERS RIPV2; IMPLEMENTAR IGMPV1/V2/V3 SNOOPING; SUPORTE: OS EQUIPAMENTOS DEVEM POSSUIR GARANTIA DE 60 (SESENTA) MESES COM UM PERÍODO DE DISPONIBILIDADE PARA CHAMADA DE MANUTENÇÃO 24 HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA COM PRAZO PARA ENVIO DE PEÇAS ATÉ O PRÓXIMO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE À ABERTURA DO CHAMADO TÉCNICO; A CONTRATANTE PODERÁ ABRIR CHAMADOS DE MANUTENÇÃO DIRETAMENTE NO FABRICANTE DO ITEM SEM NECESSIDADE DE PRÉVIA CONSULTA E/OU QUALQUER LIBERAÇÃO POR PARTE DA CONTRATADA. NÃO DEVE HAVER LIMITE PARA ABERTURAS DE CHAMADOS, SEJAM DE DÚVIDAS/CONFIGURAÇÕES E/OU RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE HARDWARE OU SOFTWARE; A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR COMPROVAÇÃO FORMAL DA AQUISIÇÃO DA GARANTIA TÉCNICA JUNTO AO FABRICANTE, ABRANGENDO TODOS OS EQUIPAMENTOS E SOFTWARE(S) DA SOLUÇÃO ATÉ A ENTREGA DA GARANTIA TÉCNICA DO FABRICANTE NÃO EXCLUI A RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA DA PRESTAÇÃO DE SUPORTE ON-SITE DA SOLUÇÃO; A ABERTURA DE CHAMADOS PODERÁ SER REALIZADA ATRAVÉS DE TELEFONE 0800 DO FABRICANTE, ATRAVÉS DA PÁGINA DA WEB DO FABRICANTE OU ATRAVÉS DE ENDEREÇO DE E-MAIL DO FABRICANTE; A ABERTURA DE CHAMADOS ATRAVÉS DE TELEFONE 0800 DEVERÁ SER REALIZADA INICIALMENTE EM PORTUGUÊS; DEVERÁ SER GARANTIDO À CONTRATANTE O PLENO ACESSO AO SITE DO FABRICANTE DOS EQUIPAMENTOS E SOFTWARES. ESSE ACESSO DEVE PERMITIR CONSULTAS A QUAISQUER BASES DE DADOS DISPONÍVEIS PARA USUÁRIOS RELACIONADAS AOS EQUIPAMENTOS E SOFTWARES ESPECIFICADOS, ALÉM DE PERMITIR DOWNLOADS DE QUAISQUER ATUALIZAÇÕES DE SOFTWARE OU DOCUMENTAÇÃO DESTE PRODUTO; ENCERRANDO O PRAZO DE GARANTIA, O FABRICANTE DEVERÁ DISPONIBILIZAR UM SUPORTE EM HORÁRIO COMERCIAL QUE PERMITA A SUBSTITUIÇÃO SEM CUSTOS DE COMPONENTES DE HARDWARE DEFEITUOSOS (PEÇAS, ACESSÓRIOS E OUTROS QUE SE FAÇAM NECESSÁRIOS) E O DOWNLOAD DE TODAS AS ATUALIZAÇÕES DE SOFTWARE POR UM PRAZO DE 5 ANOS APÓS O ENCERRAMENTO DAS VENDAS DESTES PRODUTOS (GARANTIA LIFETIME).</p>				
<p>SERVIÇO DE INSTALAÇÃO: TODO O PROCESSO DE MIGRAÇÃO SERÁ PRECÉDIDO DE UM ESTUDO E ENTENDIMENTO DE TODA A INFRAESTRUTURA EM FUNCIONAMENTO HOJE NO AMBIENTE</p>				



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica:

<p>ENLOBANDO SUA TOPOLOGIA, TODAS AS CONFIGURAÇÕES EM USO (ENDEREÇAMENTOS IP, VLANS, ROTAS, QOS, ACL'S, ETC), AS CONEXÕES ENTRE OS SWITCHES DO CORE, SWITCHES DE DISTRIBUIÇÃO E SWITCHES DE ACESSO, SERVIDORES (FÍSICOS E VIRTUALIZADOS), , REDE INTERNA (CABEADA E SEM FIO), FIREWALL E OUTRAS REDES, BEM COMO TODOS OS SERVIÇOS PUBLICADOS, INTERNOS E EXTERNOS, E TODA A SEGURANÇA ENVOLVIDA. TODO ESSE AMBIENTE ESTUDADO DEVERÁ SER MIGRADO PARA A NOVA REDE. PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA SOLUÇÃO BEM COMO ACOMPANHAMENTO DO PROJETO PROPOSTO, A LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR PROFISSIONAIS CERTIFICADOS, NÍVEIS AVANÇADOS DE CONHECIMENTO NAS TECNOLOGIAS OFERTADOS E NECESSÁRIAS PARA IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO PROPOSTA. O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E MIGRAÇÃO DA REDE PRECEDERÁ DE UM CRONOGRAMA DE PROJETO PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES ABAIXO DESCRITAS, A SER ELABORADO DE COMUM ACORDO. TODO SERVIÇO DEVERÁ SER REALIZADO POR PROFISSIONAL DO FABRICANTE OU CERTIFICADO POR ELE PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, PARA ISSO DEVERÁ SER APRESENTADO JUNTO COM A PROPOSTA O CERTIFICADO DO PROFISSIONAL QUE IRÁ EXECUTAR OS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO. PLANEJAMENTO E PROJETO PARA INSTALAÇÃO DA SOLUÇÃO: LEVANTAMENTO E ANÁLISE DA CONFIGURAÇÃO ATUAL DA REDE; ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REDE DETALHADO EM CONJUNTO COM A EQUIPE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, INCLUINDO OS ITENS DE CONFIGURAÇÃO A SEGUIR: ENDEREÇAMENTO E SEGMENTAÇÃO DAS REDES LAN E WAN; ROTEAMENTO ESTATIVO E DINÂMICO UTILIZANDO PROTOCOLOS RIPV2 E OSPFV2, SE APLICÁVEL; QUALIDADE DE SERVIÇO (QOS); REGRAS DE CLASSIFICAÇÃO, PRIORIZAÇÃO E POLICIAMENTO DE ACORDO COM AS APLICAÇÕES A SEREM UTILIZADAS NA REDE; SEGURANÇA: DOS ATIVOS: PROTOCOLOS DE COMUNICAÇÃO SEGURA, AUTENTICAÇÃO PARA ACESSO E PROTEÇÃO CONTRA ATAQUES; DA REDE: CONTROLES A SEREM IMPLEMENTADOS PARA RESTRINGIR O ACESSO À REDE E REDUZIR A EXPOSIÇÃO DOS SERVIDORES E ESTAÇÕES DE TRABALHO; REDUNDÂNCIA: PARA O SWITCH CORE SERÁ REALIZADO A IMPLANTAÇÃO DE PROTOCOLO DE REDUNDÂNCIA DE ATIVO/ATIVO, NÃO SENDO ACEITO O USO DE STACK, TECNOLOGIA SEMELHANTE A VPC OU VLT; CONFIGURAÇÃO DO PROTOCOLO RAPID SPANNING TREE (RSTP); CONFIGURAÇÃO DE UPLINKS REDUNDANTES PARA AS PILHAS DE SWITCHES DE CADA UM DOS SETORES; AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA INFRA-ESTRUTURA VISANDO REDUÇÃO DE IMPACTO NO AMBIENTE DE TRABALHO E INDISPONIBILIDADE DA REDE; ORGANIZAÇÃO DO CABEAMENTO: ELABORAR O MAPEAMENTO DE TODAS AS CONEXÕES EXISTENTES A SEREM SUBSTITUÍDOS E OS PONTOS NOS PATCH PANELS, COM A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO DO PATCH CORD NECESSÁRIO. INTERCONEXÃO DOS SWITCHES CONFORME CARACTERÍSTICAS DO CENÁRIO PRETENDIDO; EMPILHAMENTO DOS SWITCHES PARA AS QUAIS FOREM ADQUIRIDOS MAIS DE UM SWITCH, O EMPILHAMENTO DEVE SER FEITO ATRAVÉS DE CABOS DEDICADOS; REORGANIZAÇÃO DO CABEAMENTO EXISTENTE NOS RACKS ONDE OS SWITCHES SERÃO INSTALADOS; INSTALAÇÃO DA SOLUÇÃO. INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS NA REDE, EM LOCAL DEFINIDO PELA EQUIPE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, FIXANDO-OS AO RESPECTIVO RACK DE ATIVOS; TODO O PROCESSO DE REMOÇÃO DOS EQUIPAMENTOS LEGADO, MIGRAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A NOVA INFRAESTRUTURA, INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DOS NOVOS EQUIPAMENTOS É DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA, DEVENDO SER REALIZADO POR PESSOAL CAPACITADO, SOB A SUPERVISÃO DOS ANALISTAS DA LICITANTE, QUE POR SUA VEZ DEVERÃO FORNECER À EMPRESA CONTRATADA AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA TAL; INSTALAÇÃO DA VERSÃO MAIS ATUAL DE SOFTWARE (FIRMWARE) RECOMENDADA PELO FABRICANTE; CONFIGURAÇÃO DE ENDEREÇOS/INTERFACES DE GERÊNCIA; ENDEREÇAMENTO IP; TELNET, SE NECESSÁRIO; SECURE SHELL (SSH), SE NECESSÁRIO; WEB (HTTP), SE NECESSÁRIO; RESTRIÇÕES (FILTROS/ACLS) DE ACESSO; AUTENTICAÇÃO; PARÂMETROS SNMP PARA MONITORAÇÃO/GERÊNCIA REMOTA; CONFIGURAÇÃO DE REDES LOCAIS (VLANS); CONFIGURAÇÃO DE SINCRONISMO DE HORA NTP OU SNTP; CONFIGURAÇÃO DO PROTOCOLO RAPID SPANNING TREE (RSTP); CONFIGURAÇÃO DE BPDU GUARD; CONFIGURAÇÃO DE ROOT SPANNING TREE; INTERFACES DE ROTEAMENTO IP; PROTOCOLOS DE ROTEAMENTO DINÂMICO OSPF, CONFORME PROJETO DE REDE ELABORADO; IMPLEMENTAÇÃO DE INTERFACES IP COM VIRTUAL REDUNDANCY ROUTER PROTOCOL (VRRP), SE APLICÁVEL; IMPLEMENTAÇÃO DOS RECURSOS DE QUALIDADE DE SERVIÇO (QOS), CONFORME PROJETO DE REDE ELABORADO; OTIMIZAÇÃO DA SOLUÇÃO: IMPLEMENTAÇÃO DE FILTROS OU ACCESS CONTROL LISTS PARA BLOQUEIO DE TRÁFEGO DESNECESSÁRIO OU INDEVIDO; CRIAÇÃO DE VLAN, TANTAS NECESSÁRIAS AO AMBIENTE DE ACORDO COM AS DEFINIÇÕES DO PROJETO; CRIAÇÃO DOS ROTEAMENTOS DE VLAN, TANTOS NECESSÁRIOS DE ACORDO COM AS DEFINIÇÕES DO PROJETO.</p>				
---	--	--	--	--



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica:

<p>ATIVACÃO DE RECURSOS PARA O CONTROLE DE BROADCAST STORMS; IMPLEMENTAÇÃO DOS RECURSOS DE QUALIDADE DE SERVIÇO (QOS), CONFORME PROJETO DE REDE ELABORADO; IMPLEMENTAÇÃO DE FILTROS OU ACCESS CONTROL LISTS PARA BLOQUEIO DE TRÁFEGO DESNECESSÁRIO OU INDEVIDO; CONTROLE DE ACESSO A REDE ATRAVÉS DO PADRÃO IEEE 802.1X; INSTALAÇÃO DOS MÓDULOS DE GERÊNCIA OFERTADOS, E TODOS OUTROS COMPONENTES NECESSÁRIOS PARA O SEU FUNCIONAMENTO; CONFIGURAÇÃO DE DHCP SNOOPING; CONFIGURAÇÃO DE DHCP RELAY; CRIAÇÃO DE SCOPO DE DHCP EM SERVIDORES WINDOWS SERVER. CONFIGURAÇÃO DE INTERFACE CONFIÁVEL (TRUST INTERFACE); CONFIGURAÇÃO DE ALERTAS OU ALARMES CRÍTICOS, PARA CADA ATIVO MAPEADO, DE ACORDO COM DEFINIÇÕES FEITAS NA FASE DE PLANEJAMENTO. CONFIGURAÇÕES DOS PERFIS DE ACESSO À REDE BASEADAS NA POLÍTICA DE SEGURANÇA; CRIAÇÃO E ATIVAÇÃO DE REGRAS DE ACESSO E PERFIS DE ACESSO À REDE; CONFIGURAÇÃO DE PARÂMETROS DE QUALIDADE DE SERVIÇO (QOS); CONFIGURAÇÃO DAS POLÍTICAS ACESSO PARA A REDE DOS USUÁRIOS, INTEGRADOS COM A BASE LDAP/RADIUS E TACACS EXISTENTE; DISTRIBUIÇÃO, ATIVAÇÃO E TESTES DAS POLÍTICAS DE ACESSO NOS SWITCHES FORNECIDOS; CRIAÇÃO DE FILTROS E/OU ACLS (ACCESS CONTROL LISTS) DE ACORDO COM A POLÍTICA; ATIVAÇÃO E TESTE DAS ACLS NOS EQUIPAMENTOS FORNECIDOS; HOMOLOGAÇÃO: CERTIFICAÇÃO FINAL DA SOLUÇÃO, MEDIANTE TESTES DE COMUNICAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS COM OS DADOS GERADOS. OS TESTES DEVEM COMPREENDER A COMPROVAÇÃO DE FORMA INEQUÍVOCA DO PERFEITO FUNCIONAMENTO DOS MECANISMOS DE ALTA DISPONIBILIDADE, SEJAM ELES DE ENLACE FÍSICO, SWITCHES DE ACESSO, SWITCHES CORE E TAMBÉM SEUS COMPONENTES. TODOS ESTES TESTES DEVEM SER REALIZADOS COM O ACOMPANHAMENTO DA EQUIPE DE ANALISTAS; 6.5.11.2. ESSE ITEM SERÁ CONTABILIZADO PARA O TOTAL DE EQUIPAMENTO ADQUIRIDOS. DOCUMENTAÇÃO EM FORMATO PDF CONTENDO OS ITENS A SEGUIR: AS-BUILT COMPLETO DO PROJETO, ASSINADA PELO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA EXECUÇÃO E GERENTE DE PROJETO. ARQUIVOS DE CONFIGURAÇÃO DOS ATIVOS DE REDE; BACKUP DAS CONFIGURAÇÕES DOS SOFTWARES UTILIZADOS; IMAGENS DAS VERSÕES DE SOFTWARE IMPLANTADAS NOS ATIVOS DE REDE QUANDO DE SUA ENTREGA; OPERAÇÃO ASSISTIDA: DEVERÁ SER CONSIDERADO UM MÍNIMO DE 720 HORAS PARA OPERAÇÃO ASSISTIDA. A OPERAÇÃO ASSISTIDA VISA MUNIR O CLIENTE COM A EXPERTISE NECESSÁRIO PARA OPERAR O AMBIENTE DE FORMA SEGURA. A OPERAÇÃO ASSISTIDA DEVERÁ SER INICIADA APÓS A HOMOLOGAÇÃO DO AMBIENTE, CONSIDERANDO O PERÍODO DE SEGUNDA-FEIRA A SEXTA-FEIRA NO REGIME 24X7; SÓ TERÁ VALIDADE O INÍCIO A OPERAÇÃO ASSISTIDA APÓS SER ENTREGUE E ASSINADO PELO ÓRGÃO TERMO DE CONCLUSÃO DE PROJETO JUNTO COM A DOCUMENTAÇÃO; ESSE ITEM SERÁ CONTABILIZADO PARA O TOTAL DE EQUIPAMENTO ADQUIRIDOS. GARANTIA: A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER GARANTIA DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E MIGRAÇÃO DA REDE DE, NO MÍNIMO, 06 (SEIS) MESES, NOS PARÂMETROS IMPLEMENTADOS DURANTE O PROJETO. SÓ TERÁ VALIDADE O INÍCIO DA GARANTIA APÓS SER ENTREGUE E ASSINADO PELO ÓRGÃO TERMO DE CONCLUSÃO DE PROJETO JUNTO COM A DOCUMENTAÇÃO; ESSE ITEM SERÁ CONTABILIZADO PARA O TOTAL DE EQUIPAMENTO ADQUIRIDOS. SERVIÇO DE TREINAMENTO: REALIZAR TREINAMENTO DOS EQUIPAMENTOS PARA ATÉ 04 (QUATRO) FUNCIONÁRIOS DA EQUIPE; A GRADE TOTAL DE TREINAMENTO NÃO PODERÁ SER INFERIOR A 8 (OITO) HORAS, PARA TODOS OS EQUIPAMENTOS; O TREINAMENTO DEVE SER REALIZADO EM HORÁRIO COMERCIAL, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA; O TREINAMENTO DEVERÁ EXPLANAR CONTEÚDO SUFICIENTE PARA A PLENA UTILIZAÇÃO DOS PRODUTOS OFERTADOS PARA A SOLUÇÃO, BEM COMO AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS UTILIZADAS PARA O DESENHO DE TODA A SOLUÇÃO UTILIZADA NESTE PROJETO, INCLUINDO TÉCNICAS DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS; CASO O CONTEÚDO EXIGIDO NÃO SEJA COBERTO POR UM ÚNICO TREINAMENTO, PODEM SER REALIZADOS TANTOS TREINAMENTOS QUANTOS SEJAM NECESSÁRIOS PARA QUE SEJA FEITO INTEGRALMENTE O REPASSE DO CONTEÚDO EXIGIDO, DESDE QUE OBEDECIDOS OS MESMOS PRAZOS E CONDIÇÕES ESTIPULADOS NESTE DOCUMENTO; O TREINAMENTO DEVE SER MINISTRADO POR INSTRUTORES POSSUIDORES DE CERTIFICAÇÃO EMITIDA PELO FABRICANTE DA SOLUÇÃO. O RESPONSÁVEL PELO TREINAMENTO "IN LOCO" DEVE PREFERENCIALMENTE SER O MESMO PROFISSIONAL QUE PARTICIPOU DAS FASES DE ELABORAÇÃO DE PROJETO E IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO, E SOMENTE SERÁ ACEITA A SUA SUBSTITUIÇÃO EM CASOS EXCEPCIONAIS E COM A CONCORDÂNCIA; A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ PROMOVER O TREINAMENTO TEÓRICO E PRÁTICO ESPECÍFICO DE CONFIGURAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA SOLUÇÃO (HARDWARE E SOFTWARE) QUE OPERARÃO OS EQUIPAMENTOS, INCLUINDO O ACOMPANHAMENTO PARA VERIFICAÇÃO DA OPERACIONALIDADE DOS MESMOS; O TREINAMENTO DEVERÁ SER MINISTRADO POR PROFISSIONAIS CAPACITADOS. NÃO PRECISARÁ SER NECESSARIAMENTE, UM</p>				
---	--	--	--	--



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica:

<p>TREINAMENTO OFICIAL DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO. AO FINAL DO TREINAMENTO, CERTIFICADO DE CONCLUSÃO ONDE CONSTE A DESCRIÇÃO DO TREINAMENTO, O NOME DO PARTICIPANTE E A CARGA HORÁRIA; ESSE ITEM SERÁ CONTABILIZADO PARA O TOTAL DE EQUIPAMENTO ADQUIRIDOS. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DO TREINAMENTO DEVERÁ CONTEMPLAR, NO MÍNIMO, OS SEGUINTE TÓPICOS: DEVERÁ COBRIR TODOS OS PROTOCOLOS REFERENTES À CAMADA 2 E CAMADA 3 DO MODELO OSI - OPEN SYSTEMS INTERCONNECTION MODEL, SUPORTADOS PELOS EQUIPAMENTOS; EQUIPAMENTOS USADOS PELA SOLUÇÃO FORNECIDA; TECNOLOGIAS APLICADAS PELA SOLUÇÃO FORNECIDA, COM CASO PRÁTICO DAS CONFIGURAÇÕES UTILIZADAS; INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS FORNECIDOS; INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E OPERAÇÃO DOS SOFTWARES FORNECIDOS; INTRODUÇÃO À CLI (INTERFACE DE LINHA DE COMANDO) E À GUI (INTERFACE GRÁFICA DO USUÁRIO); PLATAFORMA DE GERENCIAMENTO; ATUALIZAÇÃO DE FIRMWARES; OPÇÕES DE CONFIGURAÇÕES DE ASPECTOS DE SEGURANÇA DOS EQUIPAMENTOS FORNECIDOS; CONFIGURAÇÃO DE INTERFACES L2 E L3; LINK AGGREGATION; CONFIGURAÇÃO DE VLANS; IDENTIFICAÇÃO DE FALHAS COM FERRAMENTAS DE TROUBLESHOOTING; RESTAURAÇÃO DO AMBIENTE; PROTOCOLOS DE SPANNING TREE; AUTHENTICATION, AUTHORIZATION, ACCOUNTING (AAA); ROTEAMENTO ESTÁTICO; CONFIGURAÇÃO DE MULTICAST; IMPLEMENTAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE VRRP; IMPLEMENTAÇÃO DE OSPF; CONFIGURAÇÃO DE QOS (QUALITY OF SERVICE); REGRAS DE CLASSIFICAÇÃO, PRIORIZAÇÃO E POLICIAMENTO DE ACORDO COM AS APLICAÇÕES A SEREM UTILIZADAS NA REDE; ENDEREÇAMENTO IP V4 E IPV6; ENDEREÇAMENTO IP MULTICAST E MULTICAST FORWARDING.</p>					
<p>SERVIÇO DE SUPORTE SOB DEMANDA: CARACTERÍSTICAS GERAIS: ESTÃO EXCLUÍDOS DO ESCOPO DE OPERAÇÃO ASSISTIDA OS ATENDIMENTOS SOB GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO. A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS SOLICITADOS PELA CONTRATANTE SERÁ REALIZADA A PARTIR DA ABERTURA DE ORDEM DE SERVIÇO DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, COMPOSTA PELAS MACROATIVIDADES LISTADAS A SEGUIR: AVALIAÇÃO DO AMBIENTE: SERVIÇO DE AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA SOLUÇÃO DE REDE FACE ÀS NOVAS FUNCIONALIDADES, TECNOLOGIAS, MELHORES PRÁTICAS ETC. A CONTRATADA DEVERÁ PROPOR MELHORIAS E SUGERIR OTIMIZAÇÕES, ALÉM DE EXECUTAR E/OU ACOMPANHAR EVENTUAIS RECONFIGURAÇÕES E TESTES, E DOCUMENTAR TODO O PROCESSO. REVISÃO DO AMBIENTE: SERVIÇO DE REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS ETAPAS REALIZADAS QUANDO DA IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO DE REDE, SE NECESSÁRIO, E EM CONSONÂNCIA COM O DIAGNÓSTICO OBTIDO, E DOCUMENTAR TODO O PROCESSO. APÓS A HOMOLOGAÇÃO DO SERVIÇO DE OPERAÇÃO ASSISTIDA ENTREGUE, SERÁ EMITIDO O RESPECTIVO TERMO DE ACEITE. LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. AS MACROATIVIDADES DE AVALIAÇÃO E REVISÃO DO AMBIENTE DEVERÃO SER REALIZADAS NAS INSTALAÇÕES DA CONTRATANTE OU REMOTAMENTE, QUE PROVIDENCIARÁ TODA A INFRAESTRUTURA DE HARDWARE E SOFTWARE, BEM COMO OS RECURSOS FÍSICOS NECESSÁRIOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS. CABE À CONTRATADA A RESPONSABILIDADE PELO DESLOCAMENTO DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, BEM COMO PELA ESTADIA E ALIMENTAÇÃO. PRAZOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. O SERVIÇO DE OPERAÇÃO ASSISTIDA SERÁ UTILIZADO APÓS FINALIZAÇÃO DA ETAPA DE INSTALAÇÃO/IMPLEMENTAÇÃO DA SOLUÇÃO OBJETO DESTE EDITAL, DE FORMA ININTERRUPTA. FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. A ORDEM DE SERVIÇO DA OPERAÇÃO ASSISTIDA ESPECIFICARÁ: A RELAÇÃO DOS SERVIÇOS QUE DEVERÃO SER PRODUZIDOS E ENTREGUES PELA CONTRATADA COMO RESULTADO DA CONTRATAÇÃO. A CRITÉRIO DA CONTRATANTE, PODERÁ SER DEFINIDA A NECESSIDADE DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DE QUALQUER SERVIÇO POR TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DA CONTRATANTE, SEMPRE QUE NECESSÁRIO, PODERÃO SER REALIZADAS REUNIÕES ENTRE A CONTRATANTE E A CONTRATADA PARA ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS ACERCA DO SERVIÇO A SER EXECUTADO. O SERVIÇO SERÁ PRESTADO EM HORARIO COMERCIAL DE SEGUNDA A SEXTA NO REGIME 8X5. A CONTRATANTE DEVERÁ PROVIDENCIAR AS PERMISSÕES E ACESSOS FÍSICOS E LÓGICOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES. QUANDO FOR SOLICITADO SERVIÇOS PRESENCIAIS NA INSTALAÇÃO DA CONTRATANTE, ELES NÃO TERÃO QUANTITATIVOS DE HORAS INFERIOR A 20 HORAS. PERFIL DOS PROFISSIONAIS DA CONTRATADA. A CONTRATADA DEVERÁ DESIGNAR PROFISSIONAIS COM OS PERFIS ABAIXO IDENTIFICADOS PARA ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS DEMANDADOS: PROFISSIONAL CERTIFICADO PELO FABRICANTE DOS EQUIPAMENTOS SWITCH; PROFISSIONAL CERTIFICADO EM CCNA OU COMP TIA; PROFISSIONAL CERTIFICADO MICROSOFT CERTIFIED SOLUTIONS ASSOCIATE WINDOWS SERVER.</p>					
				TOTAL:	



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica:

VALOR TOTAL POR EXTENSO

A validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura, observado o disposto do decreto nº 10.024/19.

Forneceremos os produtos conforme as exigências do Anexo I.

Informamos, por oportuno, que estão inclusos nos preços todas as **despesas** e custos diretos e indiretos relacionadas à execução do Contrato, inclusive aquelas decorrentes de impostos, seguros e encargos sociais.

Os dados da nossa empresa são:

- a) Razão Social: _____
b) CGC (MF) nº: _____ Insc. Estadual nº: _____
c) Endereço: _____
d) Fone/: _____ E-mail: _____
e) Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____
f) Banco _____ Agência nº: _____ Conta nº: _____

De acordo com a legislação em vigor, eu, _____, CPF/MF nº _____, declaro estar ciente da responsabilidade que assumo pelas informações constantes desta ficha de cadastro.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo
(representante legal)



ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2021
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 000/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2021- REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2021
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos ___ dias do mês de _____ do ano de 2021, **O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA** com sede na Avenida Brasil nº 2.351 - N - 2º Piso - Jd. Europa, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.788.239/0001-66, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **VANDER ALBERTO MASSON**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade 03913902 - SSP/MT e CPF/MF nº 432.285.341-20, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede _____, neste ato, representada pelo Sr. _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Cédula de identidade RG _____ - SSP/ __, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado na _____ (endereço, CEP, cidade e telefone da empresa), denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem na forma da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 258/2003, e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666/1993, e alterações posteriores, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi examinada pela Procuradoria Geral do Município de Tangará da Serra, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38, da Lei nº 8.666/1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS**, para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE SWITCH PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO**, conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, do Edital do Pregão Eletrônico nº **010/2021**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do **Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº 010/2021** e seus Anexos, **Processo Administrativo nº 036/2021**, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.
3.1.1. Após cumpridos os requisitos de publicidade, Ata de Registro de Preço, será considerado documento vinculativo, obrigacional, com características de compromisso para futura contratação nas condições estabelecidas.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1. **No preço contratado já se encontram computados todos os impostos, tarifas, fretes e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto deste contrato, isentando a CONTRATANTE de quaisquer ônus por despesas decorrentes.**

4.2. Os preços registrados e a indicação dos respectivos **FORNECEDORES REGISTRADOS** da Ata serão publicados no Diário Oficial de Contas do Estado de Mato Grosso-TCE, Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso- AMM, no site www.tangaradaserra.mt.gov.br.

CLÁUSULA QUINTA - DA RELAÇÃO DAS EMPRESAS BENEFICIÁRIAS E PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. Em decorrência das propostas e lances apresentados e homologados no certame licitatório, ficam registrados, para contratações futuras, os preços unitários e respectivos fornecedores classificados, conforme abaixo:

5.2. 1. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE(S)

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. (R\$)

CLÁUSULA SEXTA - DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

6.1. Conforme o Decreto Federal nº 7892/2013, durante a vigência da ata, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do **caput** do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica: _____

6.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá;

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a **veracidade dos motivos e comprovantes apresentados**;
- b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas acima, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor.

6.10. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

6.11. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

6.11.1. O prazo para análise e julgamento de eventual pedido de revisão de preços, serão contados da data do protocolo e entrega completa da documentação comprobatória pela contratada. Até a decisão final da Administração Municipal, o fornecimento do objeto solicitado pela área requisitante, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

6.11.2. A recusa injustificada da beneficiária da ata, em fornecedor os produtos solicitados dentro do prazo estabelecido no edital, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

6.12. A Administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão dos valores pactuados.

6.13. Na hipótese da beneficiária não efetuar a adequação dos preços aos de mercado, o Órgão Gerenciador, a seu critério poderá cancelar, total ou parcialmente, a **Ata de Registro de Preços**.

6.14. **O Órgão Gerenciador poderá, desde que seja conveniente aos interesses da administração, cancelar, total ou parcialmente, a Ata de Registro de Preços, sem que com isso, a beneficiária tenha direito a interpor recursos, ou a indenizações.**

6.15. **As alterações decorrentes da revisão dos preços serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios.**

CLÁUSULA SÉTIMA DA REVOGAÇÃO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** poderá ter o seu registro de preços revogado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.2. A revogação do seu registro poderá ser:

7.2.1. A pedido do próprio **FORNECEDOR REGISTRADO**, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

7.2.2. Por iniciativa do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, quando:

- a) o **FORNECEDOR REGISTRADO** não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) o **FORNECEDOR REGISTRADO** perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- d) o **FORNECEDOR REGISTRADO** não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- e) o **FORNECEDOR REGISTRADO** não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as solicitações decorrentes da Ata de Registro de Preços;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica:

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nas solicitações dela decorrentes.

7.3. O FORNECEDOR REGISTRADO terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;
- c) houver razões de interesse público.

7.3.1. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

7.3.2. O **FORNECEDOR REGISTRADO** poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7.4. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o ÓRGÃO GERENCIADOR fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos proponentes a nova ordem de registro.

CLÁUSULA OITAVA – DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.tangaradaserra.mt.gov.br.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. São obrigações do órgão gerenciador:

9.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

9.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

9.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos produtos, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

9.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

9.1.5. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

9.1.6. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

9.1.7. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

9.1.8. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

9.1.9. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela completa e perfeita execução da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

10.1. Constituem obrigações do FORNECEDOR REGISTRADO, dentre outras inerentes ou decorrentes da presente Contratação:

10.1.1. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias ao perfeito fornecimento dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

10.1.2. Após a homologação da licitação, assinar a **Ata de Registro de Preços e/ou contrato**, relativo ao objeto adjudicado, conforme prazo determinado neste edital;

10.1.3. Fornecer os produtos, objeto da presente licitação solicitados, em estrita conformidade com as disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada.

10.1.4. Efetuar a entrega dos materiais, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na “Nota de Empenho”, com especificação e quantidade rigorosamente idênticas ao discriminado;

10.1.5. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos II e III, deste Edital;

10.1.6. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

10.1.7. Responsabilizar-se pelo fornecimento dos produtos, assumindo todas as obrigações de natureza fiscal, comercial, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado, resultante do fornecimento do objeto desta licitação.

10.1.8. Ofertar produtos de qualidade, respeitando as discriminações contidas no Termo de Referência, sem defeitos ou avarias, devidamente acondicionado em embalagens apropriada, e em perfeitas condições de armazenamento e uso, de forma que garanta a sua integridade e não sejam danificados durante as operações de transporte, carga e descarga, conforme determina a Legislação vigente, sob pena de não recebimento dos mesmos.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica: _____

10.1.9. Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, comprometendo-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos que não atendam o padrão de qualidade exigido, ou em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento **no prazo de 72 (setenta e duas) horas**, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

10.1.9.1. Todos os produtos deverão conter prazo de garantia mínima assegurada pelo fabricante, contados a partir do recebimento definitivo dos itens, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante de seu pleno funcionamento. Essa garantia deverá abranger todo e qualquer defeito de fabricação e desempenho dos materiais elétricos, quando submetidos a uso e conservação normais, com todos os custos decorrentes de substituição de produtos, por conta da CONTRATADA.

10.1.10. Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços e/ou contrato, as condições de habilitação exigidas no Edital;

10.1.11. Comunicar ao CONTRATANTE, qualquer problema ocorrido na execução do objeto do contrato;

10.1.12. Atender aos chamados do CONTRATANTE, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto do contrato;

10.1.13. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do contratante, o qual, caso haja, será dado por escrito;

10.1.14. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

10.1.15. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Tangará da Serra-MT, nos prazos e locais designados neste edital;

10.1.16. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo fiscal do contrato, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

10.1.17. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE, conforme disposto no art. 70, da Lei nº 8.666/93;

10.1.18. Credenciar junto ao Município de Tangará da Serra-MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

10.1.19. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DOS LOCAIS E PRAZO DE ENTREGA

11.1. O objeto desta licitação refere-se a uma estimativa de utilização dos produtos, a serem aplicadas durante **12 (doze) meses**; assim, não poderão ser executados em uma única parcela, devendo haver execuções parciais, de forma a atender as quantidades estipuladas nos pedidos parciais/requisições emitidas pelo Órgão solicitante.

11.2. A licitante vencedora deverá fornecer o objeto em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o Termo de Referência e à proposta de preços apresentada.

11.3. Para fornecimento dos produtos, registrados na ARP-Ata de Registros de Preços, que deverá estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração.

11.4. A entrega dos produtos, será de forma parcelada, na medida da necessidade, as Secretarias interessadas, através de servidores previamente autorizados, farão as solicitações dos produtos junto à contratada, mediante formulário próprio de Ordem de Fornecimento, emitido pelo encarregado responsável.

11.4.1. Os equipamentos deverão ser entregue com **01 (um) Manual de peças (aplicação e código), 01 (um) Manual de Operação, em vias impresso e em mídia digital, ambos em língua portuguesa, atualizado conforme a série e versão do bem.**

11.4.2. Manual de garantia total, acompanhado de documento de compromisso de RESPONSABILIDADE DE GARANTIA TOTAL, assistida no local de operação, sem custos de traslado ou estadia dos profissionais.

11.5. A contratada deverá efetuar a entrega dos produtos **no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento da requisição e nota de empenho, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**.

11.5.1. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar será convocada para o fornecimento do objeto.

11.6. Os produtos solicitados deverão ser entregues no Almoxarifado Central do Município, localizado na Av. Brasil nº 2.351-N, Jardim Europa, ou outro local determinado pela Administração, na presença do encarregado do Setor, em conformidade com § 8º, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o **prazo de até 03 (três) dias úteis** para aceitar os materiais.

11.7. Todo o material fornecido deverá estar acondicionado em embalagens apropriada, e em perfeitas condições de armazenamento e uso, de forma que garanta a sua integridade e não sejam danificados durante as operações de transporte, carga e descarga, conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

11.8. A contratada deverá se responsabilizar pela qualidade dos produtos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, assim como pela adequação do mesmo às exigências deste Termo e da licitação.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica: _____

11.9. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

11.9.1. As ferramentas deverão possuir as garantias mínimas previstas em lei, contados a partir do seu recebimento definitivo. Essa garantia deverá abranger todo e qualquer defeito de fabricação e desempenho dos materiais, quando submetidos a uso e conservação normais.

11.10. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

11.11. No ato da entrega, os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida ser(ão) devolvido(s), à contratada.

11.12. Verificada alguma falha no fornecimento, a Contratada obriga-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, os produtos entregues e não aceitos pelo Contratante, em função da existência de irregularidades, incorreções, **no prazo de 72 (setenta e duas) horas**, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, sem ônus adicional para a Contratante, sem o que será convocada a segunda classificada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93 e artigos 20 e 56 a 80 do Código de Defesa do Consumidor.

11.13. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a **CONTRATANTE** não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.14. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade dos produtos fornecidos pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências da ARP – **Ata de Registro de Preços**, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. O objeto da presente licitação, será recebido pela Secretaria Municipal de Administração, através do Encarregado do Almoxarifado Central do município, mediante **Termo de Constatação e Recebimento dos produtos**, o qual deverá atestar seu recebimento.

12.1.1. O objeto será recebido da seguinte forma:

- a) Provisoriamente, no ato da entrega por Servidor, ou Comissão, que procederá a conferência de sua conformidade com as especificações, caso não haja qualquer impropriedade explícita, será aceito esse recebimento;
- b) Definitivamente, em até **03 (três) dias úteis**, após o recebimento provisório, mediante, “atesto” na nota fiscal/fatura, depois de comprovada a adequação aos termos contratuais e aferição do direito ao pagamento.

12.2. O recebimento e a aceitação do objeto desta licitação, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no Termo de Referência (Anexo II) e obedecerão ao disposto no Art. 73, incisos I e II, e seus parágrafos da Lei n.º 8.666/93, no que lhes for aplicável.

12.3. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com o edital, devendo estes ser substituídos ou complementados, às expensas da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

12.4. O recebimento definitivo dos produtos, objeto do Edital, não exclui a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pela Secretaria requisitante, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90);

12.5. A contratante indicará servidor responsável, designado para esse fim que, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

13.1. Pelo fornecimento dos produtos, quando devidamente executados e entregues, pagará a **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** o valor constante em sua proposta comercial, sem qualquer ônus ou acréscimo;

13.2. Os pagamentos serão efetuados após a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada por servidor responsável da CONTRATANTE, acompanhada da certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união e Contribuições Previdenciárias (PGFN/INSS), certificado de regularidade de situação junto ao FGTS e certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo.

13.2.1. Os pagamentos serão creditados em favor da Contratada, por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

13.3. Na ocorrência de rejeição da nota fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo estipulado no subitem anterior passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

13.4. A Contratada deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e conseqüentemente lançado no instrumento contratual.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica: _____

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO

14.1. A fiscalização da contratação decorrente do edital, caberá respectivamente à Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias requisitantes, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

14.2. Para fiscalização dos produtos fornecidos pela CONTRATADA, serão designados servidores de cada Secretaria, ordenadora da despesa, formalmente nomeados para esse fim, conforme segue:

04) Secretaria de Administração: Fiscal: Adailton Erico Favetti, Suplente: Rafeael Lopes Barbosa.

14.2.1. Competirá aos responsáveis pela fiscalização acompanhar o fornecimento dos serviços, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital, bem como, dirimir as dúvidas que surgirem no decorrer do fornecimento, dando ciência de tudo ao licitante adjudicado, conforme art. 67 da Lei n. 8.666/93.

14.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no edital e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

14.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município, deverão ser solicitadas formalmente pela Contratada, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

14.5. A Contratada deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto da presente licitação.

14.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do fornecedor contratado, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o Fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

15.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, **pelo prazo de até 05 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

15.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da Contratada, que deverá ser apresentada **no prazo de 05 (cinco) dias úteis** a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto deste Pregão, calculada sobre o valor remanescente do contrato;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista no Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Tangará da Serra-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto do Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica: _____

da licitação e as mesmas condições oferecidas pela Contratada, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380, da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 05 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

15.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente, a sua aplicação não exime a empresa contratada, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

15.4. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

15.4.1. Desclassificação ou inabilitação, caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

15.4.2. Cancelamento do contrato, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento.

15.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização da Secretaria Municipal de Administração.

16.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras assumidas com o município de Tangará da Serra e órgãos participantes.

16.3. O quantitativo decorrente da adesão à ata, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o município de Tangará da Serra e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

16.4. O processo de autorização de adesão à Ata de Registro de Preços, será competência do Secretário de Administração, que, somente autorizará adesões que obedeçam os seguintes requisitos:

1. que exista disponibilidade do item solicitado;

2. que instrua o pedido através de ofício, com as informações necessárias de acordo com a legislação vigente;

16.5. Para instrução do pedido de que trata a alínea "b", além das exigências constantes para o processo de autorização de adesão deverá ainda, conter as seguintes informações:

a) número da ata e seu objeto;

b) quantidade contratada;

c) justificativa da necessidade de contratação do item solicitado;

d) nome, cargo, telefone e setor do responsável pelo pedido de adesão à ata de registro de preço, para possíveis contatos;

e) quantidades e itens aderidos anteriormente na referida ata;

f) carta de concordância do fornecedor ou prestador do serviço;

g) justificativa da vantagem;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica:

16.6. Cumpridos os requisitos formais para o processo de adesão à Ata de registro de preços, somente após parecer jurídico favorável a adesão, a Administração Municipal autorizará o pedido de adesão.

16.7. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Órgão Gerenciador, Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@tangaradaserra.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Brasil nº 2.351-N, Bairro Jardim Europa, telefones: (65) 3311-4820/3311-4809.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação, apresentadas pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

17.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520/2002, do Decreto n.º 258/2003 e da Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis a espécie.

17.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Tangará da Serra-MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em **03 (três) vias**, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada uma via no Departamento de Licitação.

Tangará da Serra-MT, de de 2021.

CONTRATANTE

CONTRATADO



ANEXO IV
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2021
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N.º/ADM/2021

INSTRUMENTO DE CONTRATO, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA E, DE OUTRO LADO A EMPRESA....., COMO VENCEDORA DO PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE DE **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2021**, tendo por objeto o **AQUISIÇÃO DE SWITCH, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO**, conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

O **MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 03.788.239/0001-66, com sede na Avenida Brasil nº 2.350-N - 2º Piso - Jd. Europa, nesta cidade de Tangará da Serra-MT, adiante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **VANDER ALBERTO MASSON, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade 03913902 - SSP/MT e CPF/MF nº 432.285.341-20**, residente e domiciliado na cidade de Tangará da Serra-MT, adiante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação, do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2021**, conforme despacho exarado no **Processo Administrativo nº 036/2020**, e o que mais consta do citado Processo que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, resolve em forma da Lei Federal nº 10.520/2002, e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, firmar o presente CONTRATO, cuja minuta foi examinada pela Procuradoria Geral do Município de Tangará da Serra, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38, da Lei nº 8.666/93, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto, **AQUISIÇÃO DE SWITCH PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO**, conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, **conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos**, sujeitando-se a contratada a atender rigorosamente os termos do **Pregão Eletrônico nº 010/2021**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do **Pregão Eletrônico Nº 010/2021** e seus Anexos, **Processo Administrativo nº 036/2021**, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta da contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE CONTRATAÇÃO

3.1. O presente CONTRATO rege-se pelas disposições da Lei nº 8.666/93, alterações e demais disposições legais em vigor ou que venham a disciplinar as licitações no âmbito da Administração Municipal.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CONTRATO

4.1. Pela execução do objeto ora contratado, de acordo com a proposta comercial apresentada no Processo Licitatório, a Contratante pagará à Contratada a importância total de R\$ (.....), conforme tabela a seguir:

.....

4.2 - Nos preços contratados, deverão estar inclusos, **além do lucro**, todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre execução do contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

5.1. Pelo fornecimento dos produtos, quando devidamente solicitados, e entregues, pagará a **CONTRATANTE à CONTRATADA** o valor constante em sua proposta comercial, sem qualquer ônus ou acréscimo;

5.2. Após fornecimento dos produtos **CONTRATADO** deverá enviar ao **CONTRATANTE** a Nota Fiscal, correspondente aos produtos fornecidos para conferência e aprovação, através do servidor responsável legalmente constituído para este fim;

5.3. Os pagamentos serão efetuados após a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada por servidor responsável da **CONTRATANTE**, acompanhadas da certidão negativa de débitos



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica: _____

relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união e Contribuições Previdenciárias (PGFN/INSS), certificado de regularidade de situação junto ao FGTS e certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo.

5.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da Contratada, por meio de depósito Bancário em conta-corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta-corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

5.4. Na ocorrência de rejeição da nota fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo estipulado no subitem anterior passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

5.5. A Contratada deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual. fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, se assim for da vontade das partes, na conformidade do estabelecido na Lei nº 8.666/93.

6.2. O prazo para assinatura do Contrato será de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação formal da adjudicatária;

6.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da Contratada, mediante apresentação do contrato social e/ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

6.4. A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceite por este município;

6.5. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no item 20 do Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DOS PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA

7.1. O objeto desta licitação refere-se a uma estimativa de utilização dos produtos, a serem aplicadas durante 12 (doze) meses; assim, não poderão ser executados em uma única parcela, devendo haver execuções parciais, de forma a atender as quantidades estipuladas nos pedidos parciais/requisições emitidas pelo Órgão solicitante.

7.2. A licitante vencedora deverá fornecer o objeto em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o Termo de Referência e à proposta de preços apresentada.

7.3. Para fornecimento dos produtos, registrados na ARP-Ata de Registros de Preços, que deverá estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração.

7.4. A entrega dos produtos, será de forma parcelada, na medida da necessidade, as Secretarias interessadas, através de servidores previamente autorizados, farão as solicitações dos produtos junto à contratada, mediante formulário próprio de Ordem de Fornecimento, emitido pelo encarregado responsável.

7.4.1. Os equipamentos deverão ser entregue com 01 (um) Manual de peças (aplicação e código), 01 (um) Manual de Operação, em vias impresso e em mídia digital, ambos em língua portuguesa, atualizado conforme a série e versão do bem.

7.4.2. Manual de garantia total, acompanhado de documento de compromisso de RESPONSABILIDADE DE GARANTIA TOTAL, assistida no local de operação, sem custos de traslado ou estadia dos profissionais.

7.5. A contratada deverá efetuar a entrega dos produtos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da requisição e nota de empenho, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

7.5.1. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar será convocada para o fornecimento do objeto.

7.6. Os produtos solicitados deverão ser entregues no Almoxarifado Central do Município, localizado na Av. Brasil nº 2.351-N, Jardim Europa, ou outro local determinado pela Administração, na presença do encarregado do Setor, em conformidade com § 8º, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias úteis dias para aceitar os materiais.

7.7. Todo o material fornecido deverá estar acondicionado em embalagens apropriada, e em perfeitas condições de armazenamento e uso, de forma que garanta a sua integridade e não sejam danificados durante as operações de transporte, carga e descarga, conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

7.8. A contratada deverá se responsabilizar pela qualidade dos produtos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, assim como pela adequação do mesmo às exigências deste Termo e da licitação.

7.9. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

7.9.1. As ferramentas deverão possuir as garantias mínimas previstas em lei, contados a partir do seu recebimento definitivo. Essa garantia deverá abranger todo e qualquer defeito de fabricação e desempenho dos materiais, quando submetidos a uso e conservação normais.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica: _____

7.10. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

7.11. **No ato da entrega, os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida ser(ão) devolvido(s), à contratada.**

7.12. Verificada alguma falha no fornecimento, a Contratada obriga-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, os produtos entregues e não aceitos pelo Contratante, em função da existência de irregularidades, incorreções, **no prazo de 72 (setenta e duas) horas**, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, sem ônus adicional para a Contratante, sem o que será convocada a segunda classificada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93 e artigos 20 e 56 a 80 do Código de Defesa do Consumidor.

7.13. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a **CONTRATANTE** não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

7.14. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade dos produtos fornecidos pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências da ARP – Ata de Registro de Preços, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. O objeto da presente licitação será recebido pelas Secretarias requisitantes dos serviços, através de servidor designado, mediante Termo de Recebimento do efetivo fornecimento dos produtos e deverá atestar seu recebimento.

8.1.1. O objeto será recebido da seguinte forma:

a) Provisoriamente, no ato da entrega por Servidor, ou Comissão, que procederá a conferência de sua conformidade com as especificações, caso não haja nenhuma impropriedade explícita, será aceito esse recebimento;

b) Definitivamente, em até **03 (três) dias úteis**, após o recebimento provisório, mediante, “atesto” na nota fiscal/fatura, depois de comprovada a adequação aos termos contratuais e aferição do direito ao pagamento.

8.2. O recebimento e a aceitação do objeto desta licitação, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no Termo de Referência (Anexos II e III) e obedecerão ao disposto no Art. 73, incisos I e II, e seus parágrafos da Lei n.º 8.666/93, no que lhes for aplicável.

8.3. O recebimento definitivo dos serviços, objeto do Edital, não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pela Secretaria requisitante, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90);

8.4. A contratante indicará servidor responsável, designado para esse fim que, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.5. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a ata, devendo estes serem refeitos, às expensas da **CONTRATADA**, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Efetuar o recebimento dos serviços, verificando se os mesmos estão em conformidade com o solicitado, por meio de fiscal, formalmente nomeado para esse fim;

9.2. Comunicar imediatamente a contratada qualquer irregularidade verificada nos produtos fornecidos;

9.3. Efetuar o pagamento a contratada, de acordo com as condições de preços e prazo estabelecido na nota de empenho ou no contrato;

9.4. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

9.5. Garantir o cumprimento de todas as cláusulas contratuais necessárias ao bom desempenho do prestação dos serviços, objeto desta contratação.

9.6. Fiscalizar a obrigação da contratada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.7. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução do referido Contrato, alertando o executor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade do Contratado;

9.8. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

9.9. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do edital, bem como do contrato, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

9.10. Esclarecer as dúvidas e indagações do Contratado, por meio da fiscalização do contrato.

9.11. O contratante só efetuará o pagamento referente aos produtos fornecidos pela contratada, conforme comprovação real da execução dos mesmos, atestada pelo fiscal do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A **CONTRATADA** obriga-se a cumprir, além das obrigações definidas no presente Edital, as relacionadas no Termo de Referência, sem prejuízo das decorrentes das normas, anexos e da natureza da atividade:



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica: _____

- 10.1.1.** Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com materiais, insumos, mão-de-obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto pela Contratada;
- 10.1.2.** Efetuar a entrega dos materiais, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas no Edital e na "Nota de Empenho".
- 10.1.3.** Entregar as quantidades estipuladas na requisição de fornecimento e na Nota de Empenho **no prazo e local designados**, acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado;
- 10.1.4. Proceder à entrega do objeto do edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos II e III do Edital;**
- 10.1.5.** Comunicar à Secretaria requisitante dos materiais, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.
- 10.1.6.** A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos materiais, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.
- 10.1.7.** Garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os que não atendam o padrão de qualidade exigido, ou em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento **no prazo de 72 (setenta e duas) horas**, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.
- 10.1.8. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas no Edital;**
- 10.1.9. Comunicar ao Contratante, qualquer problema ocorrido na execução do contrato de fornecimento;**
- 10.1.10.** Atender aos chamados do contratante, visando efetuar reparos e/ou substituições em eventuais erros cometidos no fornecimento do objeto;
- 10.1.11. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do contratante, o qual, caso haja, será dado por escrito;**
- 10.1.12. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do edital;**
- 10.1.13.** Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
- 10.1.14.** Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pela Secretaria Solicitante, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;
- 10.1.15.** Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.
- 10.1.16.** Credenciar junto ao Município de Tangará da Serra-MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;
- 10.1.17.** Cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:

11.1. Durante a vigência do contrato, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, **devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada por meio de Termo Aditivo ao presente Contrato, respeitadas as disposições da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78, com as consequências indicadas no art. 80, da Lei Federal Nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte:

04- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

2419-40.92.52.56.00.01.00000000 – Tecnologia da Informação

2419-33.90.39.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A fiscalização da contratação decorrente do edital, caberá à Secretaria de Administração e respectivamente, às Secretarias solicitantes, que determinarão o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica: _____

15.2. Para fiscalização dos produtos fornecidos junto a CONTRATADA, serão designados servidores de cada Secretaria, ordenadora da despesa, formalmente nomeados para esse fim, conforme segue:

04) Secretaria de Administração - Fiscal: Adailton Erico Favetti, Suplente: Rafael Lopes Barbosa;

15.3. Competirá aos responsáveis pela fiscalização acompanhar o fornecimento dos serviços, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, rejeitar os que estiverem em desacordo com as especificações do edital, bem como, dirimir as dúvidas que surgirem no decorrer do fornecimento, dando ciência de tudo ao Contratado, conforme art. 67 da Lei n. 8.666/93.

15.4. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no edital e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

15.5. As decisões que ultrapassem a competência do fiscal do Município, deverão ser solicitadas formalmente pela Contratada, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

15.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, a CONTRATADA sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES

16.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, **pelo prazo de até 05 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

16.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da Contratada, que deverá ser apresentada **no prazo de 05 (cinco) dias úteis** a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) **advertência** por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) **multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento)** por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) **multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento)** pelo não fornecimento do objeto deste Pregão, calculada sobre o valor remanescente do contrato;

IV) **multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista no Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, correio ou outro), até cessar a inadimplência;**

V) **suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Tangará da Serra-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;**

VI) **declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.**

VII) **após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto do Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.**

VIII) **a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;**

IX) **ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela Contratada, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;**

X) **quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380, da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil);**

XI) **na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas**



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

P. M. T. S. / CPL

FL: _____

Rubrica: _____

aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 05 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

16.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente, a sua aplicação não exime a empresa contratada, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

16.4. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

16.4.1. Desclassificação ou inabilitação, caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

16.4.2. Cancelamento do contrato, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento.

16.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos de habilitação apresentados pela contratada no pregão, farão parte deste contrato, obrigando-se as partes a executar fielmente os dispostos neste instrumento.

17.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520/2002 e da Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis a espécie.

17.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ao contrato.
- b) é vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará da Serra-MT, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas direta ou indiretamente da execução deste contrato, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.2. E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em **04 (quatro) vias** de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais, ficando uma via arquivada no Departamento de Licitação.

Tangará da Serra – MT, de de de 2021.

CONTRATANTE

CONTRATADA